



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Estudos Culturais em Educação

NARRATIVAS DE SI: O OLHAR FEMININO NAS
HISTÓRIAS DE TRABALHO

LIA SCHOLZE

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para obtenção do grau de Doutora em Educação.

ORIENTADORA: PROFa. Dra. ROSA MARIA HESSEL SILVEIRA

Porto Alegre - 2005

Dedico este trabalho a todas as mulheres que, com teimosia e garra, lutam por ver seus projetos de trabalho realizados. Principalmente àquelas que conciliam estudo, trabalho e criação dos filhos. E, muito especialmente, àquelas que não contam com a participação dos seus companheiros.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer inicialmente à banca de seleção do Núcleo Estudos Culturais em Educação por ter acreditado na minha capacidade de responder ao desafio de voltar aos bancos escolares após um intervalo de mais de vinte anos, permitindo resgatar um projeto que tinha sido abandonado e que foi a razão de minha saída de uma cidade do interior e enfrentar, sozinha, o desafio de morar na capital e estudar na UFRGS. Quero agradecer ao corpo docente do PPGEDU/UFRGS pela excelência do Programa, motivo pelo qual disputei a vaga e que permitiu a possibilidade de reciclar meus conhecimentos e qualificar meu trabalho docente e de pesquisadora. Agradecer à Banca Examinadora pela aprovação e reorientação do meu projeto, Dr. Alfredo de Veiga Neto, Dr. Paulo Guedes e Dr^a Elódia Xavier. Agradecer à banca da Tese Dr^a Maria Lúcia Wortmann, professora emérita deste programa, Dr^a Beatriz Fontana, ex-colega de trabalho e professora da Unisinos, e Dr^a Elódia Xavier da UFRJ com quem compartilhei mesas de trabalho em congressos. Quero agradecer a Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Hessel da Silveira pela orientação do trabalho e pelo exemplo de dedicação e seriedade profissional.

Quero agradecer às minhas colegas e aos meus colegas com quem troquei idéias, leituras e livros, e que não me abandonaram quando me ausentei de seu convívio, participando da confecção deste trabalho com suas leituras e críticas. Em especial agradeço às amigas Dr^a Leila Bergmann, Dr^a Beatriz Fontana, Dr^a Jaqueline Moll por suas leituras, sugestões e, principalmente incentivo nas horas de desânimo. À Erika, Celi e Luana pelo trabalho de organização dos originais. À Barbara Rotmann, novo membro de minha família, pela ajuda na revisão. Ao meu filho Fabian Scholze Domingues, com seu rigor de filósofo e professor de Metodologia Científica, pela ajuda em dar um rumo ao amontoado de idéias. À Gislane Scholze Domingues, minha filha, pelo carinho e apoio. À minha mãe por colocar os primeiros livros de leitura em minhas mãos e apostar no valor da educação para seus filhos e netos. Ao meu pai (*in memorium*) por não ter nunca medido esforços em oportunizar educação de qualidade a mim e aos meus irmãos. Aos meus avós e bisavó pelas histórias que me contaram na minha infância e que me introduziram no mundo da narrativa.

Dizer a meus filhos que vale a pena sonhar um sonho.

SUMÁRIO

NARRATIVAS DE SI: O OLHAR FEMININO NAS HISTÓRIAS DE TRABALHO

INTRODUÇÃO	4
1. A LINGUAGEM COMO ELEMENTO PRIVILEGIADO NA CONSTRUÇÃO DA REFLEXÃO DE SI	10
1.1 Narrativas de si, autobiografias formas de dizer o eu	23
1.2 Memória, lembranças e esquecimentos. Silenciamentos	35
2. A MULHER – OS ESPAÇOS DE PODER/SABER	43
2.1 A mulher no mundo do trabalho	58
2.2 A escrita e o silenciamento da voz feminina – a disputa pelo lugar do discurso.....	67
3. AS HISTÓRIAS DE TRABALHO	80
3.1 O histórico do concurso <i>Histórias de Trabalho</i>	83
3.2 O trabalho como tema de reflexão	85
3.3 A participação feminina no concurso <i>Histórias de Trabalho</i>	90
4. A ANÁLISE DOS TEXTOS DO CONCURSO HISTÓRIAS DE TRABALHO.....	94
4.1 A visibilidade do invisível.....	99
4.2 Os textos femininos nas <i>Histórias de Trabalho</i>	103
4.2.1 Ser professora	105
4.2.2 A vida na roça.....	109
4.2.3 Mulheres “vencedoras”.....	112
4.2.4 Ética e precarização do trabalho.....	115
4.2.5 Homens trabalhadores narrados por mulheres	118
4.2.6 Trabalho, memória e família	119
4.2.7 No chão da fábrica e na mesa do escritório – corpos dóceis e obedientes	123
4.2.8 A escrita intimista.....	126
CONCLUSÃO	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
ANEXOS	157

INTRODUÇÃO

Y es que mostrar las determinaciones históricas de lo que somos es mostrar lo que hay que hacer. Porque somos más libres de lo que creemos, y no porque estemos menos determinados, sino porque hay muchas cosas con las que aún podemos romper – para hacer de la libertad un problema estratégico, para crear libertad. Para liberarnos de nosotros mismos.

Miguel Morey

A tese central gira em torno de a *escrita de si* ser construída pelos discursos que nos constroem. Leva-se em consideração o embate permanente entre o eu subjetivo e as vozes que circulam socialmente.

A análise a que me proponho pretende identificar o processo de construção das histórias das mulheres inscritas no concurso intitulado *Histórias de Trabalho* em especial aquelas incluídas na categoria *Lembranças e Vivências* por serem textos que não obedecem a um determinado modelo, permitindo maior fluência das *narrativas de si*.

A partir deste recorte faz-se necessário discutir questões que giram em torno da escrita, mais especificamente a escrita de si trazida pela memória do tempo passado. Como o material mostrou-se muito rico e diversificado, fiz a opção pela escolha de textos escritos por mulheres e, como o concurso gira em torno da temática do trabalho, pareceu-me importante resgatar a relação da mulher com este mundo que tem embutido questões de gênero e é um forte componente na diferença das relações entre homens e mulheres. Meu interesse é de identificar em que medida as mulheres repetem as histórias construídas sobre elas e como os significados

presentes nos discursos são construídos historicamente pelas instituições de poder entre as quais a família é considerada como uma das principais.

Na literatura que analisa a escrita feminina são apontadas como características do discurso construído por mulheres: o uso da primeira pessoa; a recorrência ao passado; o privilegiamento da importância da memória; a permanente presença da ambigüidade (uma forma do duplo); a oposição à certeza do discurso como verdade (discurso masculino).

Desenvolvo o trabalho sob o título: *Narrativas de si: o olhar feminino nas Histórias de Trabalho*. O desdobramento será feito através de quatro capítulos assim divididos: no primeiro capítulo, abordo questões referentes à linguagem como elemento privilegiado na construção da reflexão de si partindo de um pressuposto heideggeriano de que o ser humano é constituído pela capacidade da linguagem. Essa humanidade se dá pela linguagem expressa na possibilidade de reflexão de si concretizada no texto escrito. Dentre os textos escritos, dou especial atenção às narrativas de si e às autobiografias como formas de dizer o eu. Larrosa e Arendt desdobram a teoria heideggeriana. Arendt examina a condição humana e através dela o conceito de vida ativa e o lugar do trabalho. Larrosa discute o processo de construção das autonarrativas e como se dão as narrativas de si.

Levo em consideração estudos feministas desenvolvidos por Xavier, Leahy-Dios, Arfuch, Moreira, Duarte, Gazolla, Mignot, Funck, Brandão, Alves, Gotlib, Kristeva, Sharpe e Muzart em torno da escrita das mulheres a qual tem se mostrado historicamente de forma ampla através do gênero autobiográfico (mesmo o gênero literário de ficção carrega forte componente intimista) em diferentes formas de registro. Neste tipo de texto, a protagonista se auto-referencia e tece uma reflexão cultural e social do seu meio, estabelecendo, em geral, uma relação entre o privado e o público, partindo quase sempre do universo doméstico no qual a memória tem papel fundamental.

Nessa medida, mostra-se necessário discutir o papel da memória, das lembranças e esquecimentos, bem como dos silenciamentos. Os textos autobiográficos não devem ser entendidos como escritos fiéis aos acontecimentos, pois nossa memória está em constante embate entre a lembrança e o esquecimento e há que se ter em consideração também os silêncios, e os saltos. Da mesma forma, devem-se levar em conta os elementos sociais da

memória através dos quais nossas lembranças permanecem carregadas das múltiplas vozes que nos cercam, no sentido bakhtiniano, os significados construídos, a memória coletiva.

No segundo capítulo, procuro ver como estas memórias nos ajudam a compreender o papel da mulher na sociedade e com ele, os espaços de poder/saber. Me aproveitei dos estudos feitos por Bosi, Maluf e Braga que me remeteram a Halbwachs e ao conceito de memória coletiva por ele desenvolvido. As mudanças sociais/culturais e principalmente econômicas determinam os espaços permitidos às mulheres em especial na área do trabalho. As crises econômicas e sociais trazem e tiram a mulher do mercado de trabalho, nele, ela é volátil. Com o advento das novas tecnologias, ocorreram mudanças no campo de trabalho e é a mulher quem mais sofre com estas mudanças. Isto não é novidade, ao contrário, vem corroborar o que vem sendo observado ao longo da história da Humanidade, em especial nos movimentos do mundo moderno, quando as populações rurais abandonam o campo indo se concentrar nas cidades formando o contingente de operários das fábricas, em especial com o advento da Revolução Industrial.

A participação feminina na economia mundial sempre foi uma realidade, porém não recebeu a mesma consideração que o trabalho masculino. A luta feminista incorporou em sua agenda elementos relativos às questões que envolvem as mulheres e sua relação com o mundo do trabalho. O mundo do trabalho é discutido com base nos pressupostos desenvolvidos por Antunes, Alves, Sennett e Weber. E o trabalho feminino através de olhares de Fonseca, Carneiro, Torres, Tommei, Neves, Bruschini, Hollanda, Rocha e Montagner. Esta discussão é cada vez mais atual e necessária na medida em que as mulheres estão conquistando novos postos permanecendo, porém, a tentativa de mantê-las em seu tradicional papel relativo à sua responsabilidade pelo cuidado da família.

Considerando que o trabalho representa uma das categorias mais importantes na formação da identidade na sociedade contemporânea; na perspectiva de compreender que a escrita é também trabalho e que ser escritora é ter uma profissão, pode-se pensar que a publicação de textos de autoria de mulher e vislumbram-se novos horizontes tanto profissionais como de vida para as mulheres. Acredita-se na capacidade de reflexão de si desenvolvida pela escrita. Nessa perspectiva, trago para a discussão a tentativa de silenciamento da voz feminina bem como chamo a atenção para a disputa pelo lugar do discurso e, na mesma medida, a disputa pelo lugar social, uma vez que a identidade feminina

foi construída a partir de parâmetros patriarcais que definiram para a mulher um determinado papel e um lugar. Faço uso de elementos discutidos por Schmidt (Rita), Schmidt (Simone), Navarro e Wolf.

Excluída dos discursos socialmente reconhecidos, a escrita feminina sempre lutou pelo reconhecimento de seu espaço. Historicamente a mulher precisou submeter seus escritos às precárias condições que lhe eram permitidas, ou seja, subtrair o tempo de escrita das tarefas domésticas; escrever nos papéis de que dispunha: (cadernos de receitas continham registros não apenas culinários); usar a mesa da sala ou da cozinha como local de trabalho da escrita. Suas reflexões foram consideradas intimistas, de pouco interesse social. Só mais tarde é que estes textos foram incluídos no cenário literário e passaram a ser vistos como produções dignas de leitura e estudo. Com o advento da pós-modernidade e a nova forma de olhar o sujeito, vendo-o como descentrado; e diante das conquistas das mulheres através dos movimentos feministas, passou-se a entender que não se pode mais falar em Mulher e sim em mulheres no plural, pois elas foram ocupando diferentes espaços e lugares.

No terceiro capítulo, faço uma apresentação do concurso intitulado *Histórias de Trabalho* o qual constitui-se em um concurso público organizado pela Secretaria Municipal de Cultura da cidade de Porto Alegre (RS) que vem sendo implementado desde 1994 quando passou a fazer parte da Lei Orgânica do Município.

Dentre as categorias oferecidas pelo concurso, escolhi aquela intitulada *Lembranças e Vivências* por tratar de textos sem o compromisso de atender aos moldes exigidos pelos estudos literários mais tradicionais e por oferecerem um conteúdo extremamente rico para os estudos da construção das identidades femininas através das lembranças retidas e refletidas nos textos escritos pelas e sobre mulheres.

Ao fazer um recorte de gênero, procuro identificar a participação feminina no concurso. Diante dos textos escritos por mulheres cabe examinar como elas se manifestam, como se interpretam e como expõem publicamente suas reflexões uma vez que estas autoras se submeteram a uma seleção e foram publicadas, tornando-se mulheres públicas.

Procuro identificar nos textos quais os elementos que contribuem de forma mais recorrente com a construção da identidade feminina em relação ao trabalho. Considerando,

como já foi expresso, que o trabalho representa uma das categorias mais importantes na formação da identidade na sociedade contemporânea, vale a pena examinar as reflexões escritas produzidas por mulheres sobre este tema.

O recorte de gênero mostrou-se providencial devido ao grande número de textos de autoria feminina. O que proporciona perguntas do tipo: Quais mulheres são encontradas nos textos? Quais papéis elas assumem? Como estabelecem suas relações intrafamiliares? Quais são suas relações de trabalho? Qual a origem da divisão do trabalho por gênero? Qual a responsabilidade que a família possui por esta divisão? A exploração da mão-de-obra feminina na família, de meninas e de mulheres é comum nas histórias familiares? A não-remuneração do trabalho doméstico, exercido pelas mulheres, é denunciado por elas? O reconhecimento da família e o prestígio alcançado pelo pai ou pelo marido, como figuras exemplares (ainda que como mão-de-obra explorada), é visto pelas mulheres como natural? Quais as reações que as mulheres demonstram diante da realidade que as cerca?

Ao falar do histórico do concurso *Histórias de Trabalho* conto como ele nasceu, sua abrangência e sua importância como parte das políticas públicas na área de Cultura do Município de Porto Alegre. Falo também da proposta de incluir a temática do trabalho como tema de reflexão. E, nele, tento perceber como esta questão é tratada na perspectiva de análise de trabalho do homem e da mulher, o que é chamado de profissões “femininas” e quais os arranjos sociais e culturais se desenham em torno da temática.

No capítulo quatro, desenvolvo a análise dos textos do concurso *Histórias de Trabalho* no esforço de dar visibilidade ao invisível. Na perspectiva do discurso feminista, a evidência de que não existe uma Mulher e sim várias mulheres, permite perguntar sobre as características da escrita feminina, sobre as possibilidades de análise e metodologia e sobre a possibilidade de análise de textos a partir de uma teoria literária feminina proposta por Xavier e Leahy-Dios. Estética feminina e Teoria do Discurso Feminino são colocadas por estas pesquisadoras que se dedicam a analisar os textos de autoria feminina. Surgem, então, categorias para a análise de texto autobiográfico escritos por mulheres. Levo em conta também que, o que caracteriza a preocupação dos Estudos Culturais não são as temáticas e sim a atenção que se dá às relações de poder – como elas se inscrevem, como circulam, como são construídas.

Destaco, dentre os textos selecionados e publicados de autoria feminina a evidência de uma maioria de textos escritos por mulheres professoras e outro grupo que escreve sobre sua infância rural, ficando os demais distribuídos entre diferentes profissionais provocando um conjunto de olhares bastante rico sobre a participação da mulher no mundo do trabalho e também, como fica evidente, a tensão permanente entre as atividades profissionais e a responsabilidade da mulher pela família, o que irá dificultar a sua dedicação à carreira, ajudando a construir um conceito novo traduzido como “feminização” do trabalho.

As áreas de trabalho consideradas como tradicionalmente “femininas” são o magistério e a enfermagem. “Feminização da pobreza” é um fenômeno resultante da re-engenharia nas relações de trabalho que ocorre a partir da globalização. Nas relações pós-modernas encontram-se as empresas dos eletroeletrônicos e a terceirização com a instalação crescente das empresas familiares que têm a mulher como principal responsável. A criação de cooperativas está entre as soluções encontradas pelas mulheres para driblar o desemprego e os baixos salários, bem como a necessidade de cuidar dos filhos menores.

Se, como diz Hall, “nos vemos no olho da mente”, deve-se trazer a discussão das relações de poder e fazer com que estejam sempre presentes nas nossas análises. As relações de poder que estão em análise nesse trabalho são relações de gênero. As tarefas femininas são destinadas às meninas e elas são preparadas para desempenhá-las, ajudando a construir o mito da mulher frágil, delicada, sem força física, sem grandes competências para a oratória ou, ainda, o que é mais preocupante, para a escrita e para o mundo dos negócios. Na sociedade, o trabalho reconhecido como importante é o trabalho masculino. Para a mulher ficam destinadas as tarefas de menor relevância e isto não é uma construção biológica e sim cultural pois, quando as mulheres ficam sozinhas, elas assumem o lugar dos homens na condução da família.

Em suma, o que me proponho a analisar através das autonarrativas dessas mulheres é a possibilidade de identificar a constituição das identidades femininas em suas relações com o mundo do trabalho.

1. A LINGUAGEM COMO ELEMENTO PRIVILEGIADO NA CONSTRUÇÃO DA REFLEXÃO DE SI

O sujeito não é apenas enunciativo e sim também social e nesta ação social situada ele instaura e diz o mundo.

Marcuschi

Considerando a importância da linguagem na construção do humano, faz-se necessária a busca do mistério das palavras. Pelas palavras pode-se dar sentido às coisas e com elas é que se constroem os sentidos do mundo através da reflexão que elas provocam, mantendo vivo o fio da existência entre os indivíduos. Kristeva (2002) afirma que *A vida é uma narrativa* e busca em Aristóteles a concepção de que o destino da vida, da narrativa e da política estão interligados. Deve-se, porém, também admitir a incompletude das palavras e, nessa medida, ter o entendimento de que a escrita nos permite sempre novas possibilidades de vida e de existência. A escrita como uma das experiências subjetivas das mais intensas nos permite representar a vida. Através da possibilidade de contar, da criação narrativa, interrogar as ações por sua propriedade de contar a vida dando-lhe um sentido. A recuperação do indivíduo, para Arendt (1995), só tem sentido se for vista na sua relação com o Outro. O valor da narrativa está na sua capacidade de interrogar a vida e a relação entre os indivíduos.

Dentre as possibilidades de escrita, destaca-se a experiência da escrita de si, o que significa escrever não apenas sobre o que acontece, mas sobre o que nos acontece. Larrosa (2002)¹ afirma que experiência é o que faz sentido para nós, o que nos interpela. Passar pela

¹ Larrosa, ao estabelecer uma reflexão sobre a relação da escrita de si segue a perspectiva do Humanismo desenvolvida por Heidegger ao longo de sua obra através de uma abordagem dentro dos estudos da Filosofia

experiência é sair transformado dela. Nesse sentido, a escrita é uma experiência que nos transforma e é ela que pode estabelecer a nossa relação com a experiência da vida.

Deve-se considerar que a escrita é também uma experiência que angustia quem a ela se arrisca. Dentre as reflexões produzidas por Arendt (1995),² encontra-se o debate relativo à angústia do eu subjetivo e à perplexidade diante das coisas do mundo. Seus escritos contêm uma tensão permanente entre “vida contemplativa” e “vida ativa”³ que pressupõe ação com os outros, mas também a tensão entre a sensorialização e a desensorialização. O primeiro conceito se refere à sensibilidade individual, capaz de permitir captar a sensibilidade das coisas do mundo; e o segundo, à possibilidade de a narração tornar-se sensível a todos, passando a ser uma ação coletiva – sensível a todos os participantes da mesma. A filósofa se inspira em Santo Agostinho⁴ (objeto de sua tese de doutorado) segundo o qual só existe vida (*bios*) no e pelo renascimento narrativo.

Por esse entendimento, a narrativa mantém a tensão entre o *bios theôrêtikos* e o *bios politikos*⁵. Ela permite a racionalidade ampliada para além dos limites da razão raciocinante. Ela nos permite criar e, pela criação, tornar a experiência sensível a todos, coletivizar. Essa ação assemelha-se ao ato político: *phronêsis* (fica no terreno da práxis humana). A narrativa dessensoriza (experiência coletiva) e sensoriza (experiência individual). Esta capacidade de dessensorizar é que torna a experiência singular, coletiva e desta forma atinge cada um dos indivíduos. Nessa medida, Arendt se propõe a reabilitar a práxis narrativa: “somente a ação como narração e a narração como ação rematam a vida no que ela tem de especificamente humano”⁶. Ação é o mesmo que vida ativa e, para a filósofa, meditar e escrever fazem parte

da Linguagem que tem como paradigma a condição humana pela linguagem. Sua afirmação é de que “A linguagem é levada à clareira do Ser. Somente assim a linguagem é naquele momento misterioso que nos atravessa sempre com seu vigor” (Heidegger, 1987, p. 96).

² Hannah Arendt foi discípula de Heidegger e desenvolve seu estudo influenciado pelo Humanismo de seu mestre da mesma forma como vimos em Larrosa. Arendt adota a estratégia heideggeriana mas a extrai do contexto existencial e a transfere para o quadro político.

³ Conceito desenvolvido por Hannah Arendt na obra *A condição humana* (1995).

⁴ Santo Agostinho. *Confissões* (2004).

⁵ *Bio theoretikos* e *Bio politikos* são conceitos desenvolvidos por Arendt (1995) e contrapõe *Bio Theoretikos* traduzido com a vida contemplativa a *Bio Politikos* que pode ser traduzido como desassossego (Arendt, 1995, p. 23).

⁶ KRISTEVA, Julia. *A vida é uma narrativa* (2002 p. 50).

da condição humana. Estas experiências ligam o ser humano à vida como experiências vividas que irão se concretizar na escrita, no registro dos pensamentos e das reflexões. A escrita como experiência de meditação está muito clara para a filósofa.

Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais (Arendt, op.cit., p. 183).

A própria história de vida de Arendt é um testemunho da importância dada pela filósofa às narrativas cuja infância está permeada pelas personagens das histórias contadas a ela pelo avô e que irão ocupar espaço e se corporificar nas personagens dos teatros de marionetes que povoam suas brincadeiras infantis, cujos roteiros eram escritos pela aprendiz de escritora, desdobrando-se em poesias e registros em diários, numa constante interrogação da vida. São estes registros que constituem as primeiras experiências de escrita que irão acompanhá-la pela vida afora. Estes escritos são as formas usadas pela filósofa numa apologia da vida recontada bio/biografia, que ela vai opor à vida biológica, escapando, ela mesma, de sua tendência à depressão e à morte.

Não apenas Arendt se utiliza da escrita para se ligar à vida, Foucault (1994) afirmou que ela (a escrita) serve para “mudar a nós mesmos e não pensar mais o mesmo que se pensava antes” por se ter passado pela experiência da escrita. Porém, temos de admitir que não é só o autor que se modifica. O livro é uma experiência tanto para quem escreve como para quem lê. Ambos, escritor e leitor saem modificados dessa experiência. O escritor já não é mais o mesmo e o leitor também passa pelo efeito que lhe é produzido, permitindo a ele construir novos significados para a vida. Para que esta experiência ocorra, é preciso uma conjugação de fatores: confluência de texto adequado com o momento adequado e a sensibilidade adequada (Larrosa, 1996). A relação com as palavras permite um mergulho em nós mesmos e o estabelecimento da nossa relação com o mundo.

Falar [re-escrever] uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais (Hall, 2002, p. 40).

Ao analisar o texto autonarrativo, é preciso entender que abordar a linguagem como uma das formas privilegiadas de constituição da cultura parte da consideração de que toda autoapresentação está orientada intersubjetivamente (Arfuch, 2002), motivo pelo qual o espaço biográfico e os desdobramentos da produção autobiográfica merecem estudo. Esta perspectiva intersubjetiva da relação com o outro remete-nos ao mundo do *dasein* (ser-aí) heideggeriano como um mundo compartilhado, *mitsein* (ser-com)⁷.

Outra contribuição para esta discussão que deve ser levada em conta é aquela retomada por Hall (1997) através dos conceitos como *virada lingüística*⁸ e *virada cultural*. Conforme esses conceitos, a cultura passa a ter centralidade e a linguagem passa a ser lugar privilegiado de constituição da mesma, permitindo mudar o tradicional foco de estudo de textos e introduzindo no trabalho de análise outros tipos de artefatos culturais, o que ajuda a compreender as identidades culturais que vamos assumindo. Hall (2002) comenta também os argumentos de filósofos da linguagem como Derrida, influenciados por Saussure e pela *virada lingüística*, segundo os quais, "apesar de seus melhores esforços, o/a falante individual não pode, nunca, fixar o significado de uma forma final, incluindo o significado de sua identidade" (Hall, p. 40). O autor entende que

as palavras são 'multimoduladas' [ou seja], elas sempre carregam ecos de outros significados que elas colocam em movimento, apesar de nossos melhores esforços para cerrar o significado (...). Tudo o que dizemos tem um 'antes' e um 'depois' – uma 'margem' na qual outras pessoas podem escrever. O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença). Ele está constantemente escapulindo de nós. Existem sempre significados suplementares sobre os quais não temos qualquer controle, que surgirão e subverterão nossas tentativas para criar mundos fixos e estáveis (p. 41).

⁷ SCHOLZE, Lia (Domingues). *O ser e a aparência em Paulo Honório de São Bernardo*. Dissertação de Mestrado, PUCRS, 1979. Trabalhei na minha dissertação de mestrado com a análise da personagem Paulo Honório na obra *São Bernardo* de Graciliano Ramos, cujo romance é organizado através da auto-narrativa, escrito em primeira pessoa, no qual a personagem Paulo Honório conta sua relação tempestuosa com Madalena, sua esposa e mãe de seu filho. A análise que faço está baseada na dicotomia heideggeriana do *Sein* (Ser) e do *Dasein* (ser-no-mundo) aplicada ao discurso autonarrativo, dicotomia que revela, ao longo da obra, os conflitos existenciais do personagem.

⁸ *Virada lingüística* ou como é dito em espanhol, giro lingüístico serve para nos remeter a diferentes teorias que giram em torno da hipótese básica de centrar o objeto da análise social e cultural na linguagem como a sede natural de onde se constituem e se articulam os significados. Palamidessi (1998) identifica três tradições de estudo dentro da filosofia da linguagem: 1) a francesa com Saussure, vindo até Foucault, Deleuze e Derrida; 2) a alemã iniciada com Heidegger e Gadamer, vindo até Appel; e 3) a anglo-saxã iniciada com Wittgenstein, Austin y Ryle e atualmente com Bernstein e Rorty. Ver a respeito em PALAMIDESSI, Curriculum, disciplina y objetividad: Heidegger y las consecuencias del giro lingüístico (1998, pp. 27-41).

A perspectiva proposta por Hall pode ser aproximada das teorias desenvolvidas por Bakhtin (1995) que, ao falar em dialogicidade, refere-se à troca entre os indivíduos como espaço de construção de sentidos do discurso. E, nessa relação, destaca-se a importância da linguagem tanto em sua dimensão intersubjetiva como polifônica que remete às muitas vozes presentes no discurso (Bakhtin, idem), havendo, então, um antes e um depois e um durante nos devolvendo ao *mitsein* heideggeriano.

Assim como a linguagem, também a cultura é instituidora de sentidos. A cultura não é só produtora, mas sim produtiva, desempenhando um papel constitutivo e, neste sentido, considera-se a afirmação de que "todas as práticas sociais (...) têm uma dimensão cultural" (Hall, 1997, p. 32). Não que não haja nada além do discurso, mas, segundo Hall, toda prática social tem o seu caráter discursivo.

Nesta perspectiva, a linguagem deixa de ser assunto de interesse exclusivo de estudiosos da literatura e da lingüística, passando a abranger a vida social como um todo, ou seja, passando a ser entendida como elemento da cultura, e nela o discurso refere-se tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento.

Nessa medida, passou-se a enfatizar a importância do significado para a definição de cultura, considerando a produção e o intercâmbio do significado entre os membros de uma sociedade ou grupo. A partir desse entendimento, compreende-se que a cultura leva em consideração sentimentos, vínculos e emoções bem como conceitos, idéias e práticas. Os significados por ela produzidos nos dão um senso de nossa própria identidade, de quem somos e a que "pertencemos".

A capacidade de reflexão sobre o que fazemos e, em especial, sobre o que fazemos com nós mesmos e o que deixamos fazer conosco é da nossa condição humana, e ela se dá pela linguagem como possibilidade de constante re-invenção de nós mesmos. É com a produção desses significados que construímos a nossa narrativa. Esta reflexão produz histórias porém, para Bakhtin (1995), inspirador de Arfuch (2002), não há identidade possível entre o autor e a personagem. Bakhtin considera que existe o estranhamento do enunciador em relação à

própria história; da mesma forma, a temporalidade se constitui em um diferenciador entre enunciação e história (tempo do narrado e tempo do ocorrido), seguindo a perspectiva de Ricoeur⁹ (1994). A enunciação que se dá no tempo presente sofre a perspectiva desse tempo e o acontecimento é contado levando em conta este olhar em perspectiva.

Uma questão importante considerada por Arfuch é que o valor biográfico “impõe uma ordem à vida do narrador e do leitor, à vivência por si fragmentária e caótica da identidade” (Arfuch, p. 47). A escrita possui a capacidade de ordenar as idéias e a biografia organiza a vida, não necessariamente na ordem cronológica, mas numa ordem de importância de como os fatos ficaram retidos na memória ou na ordem de importância que se quer dar a eles de acordo com o interlocutor ou o público a que se destina a história narrada. Pode-se dizer que é contando a própria vida, a experiência pela qual ele passa, que o sujeito dá sentido à própria existência.

A discussão sobre o valor, a capacidade de ser reconhecido e o estatuto dado a cada discurso no interior da sociedade ajuda a relacionar este trabalho com a perspectiva adotada pelos Estudos Culturais e a estabelecer a importância de se analisar a relevância de certos artefatos culturais na determinação dos papéis sociais assumidos pelos indivíduos.

Pode-se, pois, lembrar o princípio de que o narrar-se é um ato político, ao recordar Foucault (1992)¹⁰ e considerar, entre as questões propostas pelo autor, as perguntas: de que forma a relação consigo constitui-se um exercício político? o que a cultura de si tem a ver com a análise das esferas pública e privada hoje? E acrescentar: de que forma a escrita pode ajudar a estabelecer a relação consigo (como reflexão de si) e constituir-se um exercício

⁹ Em *Tempo e narrativa*, Ricoeur (1994) afirma que nenhum processo temporal é reconhecido como tal a não ser à medida que é relatado. Sua hipótese fundamental é que a qualidade comum da experiência humana marcada, articulada e clarificada pelo ato de relatar de todas as formas, é seu caráter temporal. Ao tratar a qualidade temporal da experiência como referente comum da história e da ficção, o constitui em um problema único envolvendo ficção, história e tempo. A narrativa, segundo o filósofo, comporta três semelhanças miméticas: o tempo de ação e vivido; o da invenção da intriga e o tempo da leitura. Em cada um deles ocorre o processo de reinvenção.

¹⁰ O autor discute a relação do autor com o discurso produzido na perspectiva de que “o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso (...) não é um discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto” (1992, p. 45).

político? A escrita de si (autonarrativa) pode auxiliar a construir a cultura de si¹¹ e a estabelecer uma nova relação entre o público e o privado? A escrita (como exercício de auto-reflexão) pode configurar-se como elemento de resistência às práticas invasivas praticadas historicamente por instituições como a medicina, a igreja, a escola, o judiciário, e mais recentemente pela mídia, na direção à homogeneização e controle dos corpos, dos gostos, dos desejos? Foucault lembrou que, apesar da interdição, existe sempre a possibilidade de resistência e da criação de outras formas de manifestação que não se submetem à tentativa de silenciamento.

No campo dos Estudos Culturais¹², há o entendimento de que existem discursos que são reconhecidos e estimulados e outros que são evitados, condenados ao silenciamento ou não são levados em consideração, numa constante disputa entre os sujeitos e as condições de enunciação. Gostaria de destacar a importância da experiência da escrita como reflexão do indivíduo consigo mesmo e como possibilidade de participação na disputa pelo lugar do discurso.

Larrosa (1996) ao citar a obra de Heidegger, em entrevista na obra *Caminhos investigativos*, afirma que o filósofo expressa a experiência dessa relação como sendo não de apropriação, senão de escuta:

fazer uma experiência com algo significa que algo nos acontece, nos alcança; que se apodera de nós, que nos derruba e nos transforma (...). Fazer uma experiência quer dizer, portanto: deixar-nos abordar em nós mesmos por aquilo que nos interpela (p. 138).

¹¹ *Cultura de si* é um conceito desenvolvido por Foucault no estudo *História da Sexualidade III* (1985) que aponta para o que fazemos conosco mesmo a partir das vozes que circulam e nos alertou para as tentativas dos dispositivos sociais de nos conformar a um discurso homogeneizante. E ao discutir a relação do autor com o discurso produzido no texto *O que é o autor?* (1992) chama a atenção para a possibilidade da ruptura que um certo grupo de discursos pode instaurar e no modo singular como eles podem ser construídos.

¹² Os *Estudos Culturais* pretendem o exame da produtividade dos artefatos de cultura na constituição de identidades e subjetividades. Segundo Hall, deve-se compreender a cultura no seu papel constitutivo em todos os aspectos da vida social como processo social de significação, marcada por relações de poder que produzem efeitos políticos (Hall, 1997a, 1997b, 2002). Para Hall deve-se estudar tanto as instâncias de produção, de circulação de consumo e de reprodução dos discursos. Não devemos, porém, confundir discurso com texto. O texto é lugar de passagem dos sentidos discursivos. E o autor é quem instaura a prática discursiva (Foucault, 1992).

A experiência da escrita é um exercício de transformação de nós mesmos. Através dela organizamos o pensamento, reafirmamos e transformamos conceitos.

Também é do autor a compreensão de que

em toda a tradição humanística, pelo menos até o início deste século, a relação da cultura literária com a perfeição moral do indivíduo e da sociedade foi evidente por si mesma (Larrosa, 1998, p. 13).

O que deve ser trazido, como objeto de estudo, é a experiência da leitura e da escrita como uma possibilidade "de abandono das seguranças do mundo administrado, incluindo as que constituem a própria identidade do leitor, como uma entrega a um outro mundo que 'inquieta', interrompe e transforma o primeiro" (p. 15). A perspectiva heideggeriana proposta por Larrosa muda radicalmente a maneira de apresentar a linguagem, não mais como uma forma acabada de organização das idéias já postas, mas sim como uma possibilidade de transformação do indivíduo na sua relação com o outro através da linguagem.

A linguagem sempre serviu à formulação de conceitos e valores. Nessa medida, as grandes narrativas produzidas durante a Modernidade conduziram a Humanidade de forma avaliativa, separando o bem do mal, numa visão maniqueísta; da mesma forma definiram os grandes heróis numa apologia do belicismo, da cultura predatória e da imposição do vencedor sobre o vencido numa troca supostamente natural das culturas; o mais comum, por exemplo, em uma obra canônica, é ver-se o bem, em geral, recompensado e o mal castigado. Essa narrativa eleva à condição de herói todo aquele personagem que segue o *script* sem transgredi-lo dentro de uma lógica dita normal, previsível, apontando em geral para uma saída moral. Dentre estas narrativas, pode-se apontar a literatura infantil como sendo pródiga em exemplos de construções narrativas de caráter moralista e pedagogizante, apontando para o agir "correto".

Considerando o entendimento de que a linguagem oferece a possibilidade de transformação do indivíduo na sua relação consigo e com o outro, pode-se tomar como base alguns pressupostos: o texto como resultado de um processo de intertextualidade que pode ajudar o sujeito a compor sua própria história; o trabalho de produzir textos como instrumento do autonarrar-se e, neste processo, atribuir um lugar privilegiado ao narrador em sua própria

história; o entendimento da produção de narrativas como uma prática de reflexão do sujeito consigo mesmo, com o outro e com o mundo. Nesta perspectiva, o sujeito está situado e é constituído pelos discursos que o atravessam. Nesse exercício, deve ser levado em conta questões como memória, cultura e discurso.

O trabalho de Arfuch (2002), desenvolvido em sua obra *El espacio biográfico*, abre várias vias de reflexão ligadas a movimentos característicos da exploração teórica contemporânea. Três delas, por serem convergentes, apontam na direção de uma nova ontologia. São elas (1) a psicanálise, (2) a desconstrução¹³, e (3) a retórica. Neste sentido,

A retórica deixa de ser um adorno da linguagem, passando a ser campo primário de constituição da objetividade. Nestes termos, o paradigma que poderá conduzir a uma reconstituição teórica do pensamento social haverá de ser um paradigma retórico (p. 15).

A retórica (tomada com o mesmo sentido de discurso) que tradicionalmente queria dizer a arte da palavra, toma um novo sentido, o de constituir o mundo. Nomeá-lo, adjetivá-lo, narrá-lo significa também conferir-lhe significado. São os significados contidos no discurso que nos constituem e constituem o mundo de determinada maneira, dotando-o de determinado significado, de uma determinada “economia interna” (Foucault, 1999). Isto pertence a cada indivíduo e vai sendo alterado dependendo das circunstâncias, das relações que são estabelecidas, da capacidade de produzir ditas verdades e de elas serem reconhecidas como tal.

A capacidade de reflexão através da palavra escrita é uma prerrogativa que não alcança a todos, numa sociedade excludente na qual a competência da leitura e da escrita ainda não é universal, esta condição contribui para a marginalização de parte significativa de indivíduos. Esta é uma das preocupações demonstradas por autores que consideram a importância desse

¹³ *Desconstrução* é um conceito originário em Richard Rorty e desenvolvido por Derrida. O praticante da desconstrução trabalha dentro dos temas do sistema, mas de modo a rompê-los “desconstruir um discurso é mostrar como ele mina a filosofia que afirma, ou as oposições hierárquicas em que se baseia, identificando no texto as operações retóricas que produzem o fundamento de discussão suposto, o conceito chave ou premissa” (p.100) ainda “a desconstrução nunca se preocupa apenas com o conteúdo do significado, mas especialmente com as condições e hipóteses do discurso, com os enquadramentos de indagação, ela compromete as estruturas institucionais que governam nossas práticas, competências e realizações”(p.180). (CULLER, 1997).

tipo de prática. Nessa medida, deve-se considerar não só a importância pessoal do domínio da escrita e da leitura, mas também o valor social destas práticas.

Letramento é considerado além de atributo unicamente ou essencialmente pessoal, mas é, sobretudo, uma prática social: letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais (Soares, 2001, p. 72).

Retomando Arendt, (1995) e sua preocupação com *a condição humana*, percebe-se que a autora desenvolve suas idéias em torno de um possível divórcio entre o conhecimento (no sentido moderno de *know-how*) e o pensamento. E ela afirma que "os homens que vivem e se movem e agem neste mundo, só podem experimentar o significado das coisas por poderem falar e ser inteligíveis entre si e consigo mesmo" (p.12). As três atividades, – labor, trabalho e ação¹⁴ – que dão ao ser humano esta condição integram o que a autora chama de *vita activa*. O labor e o trabalho seriam atividades do homem consigo mesmo, enquanto que a ação passa a ser a vida para o coletivo, que se refere à vida para o outro, na perspectiva da inclusão social. Porém, pergunto, a qual social devemos nos referir? Na sociedade de consumo, o apelo é para a padronização. O individual se perde no coletivo, perdendo a sua capacidade de singularidade. Na teorização de Arendt, está contida a sua preocupação em resgatar o modelo da sociedade grega na qual o individual visava ao bem público. Já no modelo da sociedade pós-moderna, o trabalho agrava o individualismo e a re-engenharia das relações nos locais de trabalho e estimulam a competição dentro do grupo.

Ao mesmo tempo em que a autora propõe a recuperação dessa singularidade (que não significa individualismo), ela alerta para o sentido do termo social, que tem origem na sociedade romana e indica certa aliança entre as pessoas para um fim específico. A ênfase dada ao discurso como meio de persuasão desenvolvia, naquela sociedade, as relações entre os membros da *pólis* na qual tudo era decidido mediante palavras e persuasão. A capacidade discursiva contém, além do saber, também a competência de expressão e do convencimento, permitindo a cada um desenvolver, à sua maneira, sua capacidade de interferir no público e disputar o lugar do discurso.

¹⁴ O *labor* é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, a própria vida. E trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, produz um mundo "artificial" de coisas, diferente do mundo natural. A condição humana do trabalho é a mundanidade. A ação liga o individual ao social (Arendt, 1995, p. 15).

Quando Arendt afirma ser "o discurso que faz do homem um ser político" (op. cit.), ela parte da teorização sobre o agir entre os homens pela troca através da palavra. A autora afirma que a sociedade prescritiva não dá lugar ao agir,

ao invés da ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a 'normalizar' os seus membros, a fazê-los 'comportarem-se', a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada (p. 50).

A capacidade de transformação, a condição do *devoir* humano¹⁵ se contrapõe à idéia do sujeito cartesiano, como um sujeito centrado, definido, senhor de sua razão. É pela linguagem que este *devoir* se realiza.

Para Heidegger (1988), a intersubjetividade – na forma do *mitsein* (ser-com) – constitui uma estrutura ontológica essencial do *dasein* (ser-aí ou ser-no-mundo) através da qual se dá o encontro com o outro, que ocorre também através do texto escrito, considerando-se a intersubjetividade produzida pelo mesmo. As *narrativas de si* abrem caminho para o *mitsein* heideggeriano, assim como a dimensão intersubjetiva do *dasein* possibilita a experiência do outro. O *dasein* possibilita o conhecimento do Ser e o *mitsein* possibilita a convivência, o partilhamento.

A idéia do *devoir* permanente do Ser em Heidegger pode ser aproximada ao sujeito em permanente construção de Foucault (1992), voltado para si mesmo e para o outro, em cujo processo o autor mesmo se incluiu, pois sua obra é um desafio permanente de pensar diferente do que pensa. O si mesmo se constrói na relação com o outro, diferente do sujeito cartesiano, centrado, aistórico, definido da Modernidade, sustentado pela racionalidade.

Além da idéia de um outro sujeito, outra discussão que se estabelece é a relação dos sujeitos entre si. A discussão se dá em torno não mais de uma relação hierárquica de poder e

¹⁵ Heidegger nos ajuda a pensar no Ser como temporalidade, como uma forma de expressão do acontecimento histórico e aponta para a provisoriedade das coisas e dos sentidos. "La verdad científica y el fundamento pierden peso como formas dominantes de apertura del mundo; nuevas formas de devenir-objeto y de devenir-sujeto se abren a nuestra experiencia (...). Más allá del Ser entanto ente y presencia evidente; más allá del objeto multifacético y fugaz producido por la discursividad científica, podemos intentar pensar al Ser como temporalidad, como una forma de expresión del acontecer histórico" (Palamidessi, 1998, p. 29).

sim através de uma proposta de um arranjo social onde se estudam as relações dos sujeitos de forma capilar.

Uma contribuição importante foi dada por Culler (1997), cujo estudo propõe a *desconstrução*¹⁶ do texto e a *desleitura* como conceitos que apontam para uma nova forma de trabalhar o texto, principalmente o texto literário. A *desconstrução* pretende a compreensão do entrelaçamento entre os sistemas de representação e o sistema de códigos e convenções, podendo, através dele, traçar o caminho do poder na constituição daquilo que aparece como "real" ou "realidade". Sua proposta está baseada no conceito de análise arqueológica de Foucault, e ajuda a identificar como as *tecnologias do eu*¹⁷ atuam nas narrativas.

Numa outra vertente teórica, encontra-se Bourdieu (1996) que chama atenção para outro aspecto na disputa pelo lugar da palavra. Segundo o teórico, a estrutura da produção lingüística depende da relação de força simbólica entre os interlocutores, isto é, da importância de seu capital de autoridade (que não é redutível ao capital propriamente lingüístico): a competência é, também, capacidade de se fazer ouvir e a maioria fica excluída dessa condição (p. 160).

Cabe ainda um outro elemento a ser considerado que é a afirmação de que existe nas relações sociais uma disputa permanente entre os usuários dos discursos tanto em relação às escolhas semânticas como no que concerne à imposição de significados e, em consequência, imposição de valores do grupo social a que pertencem. Determinados grupos se enclausuram e criam barreiras simbólicas (Bourdieu) impeditivas para os que não pertencem às suas comunidades, fazendo com que muitos não se autorizem ou mesmo não ousem se manifestar, ou mantenham postura de recato, contenção, ou, ainda, de manifestações, às vezes, incompreensíveis fora do grupo de origem.

Partindo dessa perspectiva, é necessário admitir que a instauração da comunicação depende de condições objetivas onde os interlocutores tenham, minimamente, a mesma

¹⁶ Este conceito foi desenvolvido a partir da compreensão de Arfuch como uma das possíveis vias de reflexão do sujeito e está também presente nas teorizações heideggerianas diante da possibilidade de desestabilizar as objetivações ao recordar a finitude e a historicidade do Ser. Heidegger nos ajuda a pensar no Ser como temporalidade, como uma forma de expressão do acontecimento histórico e aponta para a provisoriedade das coisas e dos sentidos.

possibilidade de manifestação e de serem ouvidas suas falas. As práticas de produção resultam, portanto, em determinado uso, tipo de escolha, circularidade de certas expressões e combinações. Chartier (2001) fala das dificuldades dos autores em editarem e verem circular suas produções escritas. Estas dificuldades têm a ver também com o padrão lingüístico e textual reconhecido como válido. Ao se analisar textos produzidos fora dos circuitos legitimados, percebe-se que seus autores não detêm autoridade lingüística. Para que a recepção seja instalada, é necessário que sejam utilizadas diferentes estratégias que chamem a atenção para este tipo de produto cultural que não tem apoio da mídia para criar audiência. O autor se refere à disputa pelo lugar da palavra, como já vimos em Bourdieu, no qual alguns detêm o capital de autoridade de se fazer ouvir enquanto a maioria fica excluída desta condição.

Foucault refere-se, em *A ordem do discurso* (1999), aos processos de exclusão que o discurso sofre e afirma que o mais evidente é a interdição, observando que ela se desdobra num jogo de três tipos que se cruzam, se reforçam ou se compensam, ou seja: o tabu do objeto, o ritual da circunstância, o direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala. O tabu do objeto seria o valor que se dá a determinado objeto do discurso e o autor afirma que os “buracos negros” seriam as questões relativas à sexualidade e à política, em relação às quais haveria maior número de interdições; o ritual da circunstância tem a ver com o onde e quando se fala sobre determinado assunto, em que circunstância acontece o discurso; e o direito do sujeito é a disputa pelo lugar da fala: quem pode falar.

Neste jogo, aprende-se que não se pode falar tudo o que se quer e que nossa fala está determinada pela circunstância e pelo lugar de sujeito que ocupamos nas relações sociais. Pode-se lembrar que o mesmo autor, em *O nascimento da Clínica* (1980), resgata o valor simbólico do discurso do louco, que não é ouvido ou, quando ouvido, tem o peso de profecia/maldição. Pode-se aproximar desta visão o tratamento que recebe em diferentes sociedades a voz da criança, da mulher, do índio, do colono, do caipira, dos sem terra, dos sem teto e do velho, variando os graus de aceitabilidade, dependendo do momento e do grupo no qual se manifestam.

¹⁷ *Tecnologias do eu*, numa linguagem foucaultiana, são as formas do sujeito se relacionar consigo mesmo. As formas de auto-exame, as confissões, os testemunhas, as auto-punições e a auto-ajuda, as auto-recompensas. *O eu diante de mim mesmo*.

Se até há bem pouco tempo não eram levadas em conta as formas não “cultas” da linguagem, também o esforço dedicado à aproximação do “não culto” ao padrão legitimamente aceito tinha por intenção eliminar as nomeadas “corruptelas” da língua padrão. Mesmo no Brasil, país continental, alimentava-se a ilusão da língua única, e os falares regionais eram vistos como desvios.

A escola, a academia, os meios de comunicação sempre foram os guardiões zelosos na garantia da manutenção da tão desejável uniformidade dentro do padrão culto. Programas de TV e rádio em horários considerados nobres, de grande audiência, contratavam e treinavam locutores que se aproximavam ao máximo do modelo tido como “correto”. Atualmente, percebe-se um certo afrouxamento nas regras. Podem-se identificar diversos falares regionais evidenciados pelos diferentes acentos de fala, mesmo em programas considerados exemplares como *A voz do Brasil*, que é transmitido em cadeia nacional pela Radiobrás, atingindo diariamente todo o território nacional.

Retomando a proposta de Larrosa, reconhece-se que o trabalho com a linguagem deve ser o de práticas de produção para que as pessoas desenvolvam ou recuperem as formas de relação consigo, não sendo a leitura e a escrita apenas mediadoras de aquisição do conhecimento, mas exercícios de si, de reflexão e produção de novos conhecimentos,. Ampliando, com isso, o lugar do discurso. Este é o caráter produtivo da linguagem.

1.1 NARRATIVA DE SI, AUTOBIOGRAFIAS... FORMAS DE DIZER O EU

O instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem. Ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual (...). As convenções verbais produzidas em sociedade constituem o quadro ao mesmo tempo mais elementar e mais estável da memória coletiva (Ecléia Bosi).

Tomo como preocupação chave deste capítulo a importância reservada às narrativas e às autonarrativas na construção cultural da sociedade. Estas histórias narradas recebem várias denominações e são abordadas por vários campos de estudo. Quero destacar, em especial,

autores como: Larrosa (1995, 1996, 1997, 1998); Bosi (1983, 1993); Maluf (1995); Arfuch (2002); Adam (1997).

O conceito de *narrativas de si* de Larrosa (1996) orienta o estudo sobre o papel das narrativas e das autonarrativas e a relação que o autor estabelece com os dispositivos que constituem as *tecnologias do eu* (Foucault)¹⁸, resultando em determinado tipo de *narrativa de si*. O autonarrar-se se faz a partir das narrativas que nos contam e que são contadas de nós.

Ao relacionar as autonarrativas com o conceito foucaultiano das *tecnologias do eu*, o autor nos faz perceber a possibilidade de reflexão consigo mesmo, com o outro e com o mundo, que pode ser estabelecida através da linguagem numa perspectiva de construir novos significados para nossa existência. Segundo o autor, nossa história é sempre uma história polifônica. E, ao pôr em relação significativa diversas histórias sobre nós mesmos, também aprendemos a compor nossa história e a modificá-la (Larrosa, 1996).

Na direção da constituição da teia de histórias, a auto-interpretação narrativa deve ser vista como um fenômeno de intertextualidade (resultado de vários textos); de polifonia (resultado de várias vozes) e de políticas do discurso (textos autorizados, textos “verdadeiros” e “falsos”); e da percepção de como e onde se constrói o discurso (o que é permitido e o que é silenciado).

É preciso também ter-se presente que as narrativas pessoais se produzem e são construídas em diferentes contextos sociais, com diferentes propósitos, no interior de diferentes práticas sociais e diferentes instituições, desempenhando cada uma delas papel importante nas relações entre os indivíduos e a sociedade.

O estudo de Larrosa (1995), apoiado em Heidegger¹⁹ através de sua preocupação em identificar o “humano” com a “reflexividade”, remete a vários autores dentro do campo filosófico, indo de Platão a o autor aponta Descartes, Kant e Fichte. Nesta perspectiva, a pessoa humana

¹⁸ Foucault, 1998, 1999a, 1999b, que compõem a trilogia sobre a *História da sexualidade*.

não existe em um sentido meramente factual, sujeita a certas necessidades e desejos, colada a certo modo de vida, mas, antes, existe de modo a poder adotar uma relação cognoscitiva e prática com sua própria existência, de maneira que tenha uma determinada interpretação de quem é e do que pode fazer consigo mesma (p. 39).

Ainda, na concepção do autor,

a imaginação, entendida lingüisticamente, não só tem uma relação reprodutiva com uma realidade dada (como ocorre na concepção da imagem como re-presentação ou boa cópia), senão, também, e sobretudo, uma relação produtiva. A imaginação está ligada à capacidade produtiva da linguagem: recorde-se que *fictio* deriva de *facere*, o que ficcionamos é algo fabricado e, por sua vez, algo ativo. A imaginação, assim como a linguagem, produz realidade, a incrementa e a transforma (Larrosa, 1996).

Larrosa entende que o trabalho com a linguagem é o de práticas de produção e não de práticas de mediação, vendo-o não apenas como espaço de possibilidades, mero entorno favorável, delimitado e organizado para que as pessoas desenvolvam ou recuperem as formas de relação consigo mesmos que as caracterizam, mas sim como mecanismos de produção de experiência de si.

Como o ser humano se enxerga nesta relação com o mundo e consigo mesmo? A forma de se perceber a si próprio é produzida de forma narrativa. A percepção da minha relação comigo mesmo se revela nas narrativas que construo a meu respeito. Está presente em como eu me narro. Os códigos lingüísticos e narrativos que circulam socialmente me permitem construir as histórias que quero narrar e que me narram pelo movimento da identificação, da subjetivação; e as narrativas obedecem à lógica dos significados construídos discursivamente. Construo narrativas de mim, do outro, das minhas relações com os outros e com o mundo. Elas nem sempre correspondem à chamada realidade, ou seja, não existe uma "verdade" e sim construções discursivas que produzem verdades. Elas são fruto da interpretação dada através dos códigos circulantes e dos acordos sociais.

Ainda que cada grupo possua seus códigos próprios, eles estão em disputa permanente com aqueles que são legitimados pelas instituições que apontam para formas homogêneas de

¹⁹ Ver em *Sobre o Humanismo* de Heidegger, segundo o qual “Pensar e falar é articular o destino do Ser. Por isso só o homem pensa. Só o homem fala. Só o homem é histórico. E é histórico, enquanto faz e é feito pela História” (Heidegger, 1967, p. 15).

discurso e para modelos ideais de personagens de histórias exemplares. As *narrativas de si* permitem que seja construída uma história social. E aí pode-se perguntar sobre o modo como está envolvida a questão pública. De acordo com Larrosa, pode-se também dizer que ela está ligada a dois elementos: periodicidade e contabilidade²⁰. O autor afirma que, na expressão "Eu consegui ver como minha história se repete", podemos compreender como a história do outro tem a ver com a minha própria história, com a possibilidade de se voltar para si e se aliviar, por perceber que as questões não são individuais e sim pertencem a outras pessoas também.

O importante dessa abordagem é o entendimento de que o ser humano é um ser que se interpreta e, nessa auto-interpretação, utiliza de modo significativo formas narrativas. Estas narrativas auto-interpretativas recebem várias denominações de acordo com diferentes campos de estudo: texto memorialístico, autobiográfico, rememoração, lembrança, variando de acordo com a concepção dos diferentes autores. Maluf (1995) distingue texto memorialístico (fatos, episódios) de autobiográfico (mais pessoal). A autobiografia vem a ser a construção imaginária de si mesmo como outro (Arfuch, 2002, p. 47). Para Maluf, "o texto autobiográfico é, em última instância, uma auto-interpretação de si mesmo" (Maluf, 1995, pp. 29-30). Bosi (1983) chama a autonarrativa de relembração e diz que ela é uma reconstrução orientada pela vida atual, pelo lugar social e pela imaginação daquele que lembra.

Quando o indivíduo pensa sobre a sua história, a idéia é de que a consciência de si estruturada na interpretação do eu mesmo está contida na trama narrativa de sua vida. Isto é o que Larrosa (1995) chama de *virada hermenêutica*, ou seja, "o ser humano é impensável fora da interpretação" e, já que toda a interpretação é lingüística, "o ser é impensável fora da linguagem". Os filósofos uniram o ser à linguagem na idéia da interpretação, ou melhor, os filósofos foram os que deram à linguagem e à idéia de interpretação um peso ontológico.

O segundo conceito desenvolvido pelo autor é o da *virada semiológica*. A semiótica nos tem ensinado sobre a relatividade, a instabilidade e a produtividade intrínseca dos sistemas semióticos nos quais a interpretação (e a auto-interpretação) está necessariamente apoiada. A consciência de si está, por sua vez, estruturada nos sistemas semióticos, nos quais a noção de signo é vista não como o resultado de uma realidade extralingüística, que funciona como sua

²⁰ Periodicidade refere-se à freqüência com que ocorrem os eventos e contabilidade ao número de vezes que eles, se repetem.

referência, e sim na relação com outros signos em um sistema semiótico. E os filósofos e os lingüistas pós-estruturalistas nos ensinaram que a linguagem não reflete a realidade, ou não comunica uma realidade prévia, mas a constrói.

O terceiro conceito desenvolvido por Larrosa é o da *virada pragmática*, cujo princípio é de que o sujeito humano está no mundo no qual o discurso funciona socialmente, em um conjunto de práticas discursivas. Sua afirmação vai no sentido de que o poder que atravessa o discurso atravessa também a interpretação (e a auto-interpretação), a construção da identidade e a auto-identidade. Haveria, pois, uma política da identidade e uma luta política em torno de quem somos.

Isto quer dizer que quem somos (sujeitos autoconscientes, capazes de dar um sentido a nossas vidas e ao que se passa conosco), não vai além de um jogo de interpretações e são os discursos que constroem posições de sujeito. Pode-se resumir tais idéias numa seqüência (1) o que somos não é outra coisa senão o modo como nos compreendemos; (2) o modo como nos compreendemos é análogo ao modo como construímos textos sobre nós mesmos; (3) o modo de construção destes textos depende de sua relação com outros textos e dos dispositivos sociais nos quais se realiza a produção e a interpretação dos textos de identidade. Ainda: a consciência de si, no presente, é sempre a consciência de quem somos neste preciso momento em nossas vidas, porém, também é constituída de operações de lembranças e projeções, numa inter-relação entre passado, presente e futuro, em operações ativas da memória e de antecipações, em jogos de interpretação através dos quais compreendemos e construímos nossas identidades e nossas relações com os outros e com o mundo. Tanto o passado como o futuro mantém estreita relação com o presente. O presente é o ponto de partida, tanto das lembranças passadas, que sofrem o olhar do agora, como o futuro é o desdobramento do nosso presente, a projeção dele.

A experiência narrativa nos ajuda a organizar as idéias que estão confusas na nossa mente, mas também nos permite recriar esta realidade, projetando nela nossos desejos, sonhos e frustrações. Na literatura e no cinema, existem os conceitos de *flash back* e fluxo de consciência, que correspondem a lembranças instantâneas que nos vêm à mente, na nossa tentativa de recompor a cena passada, nem sempre nítida, principalmente em se tratando de momentos de maior emoção ou tensão.

O que nos acontece como experiência só pode ser interpretado narrativamente, e é na história de nossas vidas que os acontecimentos atingem uma ordem, um sentido e uma interpretação. É na trama que articulamos os acontecimentos de nossa vida em uma seqüência significativa. É na trama que construímos nossa própria continuidade/descontinuidade ao longo dos acontecimentos de nossa vida. Lajolo (2001) relaciona o texto com trama/tecido/teitura, todos estes termos contêm a mesma raiz do verbo tecer. Escrever um texto é também tecer experiências de vida.

A experiência que desestabiliza, atualiza e faz emergir a pergunta: quem sou? Ou ainda, como me tornei o que sou? Põe em questão o sentido estabelecido de si mesmo. Quando tentamos reconstituir nossa história, quando fazemos a experiência da escrita de nós mesmos, acabamos surpreendidos pelo que encontramos no papel. Às vezes, nem nos reconhecemos. Este tipo de afirmação é facilmente encontrada nos depoimentos de escritores ao comentarem seus textos autobiográficos. Escritores como Proust (1991), Sartre (1987, 1994), Gorki (1984) e escritoras como Isadora Ducan (1996)²¹, Lya Luft (2000) e outras, escreveram sobre suas experiências de escrita e sobre como as lembranças de infância e suas histórias de vida influenciaram suas obras. A partir desse entendimento posso afirmar que os atributos que dou à minha conduta, que aparecem na narrativa, somente terão sentido se tiverem sido abstraídos dela, respondendo às questões: quem sou ou quem tenho sido em alguns dos acontecimentos da minha vida (Arendt, 1995).

Muitas vezes, os atributos com os quais me auto-referencio são resultado de estereótipos sociais e culturais que acabam não se comprovando nas minhas ações. São nossas ações e reações, as iniciativas que tomamos diante de determinadas situações que nos dão pistas para compreendermos quem somos diante de nós mesmos e dos outros e isto não pode ser traduzido simplesmente através de adjetivações. A adjetivação, como um dos componentes da linguagem, carrega consigo significados que podem vir a se transformar em estereótipos na medida que circulam socialmente, adquirindo conotações positivas ou negativas. As pessoas assimilam estes estereótipos e, ao não estabelecer em uma reflexão sobre os significados que eles carregam, permitem que os mesmos colaborem com a definição dos papéis e dos lugares sociais que cada um ocupa no corpo social.

²¹ Isadora não se considerava uma escritora; em *Minha vida*, lamentou o fato de lhe faltar “a pena de um Cervantes ou até de um Casanova” (1996, p. 17).

Ao exercitar nossa capacidade de nos reconstruir, reinterpretar e refazer nossas histórias pessoais através de uma viagem interior como verdadeira experiência de si, passamos a nos compreender como elementos de um coletivo e inseridos socialmente.

Parafraseando Larrosa, deve-se considerar a construção de narrativas de nós mesmos como forma de nos autonarrarmos, devemos considerar que, ao narrarmo-nos a nós mesmos, o que se passa conosco e ao construir o caráter (o personagem) que somos, nos construímos como indivíduos, como alguém, como já foi mencionado antes. O texto autobiográfico não é fiel ao acontecimento, ele sofre a ação do presente, sofre a perspectiva do hoje em relação ao passado e está sujeito a esquecimentos/auto-censura/ocultamentos. Constitui-se assim em uma versão, dito por alguém, de um determinado lugar e em determinado tempo, sobre um acontecimento ou acontecimentos passados.

Existem fatos, acontecimentos, vivências, ocorrências que não queremos publicizar, existem momentos de nossa vida que gostaríamos tivessem sido diferentes. O sentido está em que, através da autonarrativa, o sujeito reflete sobre si próprio, sobre sua vida e sobre as relações que estabelece.

A centralidade da narrativa, de acordo com Arfuch (2002), depende de um contexto inscrito na hibridização de categorias e distinções que têm dominado o que se chamou de Modernidade e que têm acompanhado a transição à Pós-modernidade. Em sua pesquisa, a autora analisa as diferentes formas tradicionais de relatar a própria vida – memórias, correspondências, diários íntimos e mostra a irrupção de novas formas autobiográficas. Seu estudo segue a linha que põe em questão o sujeito autônomo, autocentrado e transparente da metafísica moderna e a correlativa noção de sujeito descentrado (pós-estruturalista) ou constituído em torno de um vazio (Lacan) e, como consequência, põe em questão as formas canônicas do relato autobiográfico.

Na sua concepção, a autora observa ainda que

a categoria de valor biográfico adquire um novo protagonismo no traçado narrativo que dá coerência à própria vida (...). O vazio do sujeito autônomo clássico é ocupado pelo que poderia ser chamado de estratégias discursivas, isto é, por deslocamentos metonímicos que dão coerência aos relatos, coerência que não repousa em nenhum

centro, mas faz desta não coincidência do sujeito consigo mesmo a fonte de toda representação e totalização (p. 12).

Nesta perspectiva, não existe autoria, ninguém é autor original. O sentido está no mundo e é apropriado pelo sujeito que o re-organiza, o re-interpreta, o re-inventa. Ler é re-coletar.

Voltando a Larrosa (1996), deve-se lembrar que o autor dá um *status* especial à narrativa afirmando:

se a vida humana tem uma forma, ainda que seja fragmentária, ainda que seja misteriosa, essa forma é a de uma narrativa: a vida humana se parece a uma novela (...). Nossa vida, se é que ela tem uma forma, tem a forma de uma história que se desdobra. Portanto, responder à pergunta: "quem somos"? implica uma interpretação narrativa de nós mesmos, implica uma construção de nós mesmos na unidade de uma trama, e isso é análogo, então à construção de um caráter, numa novela" (pp. 146-147).

A narrativa ou o relato, como se queira, organiza os acontecimentos temporal e casualmente e ajuda a organizar a própria história de vida e as relações do indivíduo com o meio em que vive.

Ao produzir uma autonarrativa, o sujeito traz para seu texto inúmeras vozes que fazem parte de sua trajetória de vida. Este pensamento nos remete àquilo que Foucault (1992) chama de o apagamento do sujeito. Não é o sujeito que produz o discurso, mas ele é resultado do entrecruzamento de discursos. Não é o sujeito por si que se expressa, porém, ele é expressado por todas as narrativas que o constituem. Por sua voz falam as instituições, os ensinamentos recebidos, os silenciamentos impostos, os discursos permitidos e os estimulados. Quem sou é o entrecruzamento das histórias que me narram e me constituem.

Foucault (1992), cujo entendimento em relação ao sujeito dos discursos ou dos enunciados seria o de vê-lo não como manifestação de um sujeito centrado e único, e sim como o instaurador da discursividade e o discurso seria "lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem". O autor deve apagar-se ou ser apagado em proveito das formas

próprias do discurso. Ao definir a maneira como se exerce essa função, em que condições e em que domínio, não significa dizer que o autor não existe, mas sim, permitir que se descubra o jogo da função do autor. Ou seja, ao multiplicar o sujeito através da pergunta “quem fala?”, ela pode ser desdobrada em muitas outras: qual o status do enunciador, qual sua competência, seu lugar institucional, suas relações com outros lugares de poder? Perguntar “de onde se fala?” é outro modo de multiplicar o sujeito, de escrever as diferentes “posições” daquele que enuncia. Assim, destrói-se a idéia de discurso como expressão de algo, tradução de alguma coisa que estaria em outro lugar, talvez em um sujeito, algo que pré-existisse à própria palavra.

Larrosa (1996) traz esta discussão para o trabalho com a leitura e também com a escrita e questiona

se só é experiência aquilo que (nos) passa e o que (nos) forma ou (nos) transforma, a experiência que fazemos ao ler um texto é diferente de decifrar seu código. E isso, entre outras coisas, porque cada experiência de leitura também suspende e faz explodir o código ao qual o texto pertence. Por isso, e em relação ao código, a leitura não é atar um texto a um código exterior a ele, senão suspender a segurança de todo código, levá-lo ao limite de si mesmo, e permitir a sua transgressão (p. 136).

E, ao suspender a segurança do código, o eu não deixa de se fazer, de se desfazer e de se refazer pela leitura e pela escrita, permitindo que o sujeito se invente de outra maneira, permitindo que o eu seja outro (Larrosa, 1998, p.51).

Os códigos não têm sentido único e fixo e sim podem, a todo momento, ser usados em outro sentido, com outra combinação, produzindo novos significados. E isto é que constitui a gênese da linguagem na sua condição permanente de incompletude e de vir-a-ser. Pode-se dizer que esta visão pertence ao que foi nominado anteriormente de *virada semiológica*.

A proposta de leitura do espaço biográfico deve ser, segundo Arfuch, transversal, simbólica, cultural e política, envolvendo as *narrativas de si* – e seus inúmeros desdobramentos – na cena contemporânea. Quando se pretende conhecer o indivíduo através de suas narrativas pessoais, precisamos ter presente que ele sempre será provisório, incompleto, sujeito às circunstâncias.

Para a autora, "o espaço biográfico se revelou altamente produtivo, no horizonte analítico, para dar conta de multiplicidade, lugar de confluência e de circulação, de parentes, de família, vizinhança, e diferenças" (Arfuch, 2002, p. 22). É através das *narrativas de si* que nos reconhecemos em relação ao outro e da mesma forma reconhecemos as diferenças e a relatividade de possibilidade de inclusão e pertencimento.

A narrativa não é lugar de irrupção de subjetividade, senão a modalidade discursiva que estabelece a posição de sujeito e as regras de sua construção em uma trama.

A construção de narrativas auxilia na experiência de cada um em sua reflexão sobre a concepção da identidade que é formada na interação entre o eu e a sociedade (...). O sujeito ainda teria um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado com os modos culturais "exteriores" e as identidades que esses modos oferecem (Hall, 1998, p.11).

A identidade preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior", entre o mundo pessoal e o mundo público.

Larrosa (1995) explora a relação do eu mesmo (misteriosa identidade) e a narrativa (onipresente gênero discursivo). Mostra que o sentido do que somos, ou seja, o sentido de quem somos, depende (1) das histórias que contamos; (2) das histórias que nos contam e, em particular; (3) das construções narrativas nas quais cada um de nós é: autor, narrador e personagem principal; (4) das autonarrações ou histórias pessoais.

A narrativa é sempre intertextual, polifônica e tem a ver com as políticas do discurso, isto é, é perpassada pelos textos com os quais temos contato; é resultado das muitas vozes que ouvimos; e tem relação direta com o que é permitido ou silenciado dos textos que circulam socialmente.

Assim sendo, o sentido de quem somos é constituído pelas histórias que contamos, que nos contam e que contam sobre nós. E, apesar de o "poder disciplinar"²², de que fala Foucault, pretender regular os significados e os usos da linguagem, tratando a mesma como algo

²² O *poder disciplinar* está presente em todo o corpo social e pretende regular as relações entre os sujeitos de forma capilar, de diferentes formas, nas diferentes instituições através do estabelecimento de regras que as organizam e delimitam as ações mediante técnicas e instrumentos de intervenção.

homogêneo em termos de significados definidos e regulando o que pode ser dito e o que deve ser silenciado, ao nos expressarmos, estamos ativando a pluralidade de significados embutidos na nossa língua e nos sistemas culturais. Assim, apesar de o nosso pensamento, a nossa expressão não ser original, pois a língua é um sistema social preche de significados presentes nela, antes mesmo de nossa existência e que vão se alterando ao longo das relações sociais, da mesma forma, os significados não são únicos e sim as palavras são “multimoduladas”, sempre carregando ecos de outros significados.

O que se coloca na sociedade pós-moderna é a necessidade de se compreender que não existe uma única identidade, mas várias, algumas vezes contraditórias entre si, ou não resolvidas.

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente (...). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia (Hall, 1998, p.1).

A narrativa, considerada como categoria discursiva,

organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representações e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto (...) de diferenças (...) como marcas simbólicas, afim de diferenciar socialmente um grupo de outro (Hall, p. 63)

traduz os eventos numa seqüência temporal em que os mesmos se relacionam entre si.

Larrosa (1996) desenvolve sua teoria dentro da ótica da Filosofia da Educação, segundo a qual o processo de construção das autonarrativas se apresenta como um gênero de pensamento e de escrita que pretende questionar e reorientar as formas dominantes de pensar e de escrever no campo da educação. Seu objeto de estudo são as práticas pedagógicas nas quais se “produz ou se transforma a experiência que as pessoas têm de si mesmas” (Larrosa, 1996, p. 36).

Em seu trabalho sobre Teoria da Narração, o autor a considera como mecanismo fundamental da compreensão de si mesmo e dos outros, e diz que se pode articular de um modo filosoficamente interessante certas idéias tradicionais sobre a autoconsciência ou

identidade pessoal sobre a autocompreensão do sujeito e sobre as práticas educativas onde se produzem, se interpretam e se medeiam histórias.

Ao construirmos nossas histórias, elas estão carregadas dos significados que nos constituem, que fazem parte de nossa própria história de vida, das histórias que escutamos a nosso respeito, das experiências de leitura que já tivemos, de como estas leituras nos atingiram, quais os impactos que nos causaram, quais as práticas sociais nas quais estivemos envolvidos e como estas histórias foram construídas. Quais os grupos ou instituições que as consideravam, qual o peso destas instituições ou grupos nas nossas vidas, como o confessionário, o tribunal, a escola, o grupo de terapia, a relação amorosa, o grupo familiar ou as relações de amizade.

É na história de nossas vidas que os acontecimentos atingem uma ordem, um sentido, uma interpretação. A experiência que desestabiliza, atualiza e faz emergir a pergunta: quem sou? põe em questão o sentido estabelecido de si mesmo. E, às vezes, a pessoa se surpreende pelo que encontra, não se reconhece, tem que reconstruir, reinterpretar, refazer-se. A construção de narrativas pode ser vista como forma de autonarrar-se: (1) ao narrarmos-nos a nós mesmos, o que se passa conosco, (2) ao construir o caráter (o personagem) que somos, estamos nos construindo como indivíduo. O significado contido no texto que produzimos é resultado tanto das (1) relações de intertextualidade que o mesmo mantêm com outros textos como de (2) seu funcionamento pragmático em um contexto.

Na aprendizagem do discurso narrativo e na participação em práticas discursivas narrativas, nos constituímos, aprendemos, melhoramos e modificamos tanto o vocabulário usado para a autodescrição, como os modos de discurso nos quais articulamos a história de nossas vidas. Da mesma forma, é na elaboração do texto que adquirimos um conjunto de dispositivos semânticos (vocabulário, dicionário); um conjunto de dispositivos sintáticos (as relações, os modos de construção) para a autocriação, para nos narrarmos no interior desses dispositivos, para fazermos e refazermos a nós mesmos através da construção e da reconstrução de nossas histórias.

Esta construção singular nos faz lembrar o trabalho desenvolvido por Arendt (1995) que, ao retornar o olhar à sociedade grega, recupera o conceito de singularidade na qual o cidadão era estimulado a demonstrar realizações singulares na sua relação com seus pares. A

esfera pública, segundo a autora, era reservada à individualidade; a *Ágora* era o único lugar em que os homens podiam mostrar quem real e inconfundivelmente eram. Pode-se retomar os conceitos de Larrosa (op.cit., p.135) *fictio – facere* e a idéia de que o que ficcionamos é algo fabricado, algo ativo – "a imaginação, assim como a linguagem, produz realidade, a incrementa e a transforma". Arendt diz que o agir humano (ação) é aquilo que não é esperado. Sair do esperado é o espaço da criação, o espaço da possibilidade.

Para Arendt, a autobiografia adquire relevância filosófica: não somente explora os limites da afetividade abrindo espaço para um novo gênero literário, como também introduz a convicção íntima da intuição do eu como critério de validade e de razão.

Os estudos de Larrosa, na perspectiva da Filosofia da Linguagem, fazem uso do conceito *narrativas de si* e nos ajudam a investigar como os textos são construídos, a partir do que Foucault conceituou como as *tecnologias do eu*²³. Este estudo tem a ver com as concepções que desenvolvo baseado na compreensão de que o ser humano se constitui pela linguagem. É a partir do que dizemos de nós, atravessados pelos discursos dos outros sobre nós que vamos construindo nossas identidades.

1.2 MEMÓRIA, LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS. SILENCIAMENTOS...

Na mesma medida em que a História é vista como campo de disputa pela memória, numa dupla tarefa: de memória e de esquecimento (Ricoeur, 1994), a história de vida também possui dupla tarefa: memória e esquecimento; de manutenção e, ao mesmo tempo, de silenciamento, dando relevo aos acontecimentos e interpretações do passado que nos interessa manter. Maluf (1995) distingue texto memorialístico (fatos, episódios) de autobiográfico (mais pessoal). Adam (1997) destaca a importância do conceito de mundo diegético como mundo singular construído por qualquer narrativa, dizendo que ele é “interpretativamente

²³ *Tecnologias do eu* é um conceito desenvolvido por Foucault e refere-se ao trabalho por ele elaborado em relação ao problema da individualidade, ou seja, “sobre a identidade referida ao problema do poder individualizante”, e ao “desenvolvimento de técnicas de poder orientadas a partir dos indivíduos e destinadas a governá-los de maneira contínua e permanente” (Foucault, 1991, p. 98).

construído pelo leitor/auditor a partir do que é dito, mas também do que é implicitamente pressuposto pelo texto” (p. 39).

Nas nossas lembranças estão contidos desejos de pertencimento a grupos e coletividades com as quais queremos manter vínculos. Através destes vínculos com o passado, nos damos a nós mesmos “um lugar” no corpo social.

Biografias, autobiografias, confissões, memórias, diários íntimos, correspondências dão conta, desde pouco mais de dois séculos, dessa obsessão de deixar marcas, rastros, inscrições, dessa ênfase na singularidade que é ao mesmo tempo a busca da transcendência (...). Os métodos biográficos, os relatos de vida, as entrevistas em profundidade delineiam um território bem reconhecível, uma cartografia da trajetória – individual – sempre em busca de seus acentos coletivos (Arfuch, 2002, p. 17).

Trago a contribuição de Larrosa e sua análise da obra as *Confissões*, de Jean Jaques Rousseau, considerado como texto autobiográfico inaugural, na intenção de mostrar "a linguagem como condição necessária do eu, e não somente expressão, meio, instrumento ou veículo de um hipotético eu substancial: o eu não é o que existe por trás da linguagem, mas o que existe na linguagem" (Larrosa, 1998, pp.30-31) segundo a expectativa heideggeriana. A referência a Rousseau²⁴ é acompanhada em outros autores a referências às *Confissões* de Santo Agostinho²⁵. Nestes textos, há que se considerar a importância da memória, da lembrança, da rememoração como elemento fundamental nas escritas autobiográficas.

A memória não é “uma faculdade passiva mas um princípio de organização – e de organização do todo, freqüentemente a partir de um pequeno fragmento do vivido...” (Coelho, 1999, p. 250). E, nessa organização, destaca-se o papel desempenhado pela linguagem, pois é por ela que o pensamento, as lembranças, as rememorações se organizam. A memória tem a forma de uma narração desde o momento passado até o presente em função de um ponto de vista que a faz significativa. O mesmo sucede com a antecipação do futuro. A antecipação, a imaginação e a projeção implicam construções narrativas as quais dizem respeito a um futuro possível que está imaginativamente delineado da mesma forma que o curso temporal condutor

²⁴ Rousseau J. – J. *Emílio ou Da Educação* (2004).

desse futuro. Assim, como não nos desligamos do nosso passado e estamos sempre projetando nosso futuro, temos de considerar que tanto o passado como o futuro (Ricoeur, 1994) não são lineares, não são exatamente como estão presentes na nossa memória ou na nossa imaginação.

Encontrei no trabalho de Braga (2000) um interessante estudo no qual a autora desenvolve uma pesquisa sob o ponto de vista da psicologia social ao analisar as vozes das crianças em sala de maternal. Através da esfera social da palavra, situa a escrita como uma das formas culturais de mediação. Nesta perspectiva, a autora afirma que a constituição da memória é social (p. 185), que a recordação e o esquecimento são práticas sociais (p. 188) e que a memória e a imaginação não têm limites definidos (p. 195). Através de sua afirmação, a autora inclui mais um ingrediente à discussão que é a participação da imaginação que se instala entre a memória, a temporalidade, os esquecimentos, os saltos e os silenciamentos.

Os estudos de Bosi (1983) e de Maluf (1995) nos situam em relação à importância de memória, rememoração, lembrança, como outras possibilidades de dizer o eu. Um eu que não se constrói solitariamente e sim a partir das histórias que contam de nós, levando-se em conta também a temporalidade da narrativa na qual não coincide o tempo do narrado com o tempo da narrativa (Ricoeur, op.cit.).

Estas autoras, de diferentes campos de estudo como Psicologia Social (Bosi) e História (Braga e Maluf), buscam suporte na obra de Halbwachs, *A memória coletiva* (1990), cujo estudo não é o da memória em si mas dos “quadros sociais da memória”. Para o autor, a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a Igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo, dando relevo às *instituições* formadoras do sujeito. Porém, adverte que, se lembramos, é porque os outros, as situações presentes, nos fazem lembrar. Com base na teoria psicossocial, o autor, considerado o principal estudioso das relações entre memória e história pública, relativiza a distinção entre memória e percepção defendida por seu antecessor, Bergson, e a ênfase dada por ele à pureza da memória que permitiria ao indivíduo conservar em si o passado em sua inteireza e autonomia.

²⁵ Autores como Foucault (1992), Arfuch (2002), Maluf (1995), Mignot (2000), Adam (1997) consideram Santo Agostinho autor de texto inaugural da autobiografia, ao lado de Rousseau, ressaltando o intervalo temporal das obras.

Pela memória, o indivíduo refaz, reconstrói, repensa, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado.

Ao apresentar a obra de Halbwachs, Jean Duvignaud, afirma que

a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem (Duvignaud, 1990).

A busca pelo passado é uma das formas do indivíduo entender a construção de sua identidade, ainda que ela esteja sempre vinculada ao nosso olhar atual. É nesse sentido que Maluf (1995) considera que

o trabalho de rememoração é um ato de intervenção no caos das imagens guardadas. E é também uma tentativa de organizar um tempo sentido e vivido no passado e finalmente reencontrado através de uma vontade de lembrar – ou de um fragmento que tem a força de iluminar e reunir outros conteúdos conexos, “fingindo” abarcar toda uma vida (p. 29).

Através de Arfuch pode-se agregar um outro elemento como questão de reflexão ou seja, a relação de identidade e temporalidade e perguntar: “como agregar em um relato ‘retrospectivo’ centrado em sua própria história, essa disjunção constitutiva que supõe uma vida?” (op. cit., p. 46) e perguntar mais: quem é o “eu”, quem diz “eu”? Nesta pergunta está contida a interrogação pelo umbral que separa a autobiografia e a ficção. A autobiografia é a construção imaginária de si mesmo como outro. “Para além do nome próprio e da ‘consciência empírica’ o narrado é outro, diferente daquele que protagonizou o que está sendo narrado” (idem).

Ao estabelecer a relação do sujeito com o coletivo, Halbwachs, por sua vez, amarra a memória da pessoa à memória do grupo e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade. Porém, devemos perguntar também sobre o conteúdo dessas memórias. O que fica? O retido é aquilo que mais significa, às vezes, quase intacto e,

às vezes, de forma muito alterada “a transformação seria tanto mais radical quanto mais operasse sobre a matéria recebida, a mão-de-obra do grupo receptor” (Bosi, 1983, p.27). Dessa compreensão, surge o conceito de construção social da memória, no qual o grupo possui papel fundamental. E é dessa atuação do grupo que resulta a permanência ou não dos fatos na memória coletiva. O grupo participa da seleção dos fatos ajudando a definir os que devem merecer registro e, com isto, permanecer ou não na memória social.

Le Goff (1990), por sua vez, enfatiza a necessidade de buscar diferentes conceituações de memória, de forma que se recupere a “memória coletiva” de grupos que, muitas vezes, dominam códigos diferentes daqueles utilizados pelos grupos dominantes. A historiografia surge como seqüência de novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões. Para o autor, há pelo menos duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores. “A primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado” (p. 113). A segunda é a dos historiadores que pretendiam contar os acontecimentos como “verdadeiramente” aconteceram mas, como sabemos, também são resultado de uma seleção de fatos e de documentos a partir do olhar de quem os seleciona.

Na introdução de seu livro intitulado *Memória e Sociedade*, Bosi afirma que o registro da voz, da vida e do pensamento alcança uma memória pessoal que é também uma memória social, familiar e grupal, desenvolvendo seu trabalho na fronteira entre os modos de ser do indivíduo e da sua cultura, tendo como preocupação não a veracidade do narrador e sim as escolhas feitas para compor sua narração. E diz que a memória “é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento” (Bosi, 1983, p. 3).

Coelho (1999) chama a atenção para o uso da memória de forma passiva e fragmentária pela política cultural, ou seja, como ícone de uma parte, e não como componente ativo do todo. Nessa perspectiva, a versão fabulosa do passado é muitas vezes construída segundo “os interesses e necessidades do grupo e da cultura dominante e oblitera, por regressão e recalque, a atualidade viva” (p. 250). Nessa perspectiva ela, a memória, “opõe-se à política cultural dita criacionista, voltada esta para o apoio à produção de uma cultura nova, feita aqui e agora, para o indivíduo daqui e de hoje” (idem). É preciso, pois, que se preste atenção aos possíveis arranjos estéticos que usam a memória “como fator de elaboração de grandes discursos

justificadores que se armam e se desarmam ao sabor das noções prevalentes no momento” (idem).

Ao analisar o texto de memória biográfica, Adam (1997, p. 54) o faz numa perspectiva tomada a partir de Ricoeur, que vê o texto literário contendo dupla temporalidade, como já vimos, dividida em tempo da narrativa (quando o fato é narrado) e tempo do narrado (quando o fato acontece/ou o tempo vivido); pondo em questão nossa capacidade de recordar os fatos, afirmando que nossa memória é processada pela nossa visão atual sobre os fatos passados. A narrativa é classificada como “representação” de ações segundo a qual “todo texto narrativo deve ser considerado o produto de uma atividade criativa que opera uma redescritção da ação humana” (idem).

Em uma sociedade capitalista, na qual a maior preocupação dos indivíduos é com a produção, perde-se o hábito de ouvir os outros, e com isso, deixa-se de aprender com aqueles que detêm as lembranças. O hábito de ouvir histórias tende a desaparecer e os espaços e tempos dedicados a cultivar as lembranças se perdem. As histórias individuais juntas formam a memória da sociedade. À pergunta: qual a função da memória? Pode-se responder que a memória ao mesmo tempo em que não reconstrói o tempo, tampouco o anula. Ela lança uma ponte entre o passado e o presente. Hoje, a função da memória é o conhecimento do passado que organiza, ordena o tempo, e o localiza cronologicamente.

Bosi (op. cit.) resgata a dignidade do velho que, na sociedade capitalista, não teria nenhuma função, determinando para ele uma função social: a da lembrança. No velho, a memória é dever de ofício. Ao lembrar, o velho está participando ativamente da sociedade. Cabe a ele ser “a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade” (p. 23). A figura do velho adquire assim um caráter produtivo.

As lembranças contêm noções gerais de filiação institucional que são veiculadas pela linguagem e é “graças ao caráter objetivo, transubjetivo, dessas noções gerais que as imagens resistem e se transformam em lembrança” (p. 22). Esta compreensão nos remete às questões de linguagem desenvolvidas por Arfuch, como possibilidade de organizar as lembranças dando uma ordem à vida.

Para sabermos o que é importante na vivência do indivíduo, é importante que ele registre sua história, faça sua autobiografia. “A narração da própria vida é o testemunho mais eloqüente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a *sua* memória” (Bosi, op. cit. p. 29).

Esta memória possui uma elasticidade que permite que ela seja dilatada indefinidamente à medida que o indivíduo exercite, pela reflexão, essa sua capacidade de lembrar, atingindo camadas cada vez mais profundas da realidade, distanciando-se assim da simples percepção dos fatos.

A opção pelo presente (Coelho, op. cit.) implica a procura do vivido (um espaço vivido, um tempo vivido) com uma conseqüente abertura para o sensível, o emocional e o afetual, e a correspondente diminuição do território antes atribuído à razão como núcleo unificador da experiência humana. Ganha corpo a reflexão diante do *ser*, daquilo que *é* já, bem como a elevação do cotidiano e o “pequeno” à grandeza do fato humano relevante. São estas vivências micro que irão, quando organizadas, oferecer uma noção das possibilidades de se escrever a história do indivíduo e do seu grupo social.

Segundo Le Goff, (op. cit.) a contribuição de estudiosos como Foucault ocupa um lugar excepcional na história porque, ao questionar o documento, o transforma em monumento, fazendo

o amálgama de elementos que têm de ser isolados, agrupados, tornados eficazes, postos em relação, integrados em conjuntos. Traz a noção de descontinuidade com papel de relevo nas disciplinas históricas. O tema e a possibilidade de uma história global começam a perder consistência e propõe novos métodos de análise. O autor não põe de lado a sociedade, a economia, etc., mas estrutura esta matéria de outro modo: não os séculos, os povos e as civilizações, mas as práticas; as intrigas que ela conta são a história das práticas em que os homens viram verdades e reconheceram as suas lutas em torno dessas verdades (p. 105).

Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta, o autor afirma que

é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história.

Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documento (p. 109).

São estes os elementos que irão compor as histórias de cada um e que, quando agrupadas, irão dar um panorama da época, auxiliando na compreensão de organização da sociedade e dos lugares destinados aos indivíduos e às relações de poder existentes entre eles que advêm de seus espaços de saber.

2. A MULHER – OS ESPAÇOS DE PODER/SABER

A autoridade - Em épocas remotas, as mulheres se sentavam na proa das canoas e os homens na popa. As mulheres caçavam e pescavam. Elas saíam das aldeias e voltavam quando podiam ou queriam. Os homens montavam as choças, preparavam a comida, mantinham acesa as fogueiras contra o frio, cuidavam dos filhos e curtiavam as peles de abrigo. Assim era a vida entre os índios *onas* e os *yaganes*, na Terra do Fogo, até que um dia os homens mataram todas as mulheres e puseram as máscaras que as mulheres tinham inventado para aterrorizá-las. Somente as meninas recém-nascidas se salvaram do extermínio. Enquanto elas cresciam, os assassinos lhes diziam e repetiam que servir aos homens era seu destino. Elas acreditaram. Também acreditaram suas filhas e as filhas de suas filhas.

Eduardo Galeano

A identidade não é coisa com a qual nascemos, mas vai sendo constituída e se apresenta através de determinados significados. E a linguagem, como vimos no capítulo anterior, desempenha papel fundamental na construção destes mesmos significados.

Os discursos vistos como “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (Hall, 1998, p. 51), funcionam para construir determinados estereótipos em torno dos atores sociais, dentre eles, a mulher. “Esses sentidos estão contidos nas histórias que nos são contadas (...) memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (idem). Essas fornecem uma série de histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos, símbolos e rituais que simbolizam ou representam as experiências que vão construindo em nós uma narrativa de

nós mesmos e formando no nosso imaginário uma certa visão em nós, “nos vemos, no olho da nossa mente, como partilhando dessa narrativa” (idem).

Há uma certa ênfase nas origens, na continuidade, na tradição, na intemporalidade, que “está lá, na verdadeira natureza das coisas” (p. 53). Estes discursos presentes na mídia, na sociedade de consumo, estão longe de apontar outros significados que não os já tradicionalmente conhecidos sobre a mulher. Hoje, apesar de a mulher trabalhar fora, usar celular, dirigir carro, usar cartão de crédito, viajar sozinha, continua a ser vinculada ao seu papel de origem, sua “verdadeira natureza”, que é representada por cuidar da casa e da família e, principalmente, ser mãe. O público e o privado podem passar por momentos de conflito, mas dificilmente o segundo tomará o lugar do primeiro, pois os mecanismos de controle social estão sempre atentos para colocar a mulher no “seu lugar”: a mídia, a escola, a igreja, o judiciário. Se mantém o *mito fundacional* (Hall)²⁶, que tem origem nos gregos e que garante à mulher a condição de pertencimento à sua condição de mulher.

A manutenção da mulher segundo os parâmetros estabelecidos como ocupando “papéis femininos” é uma constante preocupação de certas instituições que assumem para si a condição de reguladoras das relações sociais. Pode-se citar como exemplo clássico a comemoração anual do Dia das Mães, através do qual é mantido o discurso sobre a maternidade como “lugar de mulher”. Este discurso confere legitimidade a outros discursos, determinando modos de vida para o presente e projetando o futuro. Desdobramentos desse discurso são os reforços que ele recebe através da mídia, em especial nas novelas de grande audiência as quais, em suas últimas edições, trazem a mulher no papel de chefe de família. Mulheres bem resolvidas, (leia-se mulheres brancas, letradas, urbanas) que conseguem conciliar suas atividades profissionais (bem sucedidas) com seu papel tradicional de mãe.

Esta tendência pode ser interpretada como uma preocupação da mídia em relação aos números das estatísticas do IBGE os quais apontam para o crescente contingente de mulheres na condição de provedoras do lar.

Diferentes organismos que se preocupam com as questões relativas à condição da mulher na sociedade têm feito estudos, desenvolvido ações e denúncias sobre como esta

²⁶ Ver a respeito em Hall, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade* (1998); e em *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo* (1997).

questão é tratada em diferentes âmbitos, em especial em relação às possibilidades de trabalho oferecidas às mulheres. O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea)²⁷, Organização não-governamental (ONG) de Brasília que, entre outras atividades, dedica-se ao monitoramento da produção do Congresso Nacional no que diz respeito à defesa e promoção dos direitos das mulheres, considera que existe uma maior sensibilidade por parte da Câmara Federal e do Senado brasileiros sobre temas relacionados aos direitos das mulheres, porém, o avanço é considerado tímido e nem sempre as leis aprovadas são acompanhadas de recursos orçamentários para sua implementação.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)²⁸ tem, entre as suas ações previstas, a eliminação dos estereótipos de gênero no livro didático e na TV Escola. O material didático é considerado pelos pesquisadores²⁹ que se dedicam ao tema, como um dos grandes responsáveis pela socialização de determinados conceitos que giram em torno principalmente da família e dos papéis destinados a cada um dos seus membros.

No Rio Grande do Sul, foi criada uma comissão para elaboração do projeto de reestruturação do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres (CEDM)³⁰, órgão que representa a interface entre o governo e a sociedade, particularmente o movimento de mulheres. Uma das primeiras preocupações está ligada a cada vez maior incidência do HIV entre a população feminina.

Em pesquisas realizadas para identificar os fatores que influem no risco de contaminação das mulheres com o vírus HIV, os resultados obtidos pelos investigadores revelam que, em quase todos os países existe o estereótipo das "mulheres direitas" e estas sabem pouco e não falam de temas relativos ao sexo; tacitamente, é aceitável a multiplicidade de parceiras sexuais para os homens; preservativos são considerados apenas em relações sexuais clandestinas³¹.

²⁷ Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA). Site: www.cfemea.org.br.

²⁸ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Site: www.solei.adv.br/conselhonacionaldamulher.htm
Ver a respeito o trabalho produzido por JUREMA, Solange Bentes, *Ações e estratégias do CNDM para o "empoderamento" das mulheres* (2001).

²⁹ Louro (1997) faz referência ao assunto na obra *Gênero, sexualidade e educação*.

³⁰ Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres (CEDM). Site: www.conselhodamulher.gov.br.

³¹ Assembléia Legislativa/RS. *Relatório Azul*, 1999, p. 86.

Esta questão está relacionada a uma outra, ou seja, à violência³² contra as mulheres. Até os anos 70, no Brasil, ela não tinha visibilidade, aliás, não existia esta expressão. Ela teve que ser nomeada, para que pudesse ser vista, falada e pensada. Mulheres morriam em silêncio por se tratar ou de uma questão de "honra"³³ masculina ou de uma questão de ordem privada, da ordem do silêncio e do segredo. Foi a emergência dos grupos e da movimentação feminista que trouxe à luz a violência dos homens contra as mulheres, violência enraizada no espaço da casa. O tempo passou e, mesmo se a força da violência doméstica continua persistente e cotidiana e atravessa todas as classes, o caráter de "novidade" foi perdido para a imprensa e em grande parte para a opinião pública, como se o fato de nomeá-la e repeti-la tivesse produzido a sua banalização e sua re-naturalização.

Estas afirmações são baseadas na existência do registro de 5.239 tipos de ocorrência na Delegacia da Mulher³⁴ na Polícia Metropolitana de Porto Alegre, e num aumento de 12,43% de ocorrências com vítima mulher entre 1997 e 1998, chegando a 105.347 casos no Rio Grande do Sul. Deve-se considerar ainda, que muitas mulheres vítimas de agressões não recorrem às Delegacias por não ousarem denunciar seus agressores; por aceitarem como naturais tais tipos de agressões; ou, ainda, por conhecerem a falta de solução para suas denúncias.

Esta não é uma questão apenas nacional. É uma realidade encontrada em diferentes lugares do mundo. Somente em 1993, em Viena, na Conferência Mundial de Direitos

³² Violência contra a mulher é uma expressão usada desde 1960 para denunciar a invisibilidade dos atos agressivos sofridos pelas mulheres. A violência baseada no simples fato de ser mulher interfere no exercício dos direitos de cidadania e na qualidade de vida das mulheres, limitando seu pleno desenvolvimento como sujeitos humanos, afeta ainda o desenvolvimento da sociedade na sua diversidade. Em 1992 o Comitê da ONU que monitora a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a mulher* (CEDAM) adotou a *Recomendação Geral 19* reconhecendo que a violência é uma das mais perversas formas de discriminação às mulheres. Em 1993, a ONU declarou que “violência contra a mulher” é todo ato violento baseado na pertença ao sexo feminino. Um ano depois a Organização dos Estados Americanos (OEA) adotou a Convenção de Belém do Pará que trata especificamente da temática (*Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres* com o tema *Uma vida sem violência é um direito das mulheres!*) A Campanha é realizada desde 1991 e integra uma rede internacional de 130 países.

³³ Somente no ano de 2005 o termo “mulher honesta” foi eliminado da Constituição Brasileira e o adultério deixou de ser motivo de crime de honra.

³⁴ Delegacia da Mulher. Site: www.mulher.governo.br.

Humanos³⁵ promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), os direitos das mulheres foram considerados Direitos Humanos, até ali, estupro durante guerras, ou o uso de mulheres como escravas sexuais não eram considerados crimes.

Seguindo a tendência mundial, também no Brasil, na época da Iª Guerra Mundial, as organizações feministas vão a público defender a causa feminina através de publicações, promoção de reuniões, conferências, palestras educativas em vários cantos do país³⁶. Na ótica deste movimento, a mulher deveria servir como exemplo de luta a seus filhos, deveria negar a figura imperiosa do padre como confessor e guia espiritual. Estes movimentos pretendiam reverter a situação das mulheres que permaneciam reféns do núcleo familiar no qual era visível a autoridade do homem, além de estarem muitas vezes submetidas à violência masculina. A história das mulheres nos mostra como os discursos construídos socialmente vão sendo assimilados, decorrendo daí seu sentimento de indeterminação quando se trata de definir um projeto de vida próprio, ficando difícil para a mulher pensar a si própria sem o apêndice masculino, mesmo que ele represente violência, maus tratos e, no limite, até mesmo risco de vida.

A falta de prestígio social a que a voz feminina esteve submetida não conseguiu ser revertida nem mesmo nos movimentos de luta dos trabalhadores. No seio do movimento operário, a imprensa sindical não deu o devido valor à participação e à liderança feminina em certos momentos de resistência e organização operária.

Na tentativa de alterar este quadro, entre as vozes que procuram relativizar este esforço de homogeneização discursiva de viés masculino, encontra-se a afirmação de Haraway (1984) que

a consciência de gênero, raça ou classe é um engano forçado em nós por esta terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do patriarcado, do colonialismo e do capitalismo (p. 265)

³⁵ Conferência Mundial de Direitos Humanos. Site: www.mj.gov.br/sedh/textos/VI%20Conf.htm.

³⁶ Ver pesquisa desenvolvida por Michèle Perrot publicada em seu livro *Mulheres Públicas*, no qual a autora faz um apanhado com fotos dos principais momentos da luta pela emancipação da mulher no mundo (1998).

e, pode-se acrescentar que ele vem sendo colocado às mulheres desde o medievalismo. E a autora pergunta

quem conta como ‘nós’ em minha própria retórica? Que identidades estão disponíveis para colocar as bases desse poderoso mito político chamado ‘nós’? (idem).

Joan Scott (1995), uma das vozes de maior destaque no estudo das relações de gênero, afirma que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (p. 71) e ainda, que “gênero, além de ser um elemento constitutivo de relações sociais, é também uma forma primária de dar significado às relações de poder” (idem).

Nessa perspectiva, afirma que as identidades são fraturadas, negando assim a existência de uma representação de “ser mulher” que una as mulheres de maneira natural. Não existiria, também, o estado de “ser mulher”, o qual, em si mesmo é uma categoria enormemente complexa, construída dentro de discursos científico-sexuais e outras práticas sociais.

Entre os diversos papéis reservados à mulher, sem dúvida um dos mais importantes continua sendo o da função procriadora. O corpo feminino é tratado como o templo da reprodução; em função disso ele está à mercê das necessidades econômicas. Em tempos de crise - guerras, baixa densidade populacional, ocupação dos territórios - a mulher é convocada a gerar filhos para a Nação.

Há que se considerar também as mudanças sociais e econômicas em escala mundial, como depois da IIª Guerra Mundial, quando as mulheres foram chamadas a participar do processo de produção e tiveram acesso à educação, formando hoje grandes contingentes nos bancos das universidades. Dados produzidos pelo INEP/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2005)³⁷, órgão vinculado ao MEC – Ministério de Educação, mostram a ascensão das mulheres ao ensino universitário de forma cada vez mais crescente, numa possível reação à tentativa que a sociedade fez de impingir-lhe um papel secundário. A participação no ensino superior demonstra o crescente aumento da matrícula feminina. Dos 1.868.529 alunos universitários matriculados no ano de 1996, 1.015.900 são

³⁷ INEP. Site: www.inep.gov.br

mulheres e 852.629 são homens. Já no ano de 2003, tivemos um total de 3.887.022, sendo que, destes, 2.193.246 são mulheres e 1.693.776 são homens. Os números coletados em relação ao desempenho ajudam a derrubar o mito da incapacidade intelectual da mulher. Comparando os números de participação no ENC (Provão), aplicado aos estudantes de nível superior, com desempenho acima do percentil 75, o desempenho das mulheres cresceu de 19.160 (1999) para 64.332 (2003) enquanto que o crescimento dos homens foi de apenas 22.638 (1999) para 46.928 (2003). A escolarização tem um significado simbólico e significa uma possibilidade real de chegar ao poder para as mulheres como pode ser considerado também como um mecanismo de alívio das tensões provocadas pela falta de espaços para as mulheres nos diversos lugares sociais³⁸.

A análise, desses dados permite perceber que ainda são encontradas fortes marcas de genereificação nas profissões, sendo que as mulheres são, em grande número, alunas de cursos considerados “femininos” como as áreas de licenciatura, em especial a pedagogia (67.059 mulheres e 4.477 homens avaliadas pelo ENC/2003 e grupo de desempenho 2003), fonoaudiologia (2.482 mulheres e 130 homens), psicologia, enfermagem. E os homens ocupam as vagas nos cursos “masculinos”, socialmente mais valorizados como engenharias (elétrica - 603 mulheres para 5.216 homens; mecânica – 181 mulheres para 3.424 homens matriculados em 2003). Na medicina, a ocupação da mulher se dá nas especialidades como pediatria, ginecologia, ficando aquelas consideradas “nobres” como a área cirúrgica e a de anestesista com os homens.

O desempenho das mulheres na Educação Superior é reflexo do lugar reservado às mulheres nos espaços sociais e irá se refletir no mercado de trabalho. Este é um campo que vem sofrendo mudanças significativas nas últimas décadas. Percebe-se, atualmente, um retrocesso nas conquistas trabalhistas, os novos arranjos econômicos e tecnológicos estão relacionados ao desfalecimento do Estado de bem estar social. Nessa re-engenharia do

³⁸ Sobre o assunto, ver as conclusões da pesquisa realizada por Nadya Araújo Guimarães, *Laboriosas mas redundantes: gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos 90*, que relacionam a escolarização das mulheres com as oportunidades de trabalho e as novas tendências do desemprego de mulheres afirmando que existe uma crescente presença e um novo perfil das mulheres que ingressam na atividade econômica. Hoje, segundo a pesquisadora, a mulher é mais velha, casada e mãe. E destaca a colocação preferencial em certas atividades “femininas” e o afluxo de mulheres em posição de chefia. A pesquisa buscou informações para sua análise no Ministério do Trabalho e Emprego, com base em dados produzidos pelas empresas brasileiras para o sistema de informações e cadastro geral de admitidas e demitidas contrariando os dados fornecidos pelo IBGE usados pela *Revista Observatório Social*, referidos na sequência deste capítulo os quais afirmam que a escolarização não garante à mulher a permanência nos postos de trabalho da indústria (2001, p. 90).

trabalho, o corpo *cyborg* é uma espécie de eu pessoal, pós-moderno e coletivo, desmontado e tornado a montar. E é o setor feminino que irá sofrer de forma mais efetiva estas mudanças. Além disso, no Terceiro Mundo, cada vez mais as mulheres adolescentes representam a única fonte de ingresso de suas famílias no mercado de trabalho. Como já foi dito, cada vez mais são as mulheres que assumem a função de chefe de família, cresce entre elas a função de provedoras do lar, aumentando assim sua responsabilidade em relação à prole e a manutenção daquilo que foi denominado como feminização da pobreza (como já foi visto no capítulo II).

Nos textos do concurso *Histórias de Trabalho* que serão objeto de análise no capítulo IV, têm-se vários exemplos de mulheres que assumiram, além do cuidado, também o papel de prover a família. Ana Maria (1994)*, autora de um dos textos objeto desta análise, é um exemplo de mulher que assumiu os filhos depois de se tornar viúva, passando da condição de doméstica à de universitária e oportunizando aos filhos também estudo em nível universitário. Ela não se intimidou diante das dificuldades e ainda encontrou tempo e disposição para participar do movimento sindical na luta pela melhoria das condições de trabalho de sua categoria profissional.

A tentativa de reunir os olhares sobre o lugar reservado às mulheres na sociedade não esgota suas possibilidades de análise, porém ajuda na reflexão das novas relações, principalmente das mulheres, e mostra o redesenho dos contextos sociais em que estamos inseridos que, como afirma Canclini (2000), contém o hibridismo cultural da nossa época, contando com elementos pré-modernos, modernos e também pós-modernos, numa tentativa constante de relocação dos espaços e de novas ocupações destes espaços, com papéis constantemente redesenhados.

A mulher, na sociedade atual, movimenta-se entre o seu papel tradicional de responsável pela organização e funcionamento do lar e os apelos da sociedade tecnológica, da mídia, dos aparelhos eletrodomésticos, das exigências do mundo do trabalho, das possibilidades de compras (que, para algumas, agora podem ser feitas via Internet). Cabem

* Sempre que forem citados os nomes das autoras dos textos do concurso *Histórias de Trabalho*, apenas o primeiro nome será registrado. A cumplicidade com as histórias destas mulheres que representam também um pouco da minha história e da maioria das mulheres que disputam um lugar no mundo do trabalho é a razão desse registro menos formal.

aqui as perguntas: quais são as representações de mulheres que circulam atualmente na sociedade? Quais os novos significados que são atribuídos à figura feminina?

“Feminismo” pode ser definido como uma das políticas de identidade apelando às mulheres e questionando a clássica distinção entre o “dentro” e o “fora”, o privado e o público, que é uma das questões sobre as quais a mulher atualmente se debate, a qual, como o sujeito da pós-modernidade, foi descentrada, resultando em identidade aberta, contraditória, inacabada, fragmentada, com todos os efeitos que se mostram profundamente desestabilizadores. O horizonte da mulher está ampliado. A relação de poder/saber obedece a novos arranjos. O espaço privado e doméstico já não é a única preocupação presente no imaginário feminino. Porém, a responsabilidade pelo cuidado com a família, com as escolhas e o desempenho de seus membros, o “bom” ou “mau” comportamento deles é ainda de responsabilidade da mulher.

Para se compreender o processo de organização da sociedade baseada na divisão entre sexos e a conseqüente exclusão sofrida ao longo da história pelas mulheres, pode-se recorrer ao estudo feito por Foucault (1998, 1999a, 1999b) que resultou em *História da Sexualidade*, dividida em três tomos: a vontade de saber, o uso dos prazeres, o cuidado de si. O autor dedica boa parte de sua análise à diferença de tratamento recebida por homens e mulheres na sociedade grega, incluindo a institucionalização do matrimônio, tratado como questão de economia.

Neste estudo, Foucault (1998) desenvolve o conceito *culturas de si* considerado como o domínio dos indivíduos sobre si mesmos em relação a seus próprios desejos; tido como indispensável ao Estado. O autor recupera o conceito de *temperança*³⁹ de Sócrates como a condição exigida tanto para homens como para mulheres em relação a seus corpos. A natureza desta *temperança*, porém, era diferente em se tratando de homens ou de mulheres. Em ambos os casos, a idéia era de que não podemos estar a serviço dos nossos desejos, isto nos tornaria escravos deles, ainda que a “natureza” masculina fizesse do homem um aventureiro, e fosse para ele necessário “descarregar” sua energia sexual.

³⁹ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Tomo I, 1998.

Em se falando dos homens, a *temperança* seria uma qualidade viril, própria do masculino, condição necessária para forjar o guerreiro, estando relacionada ao poder masculino. Para a mulher, a *temperança* adquiria outra natureza, ela era tida como virtude de subordinação, necessária para a sobrevivência da cidade, para a permanência do nome e a transmissão dos bens. A função procriadora da mulher lhe impunha *temperança*; ela, a mulher, não podia estar a serviço de seus desejos, dos desejos de seu corpo, pois a prole, a cidade, o Estado precisava desse controle, dessa *tecnologia do eu*.

A moral cristã, ao criar o sujeito moral pressupõe a mesma expectativa de renúncia de si, não mais em função da necessidade do Estado e sim na perspectiva da salvação eterna, da renúncia ao pecado da carne como garantia da bem-aventurança. O sujeito moral seria aquele que estivesse afinado com estes pressupostos. O ato sexual não é considerado lícito ou ilícito sob o ponto de vista da moral, e sim como atividade entre o indivíduo e o mundo, como qualidade mais ou menos nefasta, devendo obedecer a uma economia mais ou menos restritiva.

Para regular esta economia, o casamento é instituído, e com Platão e Aristóteles são definidas regras, bem como idade adequada para sua celebração. No casamento, como elemento regulador das economias, a *temperança* continua desempenhando seu papel, pois as mulheres se autocontrolam e assumem o papel de “esposas” quase assexuadas, cujo único sinal de sexualidade é o volume do ventre na gestação, denunciando a prática sexual.

O casamento, instituído como uma forma de regulação das relações sexuais, tem também um caráter econômico. Ele define os papéis, onde a mulher é colocada invariavelmente na condição de estar a serviço do homem e da Pátria. A ela é também imposta a condição de ter parceiros exclusivos e de ser passível de punição em caso de adultério. “Elas se encontram sob seu poder [do homem]; é a ele que devem dar filhos que serão seus herdeiros e cidadãos” (Foucault, 1998, p. 131). O controle da mulher através do casamento também visava garantir a paternidade da prole, tendo em vista a legitimidade dos herdeiros.

Mesmo assim, até recentemente, a paternidade era muito mais social do que biológica, já que a reprodução se realiza no corpo da mulher, que fica indiscutivelmente grávida, não sendo tão óbvia a identidade do contribuidor masculino. Assim, antes dos testes de DNA, a

única certeza em relação à prole advinha da evidência do próprio corpo feminino grávido e conferia às mulheres o poder de procriação que, na Antigüidade, era reconhecido e respeitado como exclusivo das mulheres, em associação com seres divinos, através de fenômenos da natureza, nada tendo a ver com o ato sexual.

O Tratado *A Econômica*⁴⁰ de Xenofontes, na Grécia, prevê a gestão do *oikos* - casa, propriedade, negócios. Define o papel da esposa. O homem, segundo Sócrates, deve estabelecer relações de formação e de direção com a mulher. O *oikos* toma a forma de uma pedagogia e de um governo de condutas. O vínculo matrimonial possui dissemetria de origem. O homem decide por ele próprio, e a família decide pela mulher (Foucault, op.cit., p.140). A Lei - *nomos* - atribui a cada um seu papel e lugar, e define o que é conveniente e belo para cada um fazer ou não (Foucault). Para a mulher é melhor permanecer em casa, uma vez que a desobediência irá gerar o castigo dos deuses. A mulher é sócia para o marido e dona-de-casa para os filhos. O casamento garante à mulher uma posição privilegiada na sociedade, uma permissão para manter relações sexuais “autorizadas” pelas leis de Deus e dos homens, porém não significa exclusividade sexual. Esta é imposta apenas à mulher, e não necessariamente ao homem.

Em decorrência destas “economias” (historicamente registradas), a sociedade regula as relações entre os homens e as mulheres, resultando naquilo que Bourdieu (1999), alinhado em outra corrente teórica, classifica como *habitus*⁴¹, considerado como o elemento de intermediação entre a estrutura social e a prática dos agentes.

Em um grande número de culturas conhecidas, a mulher seria de algum modo inferior ao homem, quer em termos de avaliações simbólicas, quer em termos de poder efetivo. Esta constatação define a tendência encontrada até hoje nas diferentes sociedades em relação ao estabelecimento do papel reservado às mulheres. Diferentes movimentos sociais, políticos e

⁴⁰ O Tratado *A Econômica* de Xenofontes é citado por Foucault no Tomo II (p. 137) da obra *História da Sexualidade* mostrando como o casamento entre os gregos era tratado como questão de economia. Este trabalho é considerado por Foucault como o tratado mais completo sobre a vida matrimonial entre os gregos.

⁴¹ *Habitus* é um conceito desenvolvido por Bourdieu definido como um sistema socialmente constituído de disposições, tendências e matrizes de percepções, ele é concebido como o produto da interiorização das estruturas objetivas. A consciência social do agente - que inclui suas representações, sua auto-imagem e ainda os recursos que aciona para explicá-las - é alimentada por suas experiências socialmente demarcadas, passadas e presentes, bem como submetida a seus limites.

religiosos seguem a premissa de que a mulher tem um papel secundário nas relações sociais e que é seu dever servir a Deus, à Pátria e ao seu marido, que é também seu senhor.

Esta premissa pode ser observada ao se fazer um rápido passeio por alguns dos momentos mais significativos da sociedade ocidental. Com o crescimento urbano-industrial e a expansão demográfica nas cidades marcada pela Revolução Industrial, forma-se a classe operária e sobre ela uma vasta empresa de moralização. Para contribuir para a formação de uma nova figura do trabalhador, dócil, submisso, mas economicamente produtivo, são desdobradas múltiplas estratégias de disciplinarização, as quais não se limitam aos locais de trabalho, mas o acompanham inclusive nos seus momentos de lazer. Dessa forma, é agenciado o modelo de vida burguesa através tanto da higienização das habitações como dos papéis sociais no interior do espaço doméstico. Assim nasce a família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma e com ela um novo modelo de feminilidade centrada na figura da esposa-dona-de-casa-mãe-de-família.

À mulher cabia, agora,

atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio (Rago, 1987, p. 62).

Com o nascimento da família nuclear, delineia-se também a oposição entre o privado e o público como domínios que se excluem enquanto gênero, ao homem fica reservado o domínio do trabalho, da política, do público, à mulher o domínio do privado.

Entre os proletários, o movimento Anarquista também se preocupava com a constituição de novas relações afetivas, com a fundação de um outro modo de organização familiar e com a emancipação da mulher. A invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como o da virgindade. Ao contrário,

quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho (p. 63).

Mesmo entre o movimento operário, apesar de a imprensa sindical cobrar uma maior participação feminina nos movimentos reivindicatórios, estes movimentos eram e ainda são liderados pelos homens, e às mulheres ficava e ainda fica, muitas vezes, reservada a condição de subordinadas dos líderes⁴². O discurso de defesa da mulher contra a imoralidade do processo de trabalho atua no sentido de defender o espaço masculino da produção e de valorizar a força de trabalho do homem.

Na construção da sociedade Positivista, que continha um viés autoritário e masculino, Augusto Comte reserva um papel especial para a mulher quando trata de estabelecer os fundamentos da Religião da Humanidade, ao fundar e legitimar a hierarquização entre os sexos, como uma resposta a normas que são internalizadas no processo de sujeição do indivíduo à estrutura social. A construção da identidade feminina passa pela internalização de normas enunciadas pelos homens, reelaboradas e "vividas" pelas mulheres (Graebin e Leal, 1998, p. 151). Em relação à Educação, Comte entendia ser necessário à mulher receber instrução para poder educar as futuras gerações, porém, sua educação deveria ser no sentido de desenvolver suas aptidões artísticas e contemplativas, nunca práticas e científicas.

Segundo Ismério (1995), a restrição da mulher ao espaço doméstico apresentou-se como uma forma de controlar seus impulsos extremamente nocivos à ordem social vigente. Estas idéias dominaram o mundo ocidental através da religião. A Igreja Católica moldou a imagem feminina através do arquétipo de Eva, pecadora, seduzida pelo demônio e responsável pela expulsão do paraíso.

Para seguir a nobre missão de difundir a fé católica, a mulher deveria seguir o modelo da virgem Maria, mãe de Jesus Cristo, simbolizando uma mulher sem mácula que se dispôs a obedecer aos desígnios de Deus, sem nunca questioná-los. O princípio do casamento e o papel da mulher dentro da família católica foram ressaltados pelo Papa Pio XI na Encíclica *Casta Connubii*⁴³ (*sobre o Matrimônio Cristão*). O recente eleito papa Bento XVI referendou estas

⁴² Ver a pesquisa desenvolvida por Mary Garcia Castro, *Gênero e poder no espaço sindical* que analisa a presença da mulher no meio sindical (1995, p. 29).

⁴³ Encíclica papal. Site: www.capela.org.br/Magisterio/conubii1.htm

idéias enquanto cardeal através de pronunciamentos nos quais recomendava às mulheres se espelharem na figura exemplar da Virgem Maria, como mulher pura e mãe santíssima.

Entre os protestantes, encontram-se idéias similares analisadas por Max Weber (1996), em sua obra *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*, que estabelece uma vinculação estreita entre ambos e afirma que o Calvinismo foi a forma mais insuportável do controle eclesiástico do indivíduo. Segundo o autor, as classes médias "burguesas", não somente falharam na resistência a essa tirania inédita do Puritanismo, como ainda a defenderam heroicamente, de uma maneira raramente vista.

Aliou-se a esses discursos a preocupação constante dos médicos sanitaristas do século XIX, para quem o casamento era considerado antes de tudo uma forma higiênica de relacionar-se sexualmente e assegurar a boa saúde da sociedade. O casamento ajudava a evitar as doenças venéreas como a gonorréia e a sífilis incuráveis até então.

Tanto os médicos sanitaristas como Comte buscaram seus fundamentos nas teses do filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau⁴⁴ (2004), o qual ressalta a inferioridade do sexo feminino em relação ao masculino em sua obra *Emílio ou Da Educação*. O Iluminismo (Florenzano, 1986) tem uma contradição interna ao manter a desigualdade entre os sexos e pregar que todos os cidadãos seriam livres e iguais, unidos pelos ideais comuns da justiça, da virtude e do amor à Pátria e às suas leis. Porém, as mulheres, e todos aqueles que não fossem proprietários de seus meios de produção e de seu próprio corpo (assalariados domésticos e pobres) ficavam de fora de sua democracia. A França foi uma das nações que mais resistiu aos movimentos feministas. Apenas em 1944 concedeu o direito de voto às mulheres, seguida pela Grécia.

Os maçons, por sua vez, também possuem uma moral bastante rígida, segundo a qual a mulher deve usar seus conhecimentos para educar os filhos e fazer caridade. E, na Assembléia

⁴⁴ Emílio, personagem que representa o sexo masculino, tem como qualidades ser ativo, forte, corajoso e inteligente. E, por sua natureza, deveria ser educado para os negócios públicos. Já sua companheira Sofia, representante do sexo feminino, aparece em segundo plano, como um complemento às ações de Emílio. Ela é descrita como um ser fraco, submisso, passivo e emotivo (Rousseau, op. cit., 2004).

de Argel⁴⁵, através do Partido Liberal, foi quem mais hostilizou a reivindicação das mulheres ao voto (Perrot, 1998, p. 124).

Foram trazidos aqui apenas alguns exemplos de discurso presentes ao longo da história - uma história masculina que sempre teve como uma de suas preocupações manter a mulher no "seu lugar". Estes discursos são emblemáticos e representativos dos esforços que determinados segmentos desenvolvem visando à manutenção de seus interesses através de diferentes esferas nas quais se aliam interesses da religião, da medicina, da política entre outros.

A disputa pelo lugar da mulher na sociedade está intimamente ligada à instituição e manutenção do casamento. No Brasil, segundo dados do IBGE, em 1995, as mulheres estiveram à frente de cerca de 70% dos divórcios e das separações judiciais litigiosas, significando que a mulher não mais aceita para si o casamento como forma de regulamentação das relações sociais de homens e mulheres. Como as mulheres costumam assumir diferentes papéis, ao ficarem sozinhas, elas lidam com mais facilidade e aglutinam mais rapidamente os novos encargos advindos da separação.

Posição confirmada por estudos como o de Haraway (1984) a qual afirma que

A grande mobilidade do capital e a cada vez maior divisão internacional do trabalho se misturou com a aparição de novas coletividades e com o debilitamento dos grupos familiares (p. 283).

O rompimento dos laços matrimoniais, em geral, não liberta a mulher de suas responsabilidades maternas e a coloca, muito comumente, numa situação econômica inferior àquela obtida através do casamento, pois é comum ela vir a somar, além dos encargos com o cuidado, também a de provedora da família. O empobrecimento das famílias lideradas pelas mulheres aparece nos dados estatísticos do IBGE⁴⁶.

⁴⁵ A Assembléia de Argel foi uma Assembléia consultiva sobre o direito ao voto pelas mulheres, realizada entre dezembro de 1943 e abril de 1944. Dela não participou nenhuma mulher. O General De Gaulle era favorável à concessão deste direito como sendo um reconhecimento ao papel das mulheres na Resistência quando elas foram consideradas "combatentes da sombra" da IIa. Guerra Mundial (Perrot, 1998, p. 127).

⁴⁶ IBGE. Site: www.ibge.gov.br

A escola, por sua vez, também presta relevante contribuição na manutenção dos lugares sociais entre os gêneros. Pode-se dizer que ela ainda é um microcosmo do pensamento e das aspirações sobre o "ser mulher" e, está entre as vozes presentes na sociedade que concordam com a idéia de que a mulher deva ser "um ser moral" e ético, compatível com os padrões vigentes da sociedade, cuja função primeira é a da maternidade. Estas considerações podem ser comprovadas em estudos feitos sobre a relação entre gênero e docência (Louro, 1998; Meyer, 2001) e também na análise de livros didáticos e de literatura infantil e infanto-juvenil (Costa, 1995, 1996; Silveira, 1996, 1998, 2000, 2002; Wortmann, 2002; Pires, 2004), identificando estereótipos contidos nas representações das professoras e nos ensinamentos de como ser mulher.⁴⁷

2.1 A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO

Dedicadas, pacientes, cordatas, amáveis - elas fizeram de suas vidas uma resposta às expectativas do outro. Filhas obedientes esforçaram-se para realizar todas as esperanças dos pais. Esposas compreensivas, fingiram prazer, calaram desejos, tudo para manter em paz a família. Mães generosas abriram mão do sucesso profissional, para que pudessem se dedicar em tempo integral aos filhos. Boazinhas, sim, mas...felizes?

Ute Ehrhardt

Como desdobramento deste esforço em manter a mulher em um plano inferior ao homem no mundo do trabalho, ainda que a mulher ela conquistado o direito ao trabalho fora do lar, na maioria das vezes não é dispensado a ela um tratamento equitativo ao recebido pelo homem.

⁴⁷ Ver pesquisa desenvolvida por Silveira, Rosa Maria Hessel. Leitura Literatura e currículo. In: COSTA. Marisa Vorraber (org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo* (1998); Contando histórias sobre surdos(as) e surdez. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Estudos Culturais em Educação* (2000); Olha quem está falando agora! a escuta da vozes na educação. In: COSTA. Marisa Vorraber (org.). *Caminhos investigativos. Novos olhares na pesquisa em educação* (1996); *Gritos, palavras difíceis e verborosidade: representações da fala de professores na literatura infantil*. Trab. Apresentado no ANPED/Sul, Curitiba, agosto, 1999. Ver também pesquisa de Marisa V. Costa relatada no texto *Ensinando a dividir o mundo – o currículo perverso de um programa de TV* (texto mimiog.) sobre a participação dos programas infantis na educação das crianças. Texto distribuído no Seminário *Cultura, imagem e pedagogia*. O livro *Professoras que as histórias nos contam*, organizado por Silveira (2002) reúne textos de autoras que analisaram diversos livros de literatura infanto-juvenil a partir dos anos 70 com o objetivo de “rastrear os traços das personagens [de ficção] para traçar um painel das representações docentes neste artefato cultural”.

No Brasil, como em outras partes do mundo, não só na América Latina, como também na Europa e Estados Unidos, as mulheres são discriminadas no mundo do trabalho, ganham menos e perdem emprego mais facilmente. Aqui, de cada 10 cargos executivos existentes nas grandes empresas, apenas um é ocupado por mulheres. No que se refere à gerência, dois cargos são de mulheres e oito de homens. Nas chefias, as mulheres são três e os homens, sete. As mulheres também estão em menor número no chão das fábricas e nos cargos funcionais e administrativos: 3,5 contra 6,5.⁴⁸ Estes dados ajudam a reafirmar que a escolarização das mulheres faria parte das estratégias de distensionamento social.

Por esta perspectiva, o desemprego, fenômeno que penaliza a todos e se constitui no problema central do país na última década, adquiriu feições femininas. Historicamente, as taxas de desemprego sempre foram mais elevadas entre as mulheres, em comparação com as verificadas entre os homens, independentemente do ritmo de crescimento da economia. No entanto, foi durante os anos 90, situação que se mantém até hoje, que as mulheres ultrapassaram a marca dos 50% do contingente de desempregados em grande parte das regiões metropolitanas estudadas pelo PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego (Belo Horizonte, Recife, Salvador, São Paulo, Distrito Federal e Porto Alegre)⁴⁹.

Estão sendo feitos esforços para reverter estes dados a partir de indicativos envolvendo diversos países através de instituições como a OIT (Organização Internacional do Trabalho), que redigiu duas convenções de números 100 e 111, na década de 1950, a primeira trata da *Igualdade de Remuneração*, e a segunda, da *Discriminação*. Apesar de pertencerem a países signatários, empresas multinacionais e brasileiras não cumprem suas cláusulas. Em 1999, a OIT reforçou seu trabalho na busca de igualdade de gênero, inclusive em suas próprias estruturas, com a adoção do plano de ação do Diretor-Geral acerca da dominação de gênero. De outubro de 2001 a abril de 2002, a Organização levou a cabo a primeira Auditoria de

⁴⁸ Os dados foram coletados pela pesquisa Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores empresas do Brasil, realizada pelo Instituto Ethos em parceria com a Organização Internacional do trabalho (OIT), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), pesquisa conduzida pelo IBOPE entre julho e setembro de 2003 .

⁴⁹ Ver pesquisa sobre as políticas de inclusão das mulheres em YANNOULAS, Silvia Cristina. *Ações afirmativas, mulheres e mercado de trabalho* (2001, p. 322).

Gênero no sistema da ONU⁵⁰, que revisou a implementação da política. O DRH – Departamento de Recursos Humanos.

colocou em movimento as estratégias para assegurar um maior equilíbrio de sexos entre o pessoal, especialmente nos níveis mais altos. Houve um crescimento constante, embora lento, no número e na proporção de mulheres em todos os níveis e algumas medidas “tímidas” de reconciliação entre trabalho/família foram adotadas (Tommei, 2004, p. 62).

Da mesma forma, a *Constituição Brasileira* de 1988 ampliou o espaço da mulher principalmente em relação às políticas públicas, porém ainda não as transformou em metas e ações. As maiores diferenças entre homens e mulheres estão situadas em relação a salários e presença nos cargos de chefia. Dentre as recentes iniciativas do governo brasileiro está a criação da *Secretaria Especial da Mulher* com *status* de Ministério com o objetivo de coordenar as ações relativas à criação e implementação de políticas públicas para as mulheres. A *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres*⁵¹, ligada à Presidência da República, construiu o seu Plano Plurianual incluindo o programa *Igualdade de gênero nas relações de trabalho*, que visa a garantir a inclusão das mulheres no mundo do trabalho, com acesso, ascensão, salários e demais direitos trabalhistas, em condições de igualdade entre homens e mulheres, através de projetos que contribuam para a melhoria das condições de trabalho das mulheres, iniciativa não só necessária, senão imprescindível para a mudança das relações sociais entre os gêneros.

A Constituição reconhece os tratados e convenções internacionais ratificados pelo Governo Brasileiro. Entre os destaques, pode ser citada a Convenção sobre a *Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher* (1979) da OIT⁵². Ela compromete os

⁵⁰ ONU. Site: www.onu.org

⁵¹ A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) foi constituída em 1º de janeiro de 2003, com *status* de ministério, foi criada com vistas ao enfrentamento das desigualdades de gênero vividas pelas mulheres brasileiras. Ela tem como missão trabalhar juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) como expressão dos movimentos feministas e de mulheres presentes em diferentes espaços sociais e políticos. E tem, como competência, a formulação e coordenação de políticas para as mulheres, bem como promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados. Dentro do Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007, definiu três assuntos como prioritários: combate à violência contra a mulher; a igualdade de gênero nas relações de trabalho e um pacto federativo pelos direitos das mulheres. Site: www.mulhergoverno.gov.br

⁵² OIT. Site: www.oit.org.br

Estados parte a adotar todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher no emprego.

O artigo 461 da *Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)*⁵³ proíbe a distinção de remuneração entre os que exercem idêntica função, na mesma localidade e para o mesmo empregador. A Lei n. 9.029/1995 elenca práticas discriminatórias que constituem crimes como, a exigência de testes relativos à esterilização ou estado de gravidez, como também a proibição de anúncios de emprego que façam referência ao sexo.

No meio sindical, apenas em 2004, a CUT⁵⁴ (Central Única dos Trabalhadores, que representou o segmento mais à esquerda do movimento sindical) criou a Secretaria Nacional sobre a *Mulher Trabalhadora* com a tarefa de elaborar, coordenar e desenvolver políticas no interior da Central Sindical visando à promoção das mulheres trabalhadoras na perspectiva das relações sociais de gênero, raça e classe, preparando as mulheres para intervir no mundo do trabalho e sindical sobre as questões que interferem na vida destas mulheres enquanto trabalhadoras⁵⁵. A criação da Secretaria significa um salto de qualidade e o reconhecimento da importância da contribuição das mulheres enquanto sujeito social e político na estrutura sindical, vindo a substituir a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora⁵⁶ (criada em 1986), com *status* igual às demais secretarias da entidade. Sua criação deu-se devido à compreensão que

as mulheres deparam-se com as velhas e novas formas de discriminação. Além das diferenças salariais, há os obstáculos ao seu acesso aos cargos mais elevados e qualificados do ponto de vista da valorização do trabalho e/ou cargos de chefia, onde estão presentes a concentração do poder e os melhores salários. Muitas vezes, quando as mulheres ocupam esses cargos, o posto de trabalho tende a ser menos valorizado. Além disso, existem as discriminações diretas e indiretas, como o estabelecimento de critérios de contratação que eliminam mulheres casadas e com filhos. O acesso e a permanência no emprego continuam vinculados à comprovação

⁵³ CLT. Ver a respeito o artigo de BARSTED, Leila Linhares. *O Direito Internacional e o movimento de mulheres* (1995). Site: www.portaltrabalhista.com

⁵⁴ CUT. Site: www.cut.org.br

⁵⁵ Ver a pesquisa desenvolvida por Mary Garcia Castro *Gênero e poder no espaço sindical* que analisa a presença da mulher no meio sindical (1995).

⁵⁶ CUT. Site: www.cut.org.br

de não gravidez, limite de idade, experiência profissional e, em muitos casos, à religião, nacionalidade, etnia. No emprego, o assédio sexual e o assédio moral no ambiente de trabalho se intensificam. E, de forma generalizada, nota-se as limitações para conciliar o trabalho com as responsabilidades com a família e a casa, devido à permanência da divisão desigual entre os gêneros.

Uma mudança nas relações e no tratamento dispensado às mulheres trabalhadoras

requer a adoção de medidas compensatórias que estimulem, garantam condições práticas, preparem e produzam mudanças mais radicais nas estruturas de poder e que busquem desafiar os modelos já dados de representação e participação (...). Garantir a presença e a participação das mulheres requer o estabelecimento de condições favoráveis como creche nos eventos sindicais, horários de reuniões compatíveis com a existência da dupla jornada de trabalho e as responsabilidades familiares (*Observatório Social em Revista*, 2004, p.16)

Nesse cenário surge o conceito chamado de “feminização” do trabalho advindo da cultura das novas tecnologias, principalmente em se tratando da indústria dos eletro/eletroeletrônicos, cujas linhas de montagem exigem destreza manual, ou seja, mãos extremamente finas por serem mais sensíveis no manuseio dos componentes⁵⁷. A mão feminina desenvolveu esta destreza, em especial nas culturas que praticam o artesanato em vime, cizal, tear e outros e nas tarefas domésticas como costura e bordado. Um exemplo que pode ser trazido para ilustrar este fenômeno é o caso das⁵⁸ índias da região de Manaus que foram empregadas por apresentarem as características citadas, além de outros requisitos como: concentração, assiduidade, serem reservadas e pouco falantes, atendendo ao

o perfil da “operária ideal”, segundo um tecnólogo do distrito industrial da Zona Franca de Manaus. Ali, as mulheres não sofrem discriminação, ao contrário, elas

⁵⁷ Ver o artigo de Magda de Almeida Neves sobre as novas tecnologias, velhas práticas e exclusão da mulher. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero (2000).

⁵⁸ ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni. No artigo *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital* analisam a introdução de novas modalidades de trabalho precarizado como: tercerização, subcontratos, part-time como alternativas de trabalho crescentemente desregulamentadas, informais, que fazem parte dos elementos que incorporam o conceito de feminização por privilegiar um significativo contingente feminino. O trabalho em domicílio mescla-se com o trabalho reprodutivo doméstico, aumentando as formas de exploração do contingente feminino (2004).

eram requisitadas por apresentarem “pele mais fina e mãos finas e leves”, aptas para a indústria de montagem e acabamento (*Revista Observatório Social*, 2004, p. 26).

A qualidade do acabamento e o grau de produtividade alcançado pelas índias de Manaus é muito superior a de outros pólos industriais resultando na atração de grande número de empresas do setor eletro/eletrônico. Não se pode afirmar, no entanto, que o reconhecimento da qualidade dessa mão-de-obra tenha sido acompanhada por salários compatíveis.

Advém daí o fenômeno típico dos novos rumos da economia demonstrado pelo fato de que muitas mulheres organizaram suas vidas em torno destas indústrias eletrônicas as quais têm cada vez maior contingente de empregadas mulheres. A feminização do trabalho abrange aquilo que é tido como vulnerável,

apto a ser desmontado e voltado a montar, explorado como força de trabalho de reserva, considerado mais como servidor que trabalhador, sujeito a horários intra e extrasalariais que são uma burla da jornada de trabalho limitada (Haraway, 1984, p. 284),

como foi historicamente o trabalho feminino, ficando muito mais à mercê dos humores do mercado, sendo comumente o primeiro a ser atingido em qualquer tipo de crise ou reordenação da economia.

A reconhecida exploração da mão-de-obra em relação às mulheres é explicada por sua timidez e pouca participação na vida sindical⁵⁹ devido a diferentes fatores como a possibilidade concreta de participação, que exige sempre disposição e disponibilidade principalmente de horários, condição quase impossível para as operárias que já enfrentam dupla jornada; a restrição imposta pelos companheiros e maridos; a formação feminina que guarda ainda a “essência do pensamento rousseauiano” que considerava a mulher como dotada de características físicas e morais, como passividade e subordinação, condizentes com as funções maternas e a vida doméstica. O pensador ia além, propondo que, se a “natureza feminina” não desse conta da função à qual estava destinada, “era preciso criar o hábito da obediência, através da disciplina e do constrangimento constantes” (Rousseau, 2004).

⁵⁹ De acordo com Castro (1995), quem primeiro denunciou a pouca participação das mulheres foram as feministas. Relata também as queixas das mulheres em relação ao tratamento recebido por elas dos dirigentes masculinos. A habilidade de falar sempre foi o requisito fundamental para a ascensão no movimento sindical e as mulheres, em geral, não desenvolvem esta habilidade .

Se, para as mulheres trabalhadoras do século XIX as condições de inserção eram adversas, o panorama atual também não é animador. Elas enfrentam assédio sexual, assédio moral, discriminação racial, remunerações inferiores e uma mobilidade profissional bastante restrita, agravada pelo fato de que cresce o número de mulheres chefes de família, não havendo, porém, um acompanhamento de condições às novas responsabilidades, pois o rendimento médio das mulheres ocupadas continua sendo cerca de 35% inferior ao dos homens.

As mulheres correspondem a pouco mais da metade da população brasileira e constituem, aproximadamente, 42% do mercado de trabalho e são responsáveis pelo sustento de aproximadamente 1/3 das famílias no Brasil. No entanto, essas são as mais atingidas pelo desemprego e pelo crescimento do setor informal da economia. Entre as que estão inseridas no mercado formal, o maior contingente se concentra nos postos de trabalho mais desqualificados, nas funções de menor prestígio social e com menor remuneração⁶⁰.

Apesar da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, o aumento de sua importância econômica, a responsabilidade pelo sustento da família e, também, o seu destaque profissional em vários setores, a sociedade brasileira ainda deixa transparecer fortes traços do modelo patriarcal. São comuns as situações de discriminação e de opressão às mulheres, entre elas os crescentes registros de violência doméstica. A esfera do trabalho, ao mesmo tempo que reflete valores sociais que atribuem um papel secundário às mulheres, contribui para a reprodução das chamadas “imagens de gênero”, o que pode ser observado através da divisão sexual do trabalho; da segmentação ocupacional; das barreiras ao acesso, permanência e promoção no emprego; das menores possibilidades de acesso à qualificação profissional e de ascensão aos postos mais elevados das empresas.

Na política, os dados também são objeto de preocupação. A participação da mulher na política no Brasil é fato recente. Deve-se levar em conta que apenas em 1946 foram eliminadas as restrições para o voto feminino e a participação na disputa eleitoral é muito tímida. Somente em 1994 foi eleita a primeira governadora. A participação feminina no parlamento, Câmara dos Deputados e Senado não alcança 10% das cadeiras. Embora pequena,

⁶⁰ FREIRE, Nilcéa. *Políticas públicas para mudar o cotidiano da mulher brasileira* (2004).

a representação feminina trouxe para o debate temas importantes como a proteção da mulher no trabalho; leis que combatem a violência doméstica; o cuidado infantil; a criação de mecanismos para o aleitamento materno e outros, temas estes que dificilmente fazem parte das preocupações masculinas.

O avanço que se obteve (apesar das críticas de vários setores, mesmo internos do Partido dos Trabalhadores, autor da proposta) na definição de cotas⁶¹ por gênero apresenta dados desanimadores para os movimentos feministas. O jornal *A Folha de São Paulo* traz os números das vereadoras eleitas no pleito de 2004, afirmando que o quadro das eleições brasileiras ainda não conseguiu alterar a absoluta predominância masculina nas eleições municipais, ou seja, 70% dos municípios não cumpriram a cota. Ao contrário, em relação às eleições anteriores, em 2000, o número de mulheres candidatas caiu de 22,1% para 19,1% em 2004 e, dessas, o número de eleitas também caiu de 12,7% para 11,6%.⁶²

Segundo Liv Torres, Diretora de Pesquisa do Instituto de Pesquisa Social Aplicada (FAFO/Noruega)⁶³, apesar dos acordos e diretrizes internacionais, a discriminação parece ser um dos poucos fenômenos internacionais que atravessa fronteiras geográficas, culturais e regionais. A pesquisadora é de opinião que

cotas para mulheres ou uma legislação nacional, atual, com essa finalidade, parecem estar entre nossos [das mulheres] poucos expedientes de sucesso. De modo similar, os sistemas de “discriminação positiva” implementados em diversos municípios para obter uma representatividade melhor em posições elevadas parece ser um caminho produtivo (Torres, 2004, p. 45).

Da mesma forma, considera que “a luta por remuneração igualitária em cargos iguais deveria ser colocada como prioridade na agenda dos sindicatos em todo mundo (p. 45). A mulher

⁶¹ A política de cotas foi criada em 1995 por pressão dos setores feministas dentro do Partido dos Trabalhadores e destina-se à reserva de 20% das vagas nas disputas dos cargos eletivos às mulheres. Este expediente foi tido como necessário para garantir minimamente a participação das mulheres nas disputas eleitorais, com o objetivo de superar a resistência masculina a esta participação. Ver a respeito Castro, *Gênero e poder no Espaço Sindical* (1995). Esta foi uma questão que dividiu as opiniões dos membros da CUT.

⁶² *Folha de São Paulo*, 19 de dezembro de 2004, p.A16.

⁶³ TORRES, Liv. *Estratégias das mulheres para o comando corporativo* (2004).

sofre dupla discriminação, primeiro tem dificuldade de chegar a cargos de chefia e, quando chega, não recebe o mesmo salário do homem.

Apesar de possuir escolaridade maior que os homens, (85,4% contra 85,1% segundo dados do DIEESE), as mulheres encontram dificuldades para entrar no mercado de trabalho, principalmente nos postos de trabalho mais protegidos por leis e de melhor qualidade. E, segundo a Fundação Perseu Abramo⁶⁴, a mulher gasta, semanalmente, quarenta horas desempenhando trabalhos domésticos, independentemente de ser só dona-de-casa, enquanto que a média dos homens ficou em torno de seis horas por semana. Este esforço feminino não irá compor os índices econômicos por ser um trabalho invisível e não se transformar em bens de capital.

Assim como as mulheres estão ausentes na política e nos cargos de chefia nos locais de trabalho, este fenômeno também se repete nos sindicatos. Propiciar a participação da mulher no sindicato significa adaptar a participação sindical às condições da mulher trabalhadora que não pode abandonar os cuidados que dispensa à família. Há, na verdade, uma questão cultural a ser vencida, a de que “sindicato é lugar de homem”. Pode-se perceber, porém, uma alteração desse quadro através da mudança nas cláusulas de negociação coletiva a partir da publicação pelo DIEESE (agosto 2003)⁶⁵ *Negociação Coletiva e Equidade de Gênero no Brasil – Cláusulas relativas ao trabalho da mulher 1996-2000*, uma sistematização feita a partir de 94 documentos entre convenções e acordos coletivos, as quais incluem temas como: gestação, maternidade/paternidade, responsabilidades familiares, condições de trabalho para as mulheres, qualificação e treinamento, saúde da mulher e equidade de gênero.

O *Relatório Azul 98/99*⁶⁶, organizado pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, a exemplo das edições anteriores, dedica um capítulo aos Direitos da Mulher e traz vários elementos que auxiliam na reflexão da atual condição da mulher, um deles é a referência ao estudo *Mulher e trabalho* produzido pela

⁶⁴ Fundação Perseu Abramo. Site: www.fpabramo.org.br

⁶⁵ DIEESE. Site: www.dieese.org.br

⁶⁶ O *Relatório Azul* é uma publicação da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul que traz levantamentos e estatísticas sobre a violação dos Direitos Humanos nos mais diferentes campos, incluindo questões relativas à violação dos Direitos da Mulher.

Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE)⁶⁷ no período de 1993-98 diz que

a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho ocorre de forma desigual entre diferentes grupos populacionais. Determinados grupos têm sua entrada obstaculizada, tendem a ficar desempregados com mais facilidade, permanecem mais tempo em desemprego e, comumente, ocupam postos de trabalho menos qualificados, com menores remunerações. Não podemos desconsiderar as variáveis sócio-culturais como classe social e etnia, na identificação da população feminina hoje "bem-sucedida" pois ao mesmo tempo, os domicílios providos principalmente por mulheres chegam a 84,8% contra 22,3% providos por homens, sendo as famílias lideradas por mulheres, mais pobres do que as dos homens. As mulheres ocupam posições de menor status, embora tenham apresentado maior nível de escolaridade em relação aos homens (13,1% contra 8,6% dos que têm 3º grau)(Fonte: IBGE).

Estas relações de poder presentes no mundo do trabalho se refletem também nas relações de saber. O conhecimento e a produção intelectual da mulher sofre discriminação semelhante. Os espaços de publicação e os discursos reconhecidos são em geral masculinos.

2.2 A ESCRITA E O SILENCIAMENTO DA VOZ FEMININA – A DISPUTA PELO LUGAR DO DISCURSO

Onde foi parar a história dessas que administravam propriedades e bens quando os maridos iam à guerra, transmitiam a tradição oral da sua gente, eram depositárias de lendas, praticavam medicina e criavam os futuros guerreiros do seu povo?

O rio do meio - Lya Luft

Entre as lutas que a mulher precisa travar está também a luta pelo direito de ver seus escritos publicados. Estes registros são importantes por trazerem embutidas novas questões em relação à leitura e à escrita. É voz corrente entre as pesquisadoras que se dedicam a analisar textos de autoria femininas que existe um “modo feminino” de escrever.

⁶⁷ FEE. Site: www.fee.tche.br

Estes textos foram chamados de ego-documentos ou literatura auto-referencial que são aqueles nos quais o sujeito fala ou se refere a si mesmo. Entre eles encontram-se os diários íntimos e a literatura chamada de intimista, escrita principalmente por mulheres. Este é um dos motivos alegados para deixar o texto de autoria feminina relegado a segundo plano, acusado de permanecer na esfera do privado e, em consequência disso, não ser de interesse público. Uma noção equivocada de que o privado não tem a ver com o público, como se o macro não tivesse contido no micro. Como se as questões de interesse geral não estivessem presente nas relações que se estabelecem no privado como na relação de gênero presentes no ambiente familiar, que é o espaço da nossa iniciação na compreensão do mundo.

Segundo Viñao (2000), o texto autonarrativo muda tanto a perspectiva do sujeito como a perspectiva do texto. Diversos são os recursos usados neste tipo de texto. Um deles é classificado com “olho móvel”, a partir do qual a contemplação da realidade se faz de diferentes lugares subjetivos. Outra mudança é aquela procedida pela microhistória que reduz a escala de observação a partir da análise intensiva do material documental. E uma terceira mudança que (re)situou o sujeito no centro da atenção dos historiadores é a questão de gênero. Nessa perspectiva, passou-se a dar importância à escrita feminina pela qual a privacidade, o pessoal, o íntimo, o subjetivo sempre tiveram grande importância como refúgio frente à exclusão do âmbito público.

Esta literatura contém algumas características próprias: constitui em si mesma uma fonte histórica; possui tanto características próprias, no que tange ao léxico, ao estilo e a fórmulas, como também possui materialidade. Existe uma relação entre as formas e os suportes deste material e seu conteúdo, sua configuração textual. E, por último, por trás da escritura auto-referencial, existe alguém que se move num plano duplo entre o pessoal/privado e o exterior/público.

O estudo da escritura autobiográfica feminina é feito considerando como se ela cumprisse uma função terapêutica, ética e estética, e nela são analisados os fantasmas que assolam essas autobiografias e o que elas precisam esconjurar através da escrita. Em relação às escritas masculinas, as mulheres mantêm um registro antienfático, com modesta franqueza.

Uma circunstância bastante importante que cerca os textos de autoria feminina é o fato de que eles, na maioria das vezes, não são publicados, permanecendo guardados em baús ou gavetas, escritos muitas vezes em cadernos ou blocos.

O mergulho em documentos que relatam memórias singulares e histórias de vida de sujeitos plurais avança, em muito, na reconstituição de uma perspectiva histórica multicultural, descentrada, reconstituída na pluralidade de vozes e olhares dos sujeitos que tomaram parte do cotidiano de sua construção (Canen & Xavier, 2000, p. 68).

Em função disso, os estudos feministas propõem novas formas de análise por entenderem que as formas canônicas refletem o olhar patriarcal que sempre esteve presente nos estudos acadêmicos. Ivia Alves afirma considerar que se pode

deixar de lado a categoria estética, seja ela designada por ‘literariedade’ ou termos semelhantes, porque foi desenhada pela modernidade e pelo poder hegemônico masculino e passar a ousar construir outras categorias de análise para os textos de autoria feminina, podendo ser inseridos, inclusive, os temas do cotidiano e os gêneros híbridos (Alves, 2003, p. 493).

Xavier (1990) coloca-se como tarefa desenvolver uma teoria do discurso feminino por entender que existe pertinência na preocupação colocada de forma recorrente em seminários, conferências e debates. Em sua tese de doutorado, desenvolveu um estudo sobre as obras de diversas autoras femininas e pôde extrair desse estudo algumas conclusões que lhe permitem afirmar que existe um fenômeno advindo da presença de certos traços comuns a uma grande quantidade de narrativas femininas, levando a autora a falar em *discurso feminino*.

A condição feminina, vivida e transfigurada esteticamente, é um elemento estruturante nesses textos; não se trata de um simples tema literário, mas da substância mesma de que se nutre a narrativa. A representação do mundo é feita a partir da ótica feminina, portanto, de uma perspectiva diferente (para não dizer marginal) com relação aos textos masculinos (p. 236).

Moreira (2002), porém, adverte que é preciso ficar claro que estar na margem “significa ser parte de um todo”. Os marginalizados têm um olhar e uma percepção diferente; ou seja, “eles têm a ótica de um estranho, de um *outsider* do corpo sócio-cultural a que estão presos por

questões de classe, raça ou etnia” (p.145) e, pode-se acrescentar, por questões de gênero também.

Dentre os traços comuns encontrados nos textos de autoria feminina, Xavier (1990) aponta um que considero relevante: o uso da primeira pessoa. Ela afirma que “o tom confessional chega a confundir o leitor: narradora ou autora? Ficção ou autobiografia? Quando isso não ocorre, a intimidade entre narradora e personagem é tão grande que a introspecção fica garantida” (p. 236).

E continua: “Suas personagens (das autoras femininas) têm dificuldade em sair de si-mesmas, estão em busca de sua identidade, à procura de um espaço de auto-realização” (idem).

Um segundo elemento (2) é a importância que adquire o passado nas narrativas femininas.

O resgate pela memória é um dos caminhos para o auto-conhecimento; a volta às origens, através do tempo passado, faz parte da busca de identidade, pulverizada em diferentes papéis sociais(...). O passado adquire, nestes textos, uma importância fundamental, porque o dilaceramento das personagens geralmente se justifica pela infância reprimida ou mal-amada (p. 238),

reforçando o que foi trabalhado no capítulo 1.2 em relação à importância que se deve dar à memória nos textos autonarrativos.

As interrogações da pesquisadora continuam

E a linguagem, como reage a essas idiosincrasias? Sabe-se da estreita relação entre linguagem e sujeito e, portanto, quando uma mulher articula um discurso este traz a marca de suas experiências, de sua condição; práticas sociais diferentes geram discursos diferentes. Uma mesma realidade pode suscitar várias verbalizações, reveladoras de experiências peculiares (p. 238),

nos reportando às categorias heideggerianas do *Sein* (Ser) *dasein* (ser-aí, ser-no-mundo) e *mitsein* (ser com o outro) e às afirmações de Larrosa as quais dizem que a história que

contamos é a história que nos contam (já desenvolvidos no capítulo I). As interrogações de Xavier encontram eco no trabalho desenvolvido, na perspectiva lingüística sociointeracionista, por Fontana (2001) que se dedica a observar as diferenças de tratamento dispensado aos diferentes atores sociais, em especial às diferenças de tratamento recebido por homens e mulheres. A autora afirma que diferentes formas de falar a mesma língua resultam em diferentes maneiras que diferentes grupos sociais têm de usá-la segundo as experiências sócio-culturais que vivenciam num dado contexto. Assim, o “modo de falar feminino” e, da mesma forma, o “modo de escrever feminino” é resultado das experiências de vida e de grupo experimentadas pelas mulheres, principalmente nos ambientes escolares, para os quais a pesquisadora dirigiu seu olhar em sua tese de doutorado⁶⁸.

Um terceiro elemento (3) apontado por Xavier é a presença constante da ambigüidade (uma forma do duplo). A autora explica que não se trata apenas daquela ambigüidade própria do discurso literário (polissêmico por natureza), mas daquela que nasce da dúvida, da hesitação; aquela que se opõe ao discurso da certeza. São textos com ritmo próprio, próximos da poesia, de tom confessional e intimista (op.cit., p. 239). Está mais voltado à interrogação do mundo do que à sua afirmação, num constante movimento entre o pessoal/privado e o exterior/público, possuindo também conteúdos intersubjetivos.

A literatura de autoria feminina cumpre dois papéis: além de subverter a ordem vigente, questionando papéis sociais ou representando a mulher dividida, também subverte a linguagem e seus padrões. O discurso feminino é uma contingência de um tempo e de um espaço especiais. Ele representa uma tendência altamente significativa do ponto de vista estético e social, pois é “uma representação artística da situação da mulher feita por ela mesma” (Xavier, 1990, p. 241).

Leahy-Dios (2002), ao analisar produções femininas autobiográficas, denuncia o desinteresse acadêmico por este gênero de escrita. Afirma que a “miopia canônica” inviabiliza o gênero narrativo autobiográfico, tratando-o como “coisas de mulher”. E propõe que se “repense o subtexto implícito na acusação de essencialismo subjetivista atribuída às narrativas autobiográficas” (p. 75).

⁶⁸ FONTANA, B. Aquisição de inglês como língua estrangeira em um a escola pública: jogos de poder, produção e reprodução de identidades. Tese de doutorado. UFRGS, Instituto de Letras, Porto Alegre, RS, 2005.

Sua constatação é que os historiadores e antropólogos foram os que mais se dedicaram a esse estudo. A mulher é acusada de ler e escrever “com as víceras e os sentidos em prontidão” e seus textos autobiográficos avaliados como contendo literariedade, passam ao largo da história como textos menos valiosos para os cânones literários nacionais e internacionais.

Assim como Xavier, Leahy-Dios também propõe categorias para a análise do texto autobiográfico para dar conta desse novo olhar. Ainda que sua preocupação mais direta seja com a produção de diários, aponta questões nessa análise que podem muito bem ser relacionadas a qualquer escrita onde o protagonista seja auto-referenciado.

Na reflexão da própria vida, as autoras autobiográficas trazem à cena questões sociais, culturais, éticas e estéticas. Refletem sobre as relações com a comunidade nas quais estão inseridas, podendo inclusive ser agentes de mudança das mesmas e, no caso dos textos objeto dessa análise, estão sendo trazidas reflexões sobre suas relações com o mundo do trabalho. Outro elemento importante é o tratamento dado ao tempo, como fator sempre presente, o tempo de agora e o tempo vivido, a linguagem muitas vezes cifrada oculta revoltas e desejos suprimidos, sublimados, minimizados sob a domesticidade do cotidiano. Pergunta-se pela intencionalidade das autoras: são registros apenas particulares; é a historiografia da família; é uma forma de exorcizar os demônios? A possibilidade de publicação está presente no imaginário dessas escritoras? As ausências e os silêncios são reveladores, as idas e vindas se traduzem em questões de agência, numa “geografia” própria e original.

Para Leahy-Dios, “o olhar da diarista borra os limites patriarcalmente impostos entre a esfera pública e a privada” (p. 79). Ela afirma encontrar nos diários

metáforas da casa, do tempo e do discurso que contrariam o estereótipo imposto: lê-los e sobre/com eles refletir pode subsidiar uma desconstrução sociopolítica do discurso canônico falocêntrico (idem).

Como possibilidade de análise, a autora enumera uma série de interrogações que servem de itinerários para seu trabalho:

que vozes são criadas nas memórias narradas? Que vidas são revistas? Que poderes sustentam ou subvertem a escrita? Que padrões narrativos caracterizam as escritas

da própria vida? O que dizem as vozes epistolares? (...) Quem são as figuras de mulheres retratadas e como participam da criação de suas propostas de vida? Onde situar a autobiografia ficcional? Como analisar as marcas discursivas e o conteúdo literário de recriação da infância? (...) Essas narrativas confirmam ou desafiam o papel social de manutenção do binômio poder-solidariedade? (idem).

Estas interrogações são interrogações sobre as identidades que as mulheres constroem através de seus registros que são subjetivos, mas, também, permeados das vozes que circulam na sociedade, discursos que atravessam outros discursos e que também são atravessados por eles.

Ao analisar as narrativas que as mulheres constroem de si, estamos também analisando as identidades que elas constroem. O autonarrar-se, como afirmam Arfuch e Larrosa (visto no capítulo I) permite organizar, através da palavra, o desorganizado das nossas cabeças e nos dar a nós mesmas um lugar no mundo.

Rita Schmidt (1995), ao analisar a literatura escrita por mulheres, pergunta: “o que acontece quando o objeto começa a falar?” Numa referência ao tratamento recebido pela mulher como apêndice masculino, sem voz própria, e ela mesma responde que as mulheres escrevem sob o ponto de vista diferente do ponto de vista dos homens. Pode-se dizer que elas escrevem prioritariamente em primeira pessoa, como também afirmou Xavier.

As falas femininas contêm muitas vezes esses discursos reprodutores da ótica etnocêntrica e patriarcal reveladora de mulheres que construíram sua felicidade na abnegação e na doação, e que têm o núcleo familiar como referência de realização. Ao me perguntar de onde vêm estas falas, que discursos estão sendo reproduzidos, volto ao início deste capítulo e justifico a necessidade de traçar um rápido panorama dos movimentos sociais, políticos e religiosos que, mesmo contendo diferentes matizes, têm como ponto comum a idéia de manter a mulher no espaço privado, desenvolvendo o papel do cuidado em relação aos membros da família como sua principal função. E justifico também a necessidade de se analisar as *narrativas de si* como possibilidade de tensionar e desconstruir aqueles discursos instituídos e, ao refletir sobre eles, construir novos discursos.

Historicamente, as mulheres sempre foram silenciadas. Aquelas que ousaram romper os limites que lhes eram impostos tiveram de lutar contra as incertezas, ansiedades e

inseguranças quanto ao seu papel de autora, quanto à sua autoridade discursiva para afirmar e representar determinadas realidades, ausentes ou falseadas no espelho que a cultura se lhes apresentava.

O feminino como passividade e conformismo dramatizado na “estética da renúncia”, na “temática da invisibilidade e do silêncio” ou na “poética do abandono” se desdobra na prática representacional de resistência do sujeito consciente que estilhaça o discurso das exclusões. A literatura feita por mulheres envolve uma dupla conquista: a conquista da identidade e a conquista da escritura. Quando se fala de literatura feminina, estamos falando no

processo de reconstrução da categoria ‘mulher’, enquanto questão de sentido e lugar potencialmente privilegiado para a reconceptualização do feminino, para a recuperação de experiências emudecidas pela tradição cultural dominante (Schmidt, 1995, p. 188).

“É nesses termos que esse fazer literário se inscreve, em seu potencial reflexivo, como prática micropolítica” (Schmidt, 1995, p. 188), lembrando o que já foi dito em relação ao macro estar contido no micro. A forma como as características sexuais são representadas ou valorizadas, num determinado tempo e lugar, o que se construiu sobre os sexos, o que se diz e se pensa a esse respeito é que vai constituir um novo debate que tem no conceito de gênero sua preocupação fundamental, não se trata de negar as diferenças biológicas, e sim a construção social e histórica sobre as características biológicas.

Segundo a autora, a desarticulação do sistema binário de gênero e das relações de poder nele embutidas - a partir da reconstrução da noção de diferença e de sujeito, cujos efeitos ocorrem no nível da subjetividade e da auto-representação, lembrando que a história que contamos de nós mesmos é a história que contam de nós; por si só produz a ruptura definitiva da hegemonia do idêntico, redimensionando a noção de cultura em termos de inclusão da multiplicidade, heterogeneidade e legitimidade de outros sujeitos sociais e discursivos.

A linguagem como possibilidade de reflexão do eu, e das relações com o mundo é um caminho para o questionamento dos papéis reservados à mulher e a possibilidade de construção de novos lugares. E é pela linguagem que encontramos uma visão da sociedade através da qual as mulheres denunciam o universo familiar como uma das formas mais bem

estruturadas de controle social. No estudo desenvolvido por Xavier (1998), a pesquisadora analisa a produção de dez autoras femininas as quais desenvolvem sua ficção em torno das relações familiares, e revela a crise da família como instituição, na medida em que ela é denunciada como uma das instituições que mantém práticas sociais mais conservadoras. Entre as autoras estudadas estão aquelas de maior renome na literatura brasileira: Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Raquel de Queiroz, Adélia Prado, Lya Luft.

Considerando a linguagem que realmente conta (os textos que são editados, estudados, participam das antologias e nas listas de indicados para leitura) vale lembrar os estudos desenvolvidos por Chartier⁶⁹ os quais apontam para a dificuldade de edição e circulação dos autores novos. Estas conclusões são facilmente identificáveis ao se proceder o levantamento dos autores editados, dos autores premiados, dos autores citados nas coletâneas. É invariável a pequena participação feminina. A linguagem que “realmente conta” é uma linguagem masculina.

Virgínia Wolf, ao reivindicar “um teto todo seu”⁷⁰ para as mulheres, o fazia ligando a possibilidade de a mulher tornar-se escritora à sua condição econômica. A discussão sobre *a condição feminina*, articulando a perspectiva de gênero com a de classe social, denunciava a dificuldade de acesso à educação e ao mercado de trabalho.

A autora fazia referência à condição da mulher da Inglaterra de 1881. Carneiro (2001) desenvolveu um estudo entre as famílias da zona rural do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e apresenta conclusões⁷¹ que aproxima a realidade das agricultoras brasileiras às condições das inglesas descritas por Virginia Wolf como, a exclusão das mulheres da condição de proprietárias de terras.

⁶⁹ Chartier desenvolveu pesquisas que nos mostram a evolução dos suportes da escrita e com ela o *habitus* das sociedades, assim como o valor dado à escrita, acompanhada de rituais de uso, permissões e interdições que irão sofrer alterações ao longo da história da humanidade. Ver: de CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*, (1999); *Cultura escrita, Literatura e História* (2001); *Os desafios da escrita* (2002); *A aventura do livro – do leitor ao navegador* (1999).

⁷⁰ Título do livro da autora publicado em 1985, refere-se às condições econômicas, de tempo e de espaço de que dispõem as mulheres para desenvolver seus projetos pessoais, principalmente profissionais, dentre eles, em especial quando se trata da profissão de escritora.

⁷¹ No trabalho de Carneiro (2001), a pesquisa aponta para a prática discriminatória realizada no interior das famílias de agricultores em relação à garantia da posse da terra pelas mulheres. A herança, quando dividida entre os irmãos, passava em geral para os filhos homens, numa negociação familiar que expoliava as mulheres.

Esta exclusão é estendida a outras áreas que diminuem a capacidade de empoderamento das mulheres. À mulher, o acesso aos livros e à leitura sempre foi restrito. O romance, em sua origem, foi um gênero criado para entreter as moças, principalmente as da classe burguesa, acrescentado às suas atividades de bordar e tocar piano. Heroínas famosas sofreram a “má” influência da leitura como Madame Bovary de Stendhal e Luisa de Eça de Queirós.

Ao proceder a análise dos dados de relatórios da OIT e da CUT⁷², verifica-se que o acesso ao trabalho ainda não é uma conquista das mulheres e os dados estatísticos do INEP (2005) dão conta da situação da mulher em relação à educação, e não são em nada animadores como já foi apresentado no início desse capítulo.

Ao voltar à cena contemporânea, constata-se que não apenas as diferenças culturais, mas também as desigualdades econômicas persistem e se avizinham cada vez mais pela via da globalização. Se persistir a inexistência de *um teto todo seu* para as mulheres, pergunta-se como se dará a conquista pela mulher de seu lugar de discurso?

O Brasil não fugiu à regra, acompanha-se aqui a tendência mundial da

negação da legitimidade cultural da mulher como sujeito do discurso exercendo funções de significação e representação foi, no contexto da literatura brasileira, uma realidade que perdurou até mais ou menos, a década de 70 (Schmidt, 1995, p. 182).

Até ali, excluída da órbita da criação, coube à mulher o papel secundário da reprodução bem de acordo com as práticas discursivas de nossa cultura e a prática de uma sociedade patriarcal que teve entre seus objetivos a "naturalização" da mulher, ou seja, o seu controle e acomodação ao que essa sociedade define como "a sua verdade", o "seu papel" e "a sua esfera de atuação".

Rita Schmidt apresenta a crítica de Jacques Derridá à metafísica ocidental a qual identificou as oposições binárias no cerne do quadro epistemológico que regula o desenvolvimento conceitual do nosso conhecimento.

⁷² CUT. Site: www.cut.org.br

Embasam a construção de gênero na nossa sociedade, codificando a imagem da mulher como um ser 'natural' e, portanto, inferior à imagem do homem como sujeito consciente universal. É sob a ótica dessa economia que, coercitivamente, reduz o feminino ao silêncio, que se pode explicar a constituição do discurso hegemônico de nossa cultura (p. 186).

Nestes discursos, pode-se perceber como as subjetividades femininas são fabricadas a partir de diferentes formas de exercício de poder, entre elas, a cultura da mídia⁷³, do *shopping* e como permanece muito presente o tradicional papel da mulher na sociedade. As mulheres, ao longo da história, não tiveram acesso à fala e à construção de suas histórias. O silenciamento das mulheres não permitiu o conhecimento da ótica feminina. A constituição de suas representações é resultado da visão masculina de mundo e também da visão masculina sobre as mulheres. Recordando a afirmação de Bourdieu de que linguagem é poder, a mulher sendo silenciada, perde poder em relação aos homens.

Para tentar compreender as mulheres, suas expectativas, como se inserem socialmente, devem-se ouvir suas vozes, ouvir o que elas dizem, tanto de si próprias, como das outras mulheres.

Apesar da escassez de literatura produzida por mulheres, durante os anos 80 houve um considerável aumento no número de escritoras cujas obras foram publicadas e receberam relativa atenção da crítica na América Latina. Tem-se, pois, um leque de opções de leitura e literatura de boa qualidade, tanto no Brasil como nos países da América Latina que têm uma situação social semelhante à nossa, onde as mulheres vivem histórias de vida parecidas. Pode-se destacar entre as escritoras latino-americanas Isabel Allende com, por exemplo, a obra *A casa dos Espíritos*, na qual a história do Chile não é apenas contada através de quatro gerações de mulheres que pertenciam à elite social, mas também através das transformações pelas quais passava o país e como essas mulheres se posicionaram a favor dos menos favorecidos. E, aqui no Rio Grande do Sul, Lya Luft, cujos livros trazem sempre histórias de mulheres, inicialmente silenciosas, remoendo internamente suas frustrações, em obras como *O ponto cego e O Rio do Meio*, as protagonistas assumem papéis transgressores e

⁷³ Ver FISCHER, e as pesquisas sobre o assunto que enfocam a influência da TV no comportamento público. *O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise*. (1999); *Televisão & Educação. Fruir e pensar a TV* (2001).

questionadores da "moral e bons costumes", rompendo com as situações "permitidas" e "normais".

(Minha Mãe, a que mais me interessava, a que realmente algum dia me amou e me foi tirada, a que procurava por mim mas se perdeu de mim na voragem, minha Mãe com audácia e dor se buscou e se achou, e se recusou a continuar pagando o injusto preço.

E foi viver a sua história.

Ela ao menos se salvou no chamado da vida.

Ela finalmente para si mesma disse:

Sim.) ⁷⁴

Às vezes, sem terem essa intenção explícita, quando as obras ficcionais incluem as mulheres como sujeito e não como mero objeto do foco narrativo, elas não apenas desafiam ou tentam subverter a cultura patriarcal dominante, mas também fornecem às mulheres a voz adequada para falar de si mesmas.

Os romances escritos por mulheres apresentam uma reavaliação da história através da ótica feminina. Essa ocorre no texto literário, quando o mesmo reflete condições históricas e sociais, combinadas com a vontade das mulheres que tentam alterar atitudes culturais sobre "diferenças inerentes" entre homens e mulheres, tentando conseqüentemente subverter os tradicionais padrões de subordinação e alienação característicos da sociedade patriarcal ainda muito presentes nas atuais relações entre os gêneros.

As mulheres que foram segregadas e destituídas de poder, não tiveram acesso completo à linguagem e não tiveram acesso à sociedade mais ampla além da arena doméstica, continuaram a preencher o mito da mulher silenciosa (Landy, *The silent woman*, p. 14. Apud Navarro 1995).

Embora as chances de participação das mulheres nas esferas políticas e econômicas da sociedade tenham sido levemente modificadas em tempos recentes, como já foi referido, quando se examinam evidências empíricas, pode-se afirmar que a mulher latino-americana em

⁷⁴ Lya Luft (1999) constrói uma personagem também dividida entre o mundo doméstico e o trabalho. Em *O ponto cego* a solução dada foi o abandono do lar. A mãe se perde do filho mas se acha consigo mesma e responde sim ao chamado da vida representado pela figura do namorado da filha. Ela se escondia atrás do computador e o pai nada percebia pois estava envolvido no seu próprio mundo. Está presente uma crítica à

geral ainda permanece em silêncio, sem voz, usualmente sem acesso a práticas discursivas políticas e culturais. A participação social e política da mulher ainda é pequena. Festeja-se como conquista a chegada de uma mulher ao poder, mesmo que esta chegada exija dela posturas masculinas, como no exemplo inglês de Margareth Thatcher designada como "Dama de Ferro" e atualmente Condoleza Rice, que viaja pelo mundo como embaixadora dos EEUU, e a recente nomeação de Dilma Rousseff conduzida ao cargo de Chefe da Casa Civil do governo brasileiro, acontecimento inédito na nossa história. Essa adjetivação demonstra o estigma de que a mulher só é reconhecida como competente se abandonar atitudes tidas como exclusivamente femininas: delicadeza, meiguice, doçura, fragilidade.

A literatura escrita por mulheres desafia a construção social tradicional do sujeito feminino, ao adquirir voz própria, resgata a força da mulher, que emerge com a habilidade de fazer sua própria história, deixando de ser contada, para se contar a partir de sua própria ótica. Deve-se considerar a importância da forma como essas mulheres colocam suas vozes ao escrever suas histórias; uma voz, várias vozes, que subvertem os relatos ficcionais de orientação masculina, abrindo a possibilidade de tornar a história da humanidade mais rica e mais completa.

estrutura familiar na qual, aparentemente tudo está no seu lugar até que alguma coisa acontece e rompe os elos que são, na realidade, muito frágeis.

3. AS HISTÓRIAS DE TRABALHO

Desde o dia em que os deuses criaram Pandora, a primeira mulher, dando-lhe uma voz, pelos quatro cantos do mundo surgiram as vozes femininas. As mulheres gritavam seu desespero, quando animais ou humanos eram sacrificados em rituais sangrentos, choravam altos prantos nos funerais de familiares ou até de desconhecidos, cantavam em corais durante festivais de música ou fofocavam em casa atrás das portas fechadas. E aquelas que se denominavam Amazonas emitiam sons desarticulados, talvez incompreensíveis. Gritos, lamentos, cânticos, fofocas, línguas estranhas – tudo isso era possível, mas será que as mulheres tinham acesso à única linguagem que realmente conta?

Duvy e Perrot

Na disputa pelos lugares da fala e da escrita, a interferência dos setores públicos em favor dos grupos que normalmente recebem tratamento de exclusão, de silenciamento ou de desconsideração aos seus discursos, mediante projetos e ações, poderá desestabilizar as formas e os suportes convencionais que privilegiam os grupos com maior domínio das habilidades lingüísticas prestigiadas.

Um exemplo de possibilidade de ação que, entendo, pode favorecer a abertura de espaços costumeiramente negados para o discurso de grande parte da população é o concurso *Histórias de Trabalho*, instituído pela Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, através da Coordenação do Livro e Literatura, cujos textos são objeto desse estudo e análise.

A orientação aos jurados do referido concurso é de que seja levada em conta no momento da apuração, a fidelidade à temática e a originalidade da narrativa apresentada.

A partir da concepção de que está superada a idéia que somente a escola educa, entende-se que novos mecanismos precisam ser desenvolvidos para dar à maioria da população condições de acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade, entendidos de forma ampla, e a possibilidade de a mesma ser vista não só como consumidora, mas também como produtora, bem como de que sejam criadas possibilidades de instalação de novas audiências. A instalação de outras práticas de escrita pode trazer diferentes resultados através da produção de outros tipos de textos, com conteúdos mais “significativos” para os seus produtores.

O que se imagina é que, através dessas ações se possa encarar o desafio proposto por Hall (1997) de mostrar a vinculação entre discurso (palavras e imagens) e poder (circularidade), pois só no terreno do discurso pode-se escapar da homogeneização cultural, colocando outros discursos em circulação.

No caso do ensino da linguagem ou letramento⁷⁵, conforme conceito instalado por Kato e adotado por Soares (2001), o qual poderia ser entendido como a aquisição e uso da habilidade de ler e escrever, pode-se perguntar sobre como funciona a produção de significados em torno dele. Numa sociedade letrada como a nossa, as situações de leitura e escrita são constantes e permanentes e se dão das mais diversas formas. As ações em torno da leitura e da escrita precisam dar conta da produção discursiva na sociedade, seja ela nos meios de comunicação, seja nas situações do cotidiano das pessoas.

No trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, em especial no que concerne à Coordenação do Livro e da Literatura, existe um entendimento de que a leitura permite ao indivíduo o acesso a uma maior amplitude de bens culturais e este trabalho é visto não apenas como sendo de responsabilidade exclusiva da Secretaria da

⁷⁵ Para Soares (2001) letramento não é considerado atributo único ou essencialmente pessoal, mas é, sobretudo, uma prática social: letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita; em contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que indivíduos se envolvem em seu contexto social. Soares (2000) alerta que as pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática da leitura e da escrita; não necessariamente adquirem a competência para usar a leitura e a escrita, para envolver-se com as práticas sociais da escrita (p.45).

Educação, mas ampliada para outras Secretarias, de forma especial para a Secretaria da Cultura, que atende aos segmentos não escolares e tem, no projeto de Descentralização da Cultura, seu mérito maior. O binômio cultura popular/cultura de elite, como era designada na sociedade Moderna, vai sendo relativizado a partir da implementação de diferentes ações que tomam conta da cidade nas diversas regiões do Orçamento Participativo⁷⁶.

Ao concordar com a idéia de que o letramento escolar, na maioria das vezes, não corresponde ao letramento necessário à vida fora dos muros escolares e que, mesmo o/a aluno/a considerado/a apto/a pela escola nem sempre consegue ter êxito nas relações com os textos que circulam no espaço social, faz-se necessário perguntar sobre quais oportunidades são oferecidas aos cidadãos para ampliar seu letramento em espaços que não sejam escolares. Segundo Soares (2000)⁷⁷, existem pesquisas que apontam para níveis muito baixos de retenção das habilidades de leitura e escrita entre as pessoas que não as utilizam com frequência.

Na minha compreensão, o trabalho com o texto deve ser estimulado para que o exercício da leitura e da escrita seja uma constante nos espaços sociais e não só nos espaços escolares. A criação de novas dinâmicas em torno da leitura e da escrita deve-se à crença de que é ela quem irá impulsionar as novas relações do sujeito consigo mesmo, com seus pares e com a sociedade na qual está inserido. Estas novas relações podem contribuir para um estreitamento das relações entre os grupos sociais, diminuindo as desigualdades que os separam, colocando o letramento como elo de ligação entre os mesmos.

A introdução de um concurso onde todas as formas de expressão são bem-vindas, e cujo principal critério de avaliação é a adequação à temática trabalho, possibilita que novos atores participem da esfera legitimada das produções discursivas, e não apenas aqueles que já conquistaram seu lugar de audiência.

A *cultura* passa, então, a ser demanda dos variados segmentos da sociedade que não se conformam mais em ser excluídos dos processos produtivos, meros espectadores dos bens

⁷⁶ *Orçamento Participativo* foi introduzido no município de Porto Alegre pela administração do Partido dos Trabalhadores o qual organizou a cidade em regiões nas quais a população, organizada em assembleias, decidia sobre a aplicação de uma parte dos recursos orçamentários.

culturais produzidos pela chamada elite, e reivindicam sua passagem à condição de protagonistas. Através de projetos como *Festival de Música, Porto Alegre em Cena, Cultura Pura Aqui, Descentralização da Cultura*, entre outros, novos segmentos da população têm oportunidade de mostrar suas produções e vê-las circular tanto nas suas comunidades como em outros locais da cidade.

Na área do livro e da literatura, têm sido ministradas oficinas centralizadas e descentralizadas e foram criados concursos na perspectiva de contemplar segmentos que muitas vezes não têm oportunidade de serem registradas suas vozes.

3.1 O HISTÓRICO DO CONCURSO *HISTÓRIAS DE TRABALHO*

Dentre as atividades desenvolvidas, destaco a importância do *Projeto Histórias de Trabalho*, com o qual estive em contato, em um primeiro momento, na condição de representante da Secretaria Municipal de Educação, participando inicialmente em sua organização, além de ter nele assumido a condição de jurada eicineira. O projeto consiste na organização de um concurso anual, em sua 10ª edição em 2003, que é acompanhado de oficinas e seminário cujos participantes discutem questões relativas ao tema trabalho. Os textos selecionados no concurso são publicados em livro, o qual abrange oito categorias de texto: lembranças e vivências, conto, crônica, poesia, ensaio acadêmico, redação escolar, quadrinhos, *charge*, *cartuns* e fotografia.

O concurso é aberto à população em geral, possibilitando, assim, que também segmentos sociais que não têm pleno desenvolvimento de suas habilidades de escrita possam inscrever suas histórias e vê-las selecionadas e publicadas.

O concurso foi criado pela Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre no ano de 1994, estando inicialmente ligado à Usina do Gasômetro, vinculado à Assessoria de Relações Intersindicais, e foi pensado para ser um concurso com apenas uma edição. Devido à sua grande aceitação pela comunidade, acabou se transformando em um evento anual, contando atualmente com oito categorias, acima citadas, e tornou-se oficial através de projeto de Lei da

Câmara de Vereadores em 4 de junho de 1997. Até o ano de 2003, foram publicados dez livros resultantes do concurso. São eles constituídos por coletâneas dos textos selecionados por um júri composto por representantes de instituições da área da cultura, professores universitários, sindicalistas e escritores. A média de inscrições para o concurso, atualmente, é de cerca de mil inscrições, com trabalhos provenientes de diversas partes do Brasil e até do exterior.

Em suas primeiras versões, eram aceitos apenas trabalhos em forma de texto escrito; em seguida foram incorporadas também *charges*, *cartuns* e fotografias, numa compreensão de que estas linguagens também contribuem para reflexão sobre a temática proposta.

Pretendo dedicar minha análise aos textos selecionados e publicados nos livros que compreendem o período de 1994, 1ª edição do concurso, até o ano de 2002, época de sua 9ª edição. Entre as categorias de seleção, chamou-me especial atenção aquela denominada *Lembranças e Vivências*, que traz tanto histórias escritas em primeira pessoa – como textos autobiográficos – ou escritos em terceira pessoa, nas quais são trazidas à cena personagens das relações de família, de trabalho ou de relações de proximidade de moradia.

O concurso proposto passou à categoria de projeto da Secretaria Municipal da Cultura devido à importância da temática e a sua aceitação junto à comunidade. O entendimento de seus organizadores é de que

O trabalho é uma vivência universal, mas seu impacto é único sobre cada pessoa. O trabalho nos leva a trocas, a conhecimentos, a experiências de vida abrangedoras, e a construção de cultura. E é este conhecimento, estas experiências, esta cultura, que o projeto Histórias de Trabalho pretende resgatar para, através delas, reconstituir a história da vida cotidiana e a história de amplas camadas da população, em geral não autorizadas a 'escrever seu nome na história'.⁷⁸

Os objetivos explícitos do projeto são:

1- Objetivo geral: resgatar e registrar a história do trabalho em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. 2- Específicos: – criar mecanismos de incentivo a produção de

⁷⁸ Texto retirado da Justificativa do Projeto Histórias de Trabalho, Edição 1997. Secretaria Municipal da Cultura, Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Anexo 4).

textos, que resgatem e registrem a história do trabalho na cidade e na região; – criar órgão para acervar o material arrecadado, colocando-o à disposição da comunidade; – promover o debate em torno das questões do trabalho; – organizar um concurso nacional de textos em torno da questão; – editar em livro, anualmente, os melhores textos do concurso.

A previsão de público a ser atingido abrange: trabalhadores, estudantes de segundo grau e supletivo, estudantes trabalhadores universitários, sindicatos, funcionários municipais e aposentados.

Na proposta do trabalho foi incluída a realização de um seminário sobre o trabalho; oficinas de história oral, com trabalhadores aposentados; oficinas de texto junto a sindicatos; a implantação do Centro de Documentação sobre o Trabalho, com o objetivo de acervar a história do concurso, e de pesquisa permanente para resgatar a história do trabalho em Porto Alegre. Estas intenções realmente foram efetivadas aumentando ainda mais a importância do projeto e seu reconhecimento junto às comunidades. Atualmente são recebidas inscrições de outros estados, e até de outros países.

Faço o registro de que todos os textos, recolhidos ao longo destes anos, estão depositados no Centro Municipal de Cultura – na Coordenação do Livro e Literatura, da qual fui Coordenadora. Foi o acompanhamento, durante o ano de 2002, da sua 9ª edição, que despertou em mim o interesse de analisar os livros editados. O restante do material, apesar de despertar minha curiosidade, não será objeto deste estudo. Meu interesse consiste em desvelar nos textos escritos as histórias dessas mulheres, num esforço de perceber como estas autoras⁷⁹ e protagonistas se inscrevem a partir da proposta que lhes foi apresentada.

3.2 O TRABALHO COMO TEMA DE REFLEXÃO DAS MULHERES

Os textos, ora em análise, pretendem uma reflexão retrospectiva da vivência de trabalho. Ao fazer a escolha do *corpus* de análise, optei pelos textos inscritos na categoria *Lembranças e Vivências* que são textos mais livres, não caracterizados em nenhum gênero

⁷⁹ Estou aqui usando o conceito tradicional de autora, entendido como aquela que assina o texto escrito e não aquele formulado por Foucault, abordado no capítulo I, como o responsável pela instauração da discursividade.

literário ou acadêmico. Com esta opção, ficou também definida a importância da memória na construção narrativa e é relevante destacar o tom intimista presente nas lembranças e nas vivências dos indivíduos. Cabe recordar a importância dada pelos estudos feministas a este tipo de texto.

O recorte de gênero mostrou-se providencial pois a maioria dos textos selecionados e publicados são de autoria feminina. As lembranças e vivências femininas nas relações de trabalho apresentam predominância quanto às relações familiares. E é, principalmente na infância, que se dá o aprendizado das relações de gênero através da divisão do trabalho como masculino ou feminino. Tanto os adultos como as crianças recebem tarefas consideradas próprias a um ou a outro sexo.

As autoras lembram as relações de hierarquia e de exploração entre patrão e empregadas, mas também registram sentimentos de solidariedade entre as colegas de trabalho na tentativa de minimizar as dificuldades encontradas nos locais de trabalho. Esta solidariedade entre os adultos se revela na infância através da cumplicidade entre os irmãos, principalmente em burlar a vigilância dos pais e se permitirem momentos de lazer proibido na hora do trabalho.

As mulheres se protegem mutuamente dos chefes e constroem uma rede de solidariedade entre elas, encobrindo faltas umas das outras, exigindo tratamento mais digno e mais humano, facilitando idas ao banheiro e outras questões de ordem privada. As operárias contam histórias de exploração e autoritarismo na fábrica, no escritório e no hospital. As professoras relatam sua relação maternal com os alunos, fazendo da sala de aula uma extensão do lar⁸⁰. O cuidado com o outro está presente como preocupação permanente na maioria das histórias.

O que se faz bastante perceptível é o legado patriarcal nas relações de gênero, principalmente no meio rural. E, como já foi explicitado, a mulher, mesmo atingindo a condição de trabalhadora, mantém-se em estreita vinculação com a família. O trabalho e a família, para a mulher, ficam em permanente ligação. O cuidado com os filhos, a preocupação com a sobrevivência e a responsabilidade com a família estão permanentemente presentes nas

⁸⁰ Confirmando o estudo feito por Carvalho (1999) em *Práticas de cuidado e trabalho docente – No coração da sala de aula*.

narrativas de forma contínua. Quando a mulher fala do trabalho, fala com vistas à sua necessidade de cumprir o papel de provedora, garantindo a sobrevivência da prole. O trabalho feminino precisa, em geral, ser conciliado com a responsabilidade em relação à família, principalmente com os filhos.

Quando a mulher relata suas atividades profissionais, invariavelmente ela as relaciona com suas questões pessoais, tanto em relação aos colegas como em relação ao patrão. A profissão em si, as atividades desenvolvidas, não merecem sua preocupação nem suas narrativas. O que fica bastante presente nestas relações interpessoais é o peso dado às questões como cuidado, cooperação, solidariedade e respeito.

A noção de trabalho e as implicações dela no cotidiano e na vida destas autoras são tomadas a partir de elementos encontrados no próprio texto. Não procurarei verificar se são textos autonarrativos ou se foram usados recursos de criação ficcional onde o texto escrito em primeira pessoa não seja necessariamente autobiográfico – e sim um texto ficcional pura e simplesmente (Maluf, apud. Eduardo Portella, 1995, p. 46).

Muito comumente, a percepção de si e a definição de si, a resposta à pergunta quem sou? está intimamente ligada à atividade profissional exercida ou ao desempenho na área de atuação.

Pergunto, em minha análise, sobre quais os saberes estão constituídos e presentes nos textos ora analisados; sobre que novos saberes eles proporcionam na perspectiva de ampliar a audiência para o tema em questão; sobre quais as relações de gênero, de prazer, de sofrimento estão presentes nos textos. Pergunto se o trabalho é visto como possibilidade de “realização” do ser humano ou apenas como condição de sobrevivência. O trabalho pode passar de meio de superação de uma condição subumana para uma condição de mais plena realização? Quais as dimensões éticas e/ou religiosas aparecem nos textos? Estas perguntas podem ser resumidas em uma só: – que representações de trabalho estão presentes no texto e que lugares de sujeito tais representações constroem?

Pode-se iniciar as reflexões sobre o tema, perguntando sobre como a noção de trabalho transita na sociedade contemporânea. Se, entre os nobres do mundo ocidental em séculos passados ela era vista como aviltamento da condição humana, hoje o não-trabalho é visto

como desprezível e degenerante. A ética do trabalho está presente no imaginário social ocidental e existe uma compulsão pela produtividade. A função, o cargo, são determinantes do *status* do indivíduo e dele depende sua aceitação ou sua rejeição em determinado grupo. Pode-se dizer que o trabalho é reverenciado e que sua prática funciona de forma positiva entre as demais práticas sociais.

O tema trabalho é muitas vezes analisado por sociólogos, economistas, historiadores que produzem conhecimentos mensuráveis por dados estatísticos, através de análises de empregos, setores de ocupação, causas e efeitos, conseqüências econômicas e sociais do emprego e do desemprego. Tudo isto circula amplamente. Porém, um texto autobiográfico implica a experimentação, a vivência, e é esta perspectiva que permite uma percepção diferenciada, uma desestabilização do já posto e, na relação com outros textos, abre múltiplas possibilidades de recepção e compreensão do tema. Esta é também a possibilidade de análise encontrada na linha de pesquisa dos Estudos Culturais.

Pode-se retomar, por exemplo, a análise desenvolvida por Bosi (na perspectiva da Psicologia Social), cuja preocupação está em recuperar o papel do velho na sociedade “a sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra” (Bosi, 1983, p. 35) e em lhe oferecer um espaço produtivo. Para a autora, a sociedade contemporânea, ao tratar o velho como um elemento improdutivo, perde aquilo que ela tem de mais importante que é a sua memória.

Sennett (2003) vai mais adiante no estudo que desenvolve sobre as relações de trabalho e afirma que

Quase em toda parte a célula familiar explodiu. As pequenas empresas são absorvidas pelos monopólios ou se deslocam. O filho não recomeçará a obra do pai, e o pai sabe disso (Sennett, 2003).

A exemplificação trazida na sua obra *A corrosão do caráter* coloca em primeiro plano a relação entre pai e filho, na qual o projeto do filho não tem nada a ver com a história de vida do pai, ainda que seu *status* social tenha sido alcançado como fruto do sacrifício e da crença do pai em poder dar ao filho uma vida melhor que a sua. A escolarização, a posição social e econômica alcançada pelo filho cria um fosso entre ambos, afastando-os inexoravelmente. E o

velho se conforma e aceita seu destino, porque assim é. Todo o trabalho de uma vida atinge seu objetivo que é o sucesso do filho. Ele, o pai, nada quer para si. O filho, por sua vez, demonstra este mesmo sentimento em relação às suas próprias filhas, iniciando um novo ciclo, como uma sina da humanidade, sempre trabalhando para preparar a nova geração.

Ao pensar na escola como meio de alteração da estrutura social, recorro a autores como Willis (1991), com sua obra *Aprendendo a ser trabalhador* e a pesquisa desenvolvida em torno do papel da escola na formação do trabalhador. Neste texto, o autor reafirma o quanto a Escola ajuda a formar a concepção de que o trabalho manual é destinado às camadas de mais baixa renda e de que, para superar esta situação, o único caminho é a própria escola. Nas entrevistas que analisa, feitas com uma classe de adolescentes, o pesquisador encontrou manifestações do desejo de superação do *status quo* e a quase convicção da sua impossibilidade. Percebe-se, no entanto, uma questão antagônica em relação à Escola. Em determinada ótica, ela é vista como a ‘salvação’ para os alunos de níveis sócio-econômicos mais baixos, e em outra, ela é vista como reprodutora da sociedade, como pode ser encontrada em vários estudos da Educação Crítica.

Weber (1996), por sua vez, fez pensar o quanto o trabalho tem de componente moral e regulador da sociedade e em que medida ele contribui para a formulação das *tecnologias do eu*. Na perspectiva da religião, o autor afirma que o Protestantismo possui uma força muito grande ao associar o trabalho com a moral, garantindo com isto a produtividade da sociedade capitalista.

Voltemos ao conceito *vita activa* de Arendt (1995) que se refere à importância de se refletir sobre o que fazemos e de recuperar, através da reflexão, nossa condição humana que é mais que *labor* e trabalho (desenvolvido no capítulo I). Nessa perspectiva, as narrativas sobre o trabalho e seus atores possibilitam a intermediação da linguagem nas ações e nas relações dos homens entre si. Ao narrar sobre as *Histórias de Trabalho*, seus autores estão também refletindo sobre sua *condição humana*. As narrativas não são simples dados informativos, ainda que nos informem sobre as relações existentes na sociedade em determinadas épocas e em relação a determinados agrupamentos humanos. A narrativa é também a re-invenção desta mesma realidade sob a ótica de quem a conta e está impregnada de todas as vozes que

constituem estes/estas autores/as⁸¹, cabendo ao autor a tarefa de re-coletar, re-organizar os dados, os fatos, as palavras, a ordenação das palavras.

A análise a que me proponho pretende perceber como estas questões mais amplas de trabalho (que o vêem como entrelaçado ao cotidiano, ao microscópico) estão refletidas nas autonarrativas aqui analisadas e nas identidades de suas autoras.

3.3 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO CONCURSO *HISTÓRIAS DE TRABALHO*

A glorificação do trabalho (numa perspectiva weberiana) é contraposta por estas histórias de mulheres trabalhadoras que nos contam sobre cansaço, rotina, controle, mau pagamento, sofrimento físico (versões marginais e subterrâneas), que narram suas vidas através de uma versão não tão poética do esforço diário despendido pela necessidade de sobrevivência. Falam também da exploração do trabalho infantil, tido como natural na zona rural e da subtração da infância. Estas memórias de trabalho estão impregnadas nos grupos que passaram por estas experiências, e que nos contam estas memórias clandestinas que insistem em desconstruir o discurso que coloca a mulher fora das estatísticas e das análises da economia e da produção da riqueza da nação.

As análises sobre as relações da mulher com o trabalho acompanham a discussão que Canclini (2000) traz sobre a permanência das relações pré-modernas (presentes nas relações de economia rural) quando a tração da colheitadeira era feita por bois auxiliada pela força do homem; ao lado de relações modernas (fábrica – linha de montagem dentro da concepção da perspectiva fordista); assim como pós-modernas (quase inexistente nos textos analisados) encontradas na análise de Sennett (2003) e Antunes (2003 e 2004). O conceito de trabalho se inventa assim como se inventa o trabalho e inventa o trabalhador. E ele vai se modificando no tempo e no espaço.

⁸¹ Segundo SILVEIRA (1996) “Nosso mundo, ou melhor, o mundo que se torna intelegível para nós pelos discursos em que também nos constituímos – tem se mostrado como muito mais complexo e refratário às classificações assépticas e definitivas do que certamente gostaríamos que ele fosse. Nossos discursos são atravessados por outros discursos, as vozes que ouvimos ecoam outras vozes e os sentidos das palavras e expressões variam, freqüentemente, de voz para voz, embora em nossos esforços racionalistas e unificadores (...) procuremos cristalizar os sentidos certos dos dicionários”(p. 80).

Quando se fala de relações de trabalho, o pré-moderno pode ser lido como relações no mundo rural – de economia familiar, não assalariado, onde o tempo é medido pela luz do sol e pelo comportamento da chuva e dos ventos. O trabalho feminino desenvolvido no lar também pode ser chamado de pré-moderno – é feito no âmbito doméstico, não é assalariado, não tem nenhum tipo de proteção trabalhista e é desenvolvido ao sabor dos movimentos dos membros da família. O trabalho de mulher é adjetivado como pulverizado, fragmentado e, muitas vezes, visto como desorganizado. Ele acompanha o ritmo da vida com toda sua provisoriedade e capacidade de surpreender. É, porém, definidor da economia, se somarmos as horas trabalhadas com o benefício social que produz.

As relações modernas são aquelas existentes nas fábricas, na linha de produção dentro da concepção taylorista e fordista com a presença do capataz ou do supervisor. A classe operária sofre com a jornada de trabalho, com a exigência do ritmo da produção que lhe é imposto. No escritório, mesmo com condições de trabalho mais favoráveis, o corpo é disciplinado através da imobilidade atrás da mesa e pelo manuseio de equipamentos que, pela repetição de movimentos, causa a ele danos físicos que o irão acompanhar pelo resto da vida.⁸²

As relações pós-modernas são discutidas por Sennett (2003) e Antunes (2003 e 2004) ao observar a reengenharia das relações humanas. Neste novo desenho, desaparece a figura do supervisor ou capataz e novas relações são estabelecidas nas quais os membros do grupo criam regras de controle e produtividade entre si, passando cada um a vigiar o outro e cobrar resultados que irão afetar o grupo como um todo, é o chamado trabalho de “equipe”.

Neste contexto, surge o conceito de “feminização” do trabalho principalmente na indústria de eletroeletrônicos cujos componentes exigem mãos delicadas e corpos dóceis. A mulher é considerada elemento privilegiado para este tipo de atividade, como já foi visto no capítulo II.

Pode-se perceber que os conceitos pertencem ou emergem em determinado contexto histórico, são fruto do seu tempo. “Perspectivas diferentes sobre os domínios da experiência implicam formas diferentes de expressar essas experiências” (Fairclough, 2001, p. 236).

⁸² Ver Michèle Perrot e as ilustrações no livro *Mulheres Públicas* (1998).

Decorre daí que palavras são substituídas por outras, ou seus significados são re-significados porém, não significa que os primeiros estejam extintos; apenas não permanecem em primeiro plano e variam de um lugar para o outro, dependendo do grau de desenvolvimento de cada um deles. As relações de trabalho coexistem de forma diferenciada em diferentes momentos históricos, dependendo principalmente dos espaços e do poder aquisitivo ou, ainda, das condições sócio-econômicas das populações envolvidas.

Nestas histórias, pode-se identificar personagens convivendo nos três tipos de relações apontadas por Canclini. No mundo rural, pode-se indicar o exemplo de Edla (1994, 1995)⁸³ que relata as condições de vida e de trabalho de uma família rural. No meio operário serve de exemplo a história de Sandra (2002) que conta sobre as condições adversas em que ela trabalhava numa fábrica de detergentes e Nelsa (1999), que pode ser apontada como um exemplo daquelas que se integraram nos novos modelos de produção, vindo a ser presidente de uma cooperativa na qual, segundo ela, “não existe patrão e a responsabilidade dos trabalhadores é consigo mesmos e com o grupo” (1999, p. 113).

Ao relacionar o tempo/espaço com as experiências profissionais, o que pretendo perguntar sobre os discursos produzidos é quais mulheres trabalhadoras aparecem nos textos? Como elas se relacionam com o trabalho?

A macroestrutura básica dos textos é a articulação do mundo centrada na mulher e recontada na perspectiva da mulher, são textos produzidos por mulheres que escolheram uma figura feminina como personagem principal de sua narrativa, tanto podem ser elas próprias como alguma personagem de sua cena familiar, como a mãe ou a avó, com as quais possivelmente se identificam ou com as quais gostariam de se parecer, pois afirma-se que a personagem de alguma forma é sempre a extensão do autor.

Existem padrões esperados que qualificam ou desqualificam o "bom trabalhador" – o que está ou não "adaptado", como na história contada por Rita (2002), na qual a autora questiona sua dificuldade, sua relutância, sua dor no ombro, sua lentidão como causa de não adaptação devido à sua origem rural e não como consequência das lesões que o trabalho de

⁸³ Ao citar apenas o primeiro nome das autoras estou me referindo ao texto produzido para o concurso *Histórias de Trabalho* que será identificado pelo ano da sua edição.

digitação estejam lhe causando: "Não estou me adaptando. Só pode ser". Esta suposta "incompetência" vai causando outra seqüela como o mutismo. Acaba quase muda.

Muito comumente, a percepção de si e a definição de si, a resposta à pergunta quem sou? está intimamente ligada à atividade profissional que é exercida ou ao desempenho na área de atuação. Nessa medida, o trabalho constitui um dos importantes aspectos da identidade. Procura-se positivar ao máximo esta nossa relação e a representação dela perante os outros como uma forma de nossa afirmação no grupo. Ao construir uma narrativa de si (Bernard, 1993) como trabalhadora, a mulher está construindo a imagem de si, construindo sua identidade como indivíduo, como membro de um determinado grupo e como elemento integrante da sociedade.

A luta pelo direito ao trabalho foi uma das principais reivindicações dos movimentos feministas. Essa luta, esse desejo justificam a escolha do dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher, por homenagear um grupo de mulheres operárias que morreu reivindicando melhores condições de trabalho numa fábrica de tecidos, numa clara demonstração da existência de organizações de mulheres em torno de movimentos para melhorar suas condições de vida e de trabalho. Este tema é instigante porque cada vez mais a mulher se vê diante da dificuldade de enfrentar paralelamente questões de ordem familiar e desafios do mundo do trabalho. Estão longe de estar superadas as dificuldades que historicamente vêm sendo denunciadas. Esta análise nos ajuda a iluminar a questão.

Quadro sinóptico dos textos: Foram analisados um total de 58 textos contidos em 9 livros compreendendo o período de 1994 a 2002. Dentre as categorias de abrangência do concurso, foi escolhida a categoria *Lembranças e Vivências*. Foram selecionados 36 textos de autoria feminina, sendo que desses, 15 textos são escritos por professoras; 1 texto foi escrito por uma de dona-de-casa; 2 textos por funcionárias públicas; 2 textos por telefonistas (uma delas é também artesã); 1 texto por uma enfermeira; 1 texto por uma médica; 1 texto por uma esteticista; 1 texto por uma pintora/cenógrafa; 1 texto por uma assistente administrativa; 1 texto por uma auxiliar de enfermagem; 1 texto por uma costureira; 1 texto por uma artesã; 1 texto por uma enfermeira e engenheira agrônoma; 1 texto por uma escritora; 1 texto por uma psicóloga; 5 textos não trazem a identificação profissional das autoras.

4. ANÁLISE DOS TEXTOS NO CONCURSO *HISTÓRIAS DO TRABALHO*

Fue precisamente la apuesta ética de la narrativa, llevada a um grado sumo en el registro biográfico, la que permitió encontrar um nexo inteligible para dar cuenta da la “positividad” que assume, em la reflexión contemporânea, la pluralidad de las narrativas –en tanto posibilidad de afirmación de voces otras-, que abren nuevos espacios para lo social, la búsqueda de valores compartidos y de nuevos sentidos de comunidad y de democracia.

Leonor Arfuch

A proposta de trabalhar com textos não canônicos encontra respaldo nos pressupostos desenvolvidos por Culler (1999), em sua obra *Teoria da Literatura*, na qual o autor indica os dois caminhos trilhados pelos Estudos Culturais. Um deles, esboçado a partir de Barthes e sua obra *Mitologias*⁸⁴, está interessado em desmistificar o que, na cultura, "passa a ser natural", mostra que esta se baseia em construções contingentes, históricas. E o outro caminho, a partir do Centro de Estudos de Birmingham, de base literária marxista na Grã-Bretanha, busca recuperar e explorar uma cultura popular. O que se quer saber é "em que medida as pessoas são construídas como sujeitos pelas formas e práticas culturais que as 'interpelam' ou se dirigem a elas como pessoas com desejos e valores específicos?" (Culler, 1999, p. 51).

O que vejo como importante é também considerar estes produtos - as histórias de trabalho - como passíveis de estudo. Que textos são estes cujos autores são quase anônimos,

⁸⁴ Hall também discute a contribuição de Barthes para a definição dos rumos dos Estudos Culturais em seu texto: *The work of representation* (1997).

quase invisíveis na perspectiva da produção cultural, ainda mais no campo da literatura, onde a possibilidade de atingir o *status* canônico é uma tarefa árdua mesmo entre os “letrados”? O que dizer daqueles/as autores/as que estão trilhando ainda caminhos para o domínio de mecanismos de textualização, que mal ultrapassam a qualificação próxima do “analfabetismo funcional”, aquela que não vai além do uso utilitarista da língua, normalmente limitado à resolução das questões rotineiras e cotidianas da vida, mas que não diminuem, nessas autoras, a capacidade de construir narrativas?

Para Arfuch, um *corpus* a ser analisado pode se transformar em espaço emblemático, contendo tramas culturais de alta densidade significativa, capazes de iluminar, em uma pequena escala, uma “paisagem de época” (Arfuch, 2002, p. 30). São estas reflexões que me permitiram o estabelecimento de uma proposta de trabalho com o texto escrito que pode ajudar a traçar o perfil do grupo de autores, permitindo a aproximação com a sua linguagem, suas vivências de grupo, de família, seus valores, suas narrativas de si.

Ao analisar um conjunto de textos, pode-se rastrear certas regularidades e serão elas que poderão fornecer os elementos para a compreensão de como estas experiências são vividas, reformuladas e narradas. É o exercício de escrita de *narrativas de si* praticada por estas autoras que permite a minha aproximação dos saberes contidos nestas histórias e à forma como estes atores se inscrevem e escrevem suas histórias, facultando-lhes a disputa pelo lugar do discurso autorizado, pelo discurso com maior audiência.

A análise destes discursos auxilia na compreensão das relações existentes entre os textos produzidos de forma escrita e os efeitos que os mesmos produzem. Para Fairclough (1995),

textos são espaços sociais nos quais dois processos sociais ocorrem simultaneamente: conhecimento e representação no mundo e interação social (...) ‘discurso’ é o uso da linguagem vista como uma prática social e a análise do discurso é a análise de como o texto funciona, inserido na prática social (p. 3).

Assim como as identidades são múltiplas, nossas formas de inclusão também o são. Estamos simultaneamente incluídos em diferentes agrupamentos sociais, sejam de família, de escola, de trabalho, de grupo de amigos e outros. A inclusão social em outra acepção, pode ser vista também como sendo o acesso que temos a uma gama de diferentes bens, e ela poderia se dar

por diversas vias como, por exemplo, pela via econômica, pelo aumento de poder aquisitivo, pelo direito a bens públicos variados, pelo direito à moradia, ou através de programas de habitação, etc.

Já a mídia, por sua vez, está constantemente querendo nos incluir nos mais diferentes grupos de consumidores, ao nos tentar seduzir com os novos produtos lançados no mercado. Não é desta inclusão que estou falando. Não se trata da inclusão na sociedade narcísica, criticada por Lasch (1983) que tem no consumo seu objetivo primeiro e, através dele, submete os corpos a exigências de comportamentos, modelagens, atitudes, que resulta na tendência à homogeneização da sociedade ou ao menos, de “fatias do mercado”. Falo, sim, de um tipo de inclusão que se faz cada vez mais necessária, que é a inclusão ao letramento. Tal inclusão se relaciona com as contribuições de Soares quando ela afirma: "trata-se de mudar o lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura, sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais, tornar-se diferente" (Soares, 2001, p. 37). Entendo que o cidadão letrado, quando leitor de um leque diferenciado de obras, passa a ser um produtor qualificado de significados.

A partir do contato pessoal com os participantes do concurso percebi que a segurança do uso da linguagem se reflete inclusive em uma mudança de postura corporal. O indivíduo a manifesta em seu comportamento, desde a forma de se dirigir às pessoas, pelo tom de voz usado, pela entonação, na firmeza de timbre até mesmo em situações mais triviais como a de solicitar uma informação em um órgão público.

O sentido do valor de seus próprios produtos lingüísticos (experimentado, por exemplo, sob a forma de uma reação infeliz a um sotaque desvalorizado) é uma das dimensões fundamentais da posição no tecido social: a relação originária com o mercado lingüístico e a descoberta do valor atribuído às produções lingüísticas são, sem dúvida, juntamente com a descoberta do valor conferido ao próprio corpo, uma das mediações através das quais se determina a representação prática da pessoa social, *self image* que comanda as condutas de sociabilidade ('timidez', 'descontração', 'segurança' etc.) e, de modo mais geral, toda a maneira de se comportar no mundo social (Bourdieu, 1996, p. 178). Estas diferentes posturas resultam em diferentes possibilidades e formas de atuação social.

Ao escolher como fonte de investigação materiais colhidos de autores relativamente desconhecidos, que tiveram, em geral, apenas no espaço do concurso *Histórias de Trabalho* oportunidade de vir a público, acredito poder estar contribuindo para a percepção de importantes aspectos do cotidiano de agentes sociais de diferentes procedências culturais. O valor desta análise está na possibilidade de compor um quadro destas práticas e estabelecer relações através da vinculação delas às expressões culturais, regras sociais, determinantes políticos e formas variadas de sensibilidade individuais.

Minha expectativa está em poder superar a reprodução das análises que buscam apenas a explicação das mazelas sociais, políticas econômicas e culturais atuais. O conhecimento de contextos diferenciados e a percepção da forma como eles estão articulados permite a compreensão da sociedade na sua complexidade multicultural e essa perspectiva pode auxiliar o trabalho no campo educacional.

O impacto da pluralidade de identidades sócio-culturais na formação das histórias e memórias da sociedade impulsionou minha busca das diferentes fontes de produção e transmissão cultural para a recuperação e valorização da diversidade social, de gênero, de culturas e outras.

A palavra cultura aparece em debates chave acerca da industrialização e da democratização e são estabelecidas conexões entre produtos culturais e relações culturais. Tais debates podem ser vistos como integrando

um projeto de pensar através das implicações da extensão do termo cultura para que incluía atividades e significados das pessoas comuns, precisamente os coletivos excluídos da participação na cultura, se pensarmos a partir de uma definição elitista de cultura (Barker, 1994, p. 12).

Ao proceder à desconstrução⁸⁵ de conceitos presentes nos textos, tem-se em vista verificar as relações que estão presentes - de classe, de gênero, relações familiares, relações de trabalho,

⁸⁵ *Desconstrução* é um conceito inspirado em Derrida e define uma atitude diante do conhecimento, que busca desestabilizar, mobilizar, fazer circular de forma não linear. Pensar escapando às oposições binárias, percebendo os modos pelos quais certas idéias foram sendo naturalizadas e vestidas com uma roupagem universal. Culler desenvolveu um estudo sobre o conceito e suas implicações no livro intitulado *Sobre a desconstrução*, na condição de um dos mais eminentes representantes da crítica à hegemonia do significante defendida pelo estruturalismo nos anos setenta. No primeiro capítulo ele propõe uma sessão com o título *Lendo como mulher* na qual observa que o texto escrito em sua maioria tem como pressuposto um público

relações sociais, que são, também, inevitavelmente, relações de poder. É pensando nessa perspectiva que parece pertinente a escolha de artefatos culturais produzidos por pessoas comuns, muitas vezes provenientes dos grupos chamados excluídos, permitindo penetrar na análise de atividades e significados neles presentes, ampliando a compreensão dos mesmos.

A desconstrução que pretendo proceder neste trabalho está centrada em conceitos como patricarcado e outros, combinados nos discursos que se esforçam em manter a mulher numa posição inferior à do homem na escala social.

A pesquisa de Bosi (op. cit.), abordada no capítulo anterior, foi desenvolvida nessa perspectiva. A desconstrução desenvolvida pela autora é feita em relação à idéia de improdutividade da velhice na sociedade capitalista. A autora resgata o papel do velho através da capacidade que ele possui de reter na memória os fatos passados. Os velhos, desse estudo, pertencem ao segmento de pessoas comuns, muitas vezes excluídos ou esquecidos da sociedade, abandonados em asilos, destituídos da voz, sem oportunidade de deixar seu legado às próximas gerações.

Ao acompanhar este estudo, encontra-se a explicação da razão de sua escolha na afirmação de que eles (os velhos) são os guardiões do passado e que a velhice não existe para si mas somente para o outro. Marilena Chauí, ao prefaciar a obra de Bosi, afirma que esta pesquisa representa a possibilidade do estabelecimento de uma nova relação com o velho, ao fazer despontar a figura laboriosa da velhice, como quem desenvolve o trabalho de lembrar, numa tríade: memória-trabalho-velhice. Neste sentido, a lembrança é uma re-aparição, pois está acompanhada da reflexão e da localização. Este estudo aponta para a necessidade de uma revisão dos valores presentes em nossa sociedade os quais vão deixando a perspectiva proposta por Arendt, de se discutir a *condição humana*, cada vez mais urgente.

É com esta intenção que trago textos não canônicos escritos por pessoas comuns, a maioria sem nenhum tipo de inserção no mundo letrado, como objeto deste estudo. Considero pertinente destacar as afirmações de Foucault contidas na obra *Defender la sociedad* (2000), segundo os quais,

masculino e defende a necessidade de uma crítica literária que contemple outros olhares que não os construídos a partir de pressupostos falocêntricos. Ver Culler, *Sobre a desconstrução* (1997); *Teoria Literária*.

a reativação dos saberes locais - menores (...) [é necessária] contra a hierarquização científica do conhecimento [metafísica] e seus efeitos de poder intrínsecos é o projeto dessas genealogias em desordem e desvalorizadas (p. 24).

e que pode ajudar a ampliar nossa compreensão sobre a sociedade e seus membros, devolvendo a eles seu grau de importância. Além de Foucault, Arfuch (2002) também defende a idéia da incorporação destes agentes “invisíveis”, abandonando a prática de se levar em conta apenas os grandes relatos como se apenas eles tivessem a autoridade da narrativa social.

A pós-modernidade viria a sintetizar o estado das coisas: a crise dos grandes relatos legitimados, a perda das certezas e fundamentos (da ciência, da filosofia, na arte, da política) o decisivo descentramento do sujeito e, coextensivamente, a valorização dos ‘microrelatos’, o desenvolvimento do ponto de vista onisciente e ordenador em benefício da pluralidade de vozes, a hibridização, a mescla irreverente de cânones, retóricas, paradigmas e estilos (p. 18).

Como já foi desenvolvido no capítulo II, em relação ao lugar da fala, (assim como os velhos), as mulheres sofreram, ao longo da história, um processo de silenciamento e exclusão do discurso reconhecido. O sujeito da fala é historicamente o sujeito masculino, preferencialmente branco, culto e de nível sócio-econômico elevado: na literatura, na tribuna tanto jurídica como eclesiasástica; na ciência; e nos demais lugares de fala privilegiadas e reconhecidas como discursos de verdade. Ao discurso masculino são reservados os lugares de destaque, tornando o homem visível, com lugar privilegiado na cena da vida social enquanto que à mulher fica reservado o espaço privado e doméstico. Faz-se necessário resgatar este discurso, dar-lhe a importância devida. Colocá-lo em cena.

4.1 A VISIBILIDADE DO INVISÍVEL

Lembremos inicialmente Foucault; para ele, *o nome do autor* (Foucault, 1992)

indica que esse discurso não é um discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso

Uma introdução (1999). No capítulo I fiz referência ao conceito no estudo feito por Arfuch e a contribuição dada por Heidegger através do seu pensamento desconstrutivista.

que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto (p. 45).

Ao proceder a análise dos textos de autoria feminina, percebo o quanto eles não me são indiferentes. Com esta análise, pretendo contribuir para o resgate da escrita feminina, participar do esforço de dar a ele estatuto que lhe foi negado historicamente. Meu esforço soma-se a outros tantos esforços que estão sendo feitos que têm por finalidade tirar do silêncio a voz da mulher. Ao reivindicar o estatuto de autor⁸⁶ à mulher, está-se pretendendo ajudar a reconhecer o papel da mulher na construção da sociedade.

Quem são as personagens destas histórias? Quais os discursos que as constroem? Como o discurso feminino é articulado com outros discursos que configuram rede de saberes? O modo como os discursos são produzidos produzem as identidades das mulheres no movimento mesmo de narrá-las. Que vozes são estas que ecoam nas histórias aqui construídas? Ao narrar a história das mulheres, está sendo narrada também a história da humanidade.

Como estes textos se relacionam com as grandes narrativas? Como a macro história está contida nas micro histórias? Como aquelas que são construídas em torno das mulheres, sobre os lugares sociais destinados às mulheres, o lugar que lhes é reservado no mundo do trabalho? Quais as práticas e as crenças que circulam com a finalidade de legitimar estes papéis e estes lugares?

Em que medida as autonarrativas reproduzem as grandes narrativas, que outros lugares nos são apresentados? Que outras identidades são construídas, apresentando um outro jeito de olhar a si próprio, a relação com os outros e com o mundo, em especial com o mundo do trabalho, trazendo olhares ambíguos, múltiplos e contraditórios? Em princípio, percebe-se não uma mulher e sim diferentes mulheres que olham e vêem a vida de diferentes ângulos e maneiras, ainda que possam ser identificadas questões recorrentes como a percepção do desdobramento do discurso patriarcal.

⁸⁶ Lembrando o conceito de autor de Foucault, como sujeito que possui saber, que é produtivo – que produz verdades, não apenas produtivo do seu meio, reproduzidor do que ouve e está envolvido, mas também produz, re-organiza, re-conceitua, cria a partir do vivido.

Pode-se perguntar se a linguagem permite uma reflexão privilegiada do sujeito consigo mesmo como nos indicam autores como Larrosa, Arendt, Heidegger, apresentados no capítulo I. Quais as peculiaridades da escrita feminina? Como as mulheres se vêem frente ao mundo do trabalho? Como a temática do trabalho é construída nos textos escritos pelas mulheres, em particular nas *Histórias de Trabalho* (HT)? Quais mulheres podem ser identificadas nos textos de autoria feminina na categoria *Lembranças e Vivências* (LV) do concurso HT? Ou ainda, quais as características das personagens femininas que habitam as narrativas das LV no HT?

Trazer estas histórias como objeto de estudo pode ser visto como um exemplo de inclusão dos sujeitos *invisíveis* e de reconhecimento de que as vozes das mulheres e das minorias (maiorias) silenciosas (silenciadas) estão ocupando nos espaços do discurso, recebendo paulatinamente maior atenção e espaço de expressão e de escrita.

Como já foi anunciado anteriormente, quando Virgínia Wolf discute a necessidade de a mulher conquistar seu espaço de trabalho, a escritora denuncia que a escrita da mulher sempre foi produzida na mesa da cozinha e da sala, em meio aos afazeres domésticos como a costura e o bordado. Os livros de receita contêm registros que equivalem a diários, como os encontrados na análise desenvolvida por Maluf (1995) sobre as anotações das mulheres donas de fazendas de café em São Paulo em fins do século XIX e início do século XX, nas quais é comum a mistura de assuntos de cozinha com registros de pequenos episódios familiares como nascimentos, batizados, aniversários, que vão compondo as histórias das famílias. São encontradas também observações relativas aos negócios da cafeicultura como safras, colheitas, intempéries, mostrando a participação efetiva das mulheres dos cafeicultores na economia brasileira.

Ao desencadear o registro das lembranças, podemos burilar, lapidar, trabalhar o tempo e recriá-lo constituindo-o como *nosso* tempo, conforme acreditou Bosi em sua tese.

Na autonarrativa (como já foi desenvolvido no capítulo I), também conta o ponto do qual é olhado/desejado atuar e a narrativa que se constrói busca atender a este olhar (esta expectativa) pois o que o narrador quer é ser aceito, reconhecido, considerado. Este jogo entre as várias possibilidades de narração promove uma reflexão sobre o lugar que o sujeito ocupa e isto ocorre pela linguagem, que é a possibilidade do ser humano refletir sobre si mesmo, sobre sua relação com o outro e com o mundo.

A sociedade, ao incluir os indivíduos no mundo letrado de forma mais completa, produz indivíduos mais hábeis no uso dos recursos lingüísticos e de reflexão, onde o ser-aí (*da-sein*) se coloca em relação com o outro (*mit-sein*) e, nesta relação, produz novos significados para si e para o coletivo. Cabe-nos examinar os modos como as lembranças são contadas, quais valores mobilizam, organizam e desorganizam; como se organizam, constroem sentidos: quais articulações estabelecem, quais saberes mobilizam e como se posicionam em relação a determinadas instituições e instâncias.

Como já foi afirmado, anteriormente, uma das formas desta construção de significados se dá pela linguagem e é com ela que são criadas as histórias que contamos de nós mesmos e dos outros. Estes significados são construídos através das representações presentes nos artefatos culturais e ajudam a definir o conceito de identidade (Hall, 1988), e um dos caminhos é o da construção de narrativas e de autonarrativas (Larrosa, 1995).

Recuperando o que já foi desenvolvido nos capítulos anteriores, gostaria de lembrar a afirmação de Hall (1998) de que a “identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”, bem como a apresentação feita por Larrosa (1995) sobre o processo de construção das narrativas como resultado de elementos polifônicos e intertextuais. Coulthard (s/d) através de suas análises, evidencia como se constroem as identidades femininas dentro da contradição no processo de transgressão e de culpa.

Este é o conjunto de elementos encontrados nos textos ora em análise. Pelo contato com os Estudos Culturais, é possível uma investigação sob a ótica de perceber estes textos como artefatos culturais, isto é, como objetos que têm construído em torno de si um conjunto de significados. Ao associar o objeto aos seus significados, está-se estabelecendo a sua identificação como um artefato cultural.

As autonarrativas constroem sobre o indivíduo um significado com histórias carregadas de representações e de subjetividades deixando perceptíveis as representações que os indivíduos têm de si e suas formas de relação com o mundo e com as pessoas.

Dentro dos Estudos Culturais, a narrativa não é lugar de irrupção da subjetividade, senão a modalidade discursiva que estabelece a posição de sujeito e as regras de sua

construção em uma trama dentro do discurso. Nestes discursos, pode-se perceber como as subjetividades são fabricadas a partir de diferentes formas e fontes de exercício de poder, e como são construídos os diferentes lugares dos indivíduos na sociedade.

4.2 OS TEXTOS FEMININOS NAS *HISTÓRIAS DE TRABALHO*

As *Histórias de Trabalho* das mulheres sob a ótica autonarrativa é o objeto da análise a que estou me propondo. Ela é um fragmento de um todo que merece que lhe seja dedicado um estudo extenso do quilate dos estudos feitos por Maluf e Bosi. Muitas questões que foram silenciadas podem vir à tona e ajudar a compreender a formação da família brasileira, o lugar reservado às mulheres nela e na sociedade e, em especial ao que se refere ao mundo do trabalho.

Pode-se olhar para estas histórias como se olha para um documento que representa um fragmento de uma realidade e, nesta perspectiva, sua análise serve para nos dar alguma noção de um determinado aspecto da história da sociedade e das relações que nela são estabelecidas.

Todo documento é um monumento que deve ser des-estruturado, des-montado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é 'falso', avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo (Le Goff, 1990, p. 110).

Estas autonarrativas são fragmentos de memórias. E, a memória é um jeito de contar, um modo de lembrar, uma invenção e, recordando Halbwachs (1990) e Bosi (1987), uma reconstrução dos acontecimentos relacionada à “memória coletiva” na perspectiva de que o que eu recordo não é uma lembrança individual, mas pertencente ao coletivo onde estou ou estive inserido. Parfraseando Larrosa, a história que conto é a história que me conta.

Neste cenário, deve-se levar em conta também a permanente disputa entre lembrança e esquecimento. Essa disputa está presente tanto no próprio indivíduo como coletivamente. Na mesma medida em que o discurso funciona para consolidar as versões oficiais, ele promove o esquecimento de outras versões que disputam a cena. Esta segunda possibilidade é o que se

intitula de uso social da memória (Ricoeur, 1978) através da qual versões de acontecimentos são reelaboradas em uma memória coletiva e fixadas em estratégia de poder.

A memória é uma versão dos acontecimentos à qual damos estatuto de verdade, com destaque a certos fatos em detrimento de outros. O trabalho da memória consistiria em selecionar os eventos considerados importantes (tanto positivos como negativos), os quais, através de nosso olhar presente em direção ao passado, são trazidos novamente à cena e vão constituindo nossa história de vida, organizada em torno de fatos em relevo, produzidas através de discursos organizados a partir de acontecimentos e de objetos materiais.

No estudo desenvolvido por Bosi (1987), a autora dedica especial atenção à família e, nela, principalmente ao papel desempenhado pelos avós na socialização da criança.

A criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização (...). A criança recebe inúmeras noções dos avós, dos empregados (...). O quarto dos avós, a casa dos avós, regiões em que não havia a preocupação de socializar, punir, sancionar nossos atos, mas onde tudo era tolerância e aceitação (pp. 31-32).

Elódia Xavier, em seu livro *O declínio do patriarcado* (1998), estabelece uma relação entre a família e o trabalho. Para a autora, o olhar feminino sobre o trabalho traz, de forma recorrente, o tema da família, o que, segundo Xavier, seria uma das características da escrita feminina. Nos textos analisados, o trabalho é visto mais sob o ponto de vista das relações pessoais e menos de suas questões técnicas. Esta identificação é encontrada nas lembranças das mulheres as quais se refere, geralmente, aos colegas de trabalho e aos patrões e, nestas referências, fazem alusão às vivências diárias, aos problemas, às dificuldades, aos relacionamentos, ao companheirismo e às disputas. Quando falam no resultado do trabalho, em geral fazem menção ao retorno que ele lhes dá em relação ao bem-estar da família.

Em outro estudo desenvolvido por Xavier (1990), anteriormente citado, ao analisar textos de autoria feminina, a pesquisadora aponta três características que seriam recorrentes nestas produções, ou seja: o uso da primeira pessoa; a recorrência ao passado, privilegiando a importância da memória e, por último, a permanente presença da ambigüidade (uma forma do duplo) que se opõe à certeza do discurso como verdade (diferente do discurso masculino

próprio das metanarrativas). Entendo que estes achados de Xavier podem ser encontrados nos textos aos quais está dedicado este estudo.

O uso da primeira pessoa está presente em grande parte dos textos como veremos adiante. A segunda característica apontada por Xavier, a recorrência ao passado, está presente em todos os textos, uma vez que ela é da natureza da categoria *Lembranças e Vivências* na qual foram inscritos estes textos no concurso HT. E a terceira, que é a presença do duplo, da ambigüidade, na qual se confunde a personagem com o autor, além da interrogação de si e do mundo, presente no discurso das mulheres.

Para melhor organizar a análise, comporei um quadro das práticas profissionais narradas, visando estabelecer a relação destas práticas às expressões culturais, regras sociais e formas variadas de sensibilidade individuais. Pretendo aproximar as narrativas por áreas de interesse das autoras que, apesar de desempenharem profissões distintas, elas aproximam-se pelas temáticas expressas nas suas histórias.

4.2.1 Ser professora

Ao agrupar os textos escritos por professoras, faço-o não pelo fato de as autoras exercerem a mesma profissão, mas pelo ponto de vista explicitado em seus textos: Ivone (1994), Denise (1994), Maria da Glória (1994), Luciana (1994), Noeli (1994), Ana Alice (1997), e Carla (2001). Estas professoras falam de suas experiências docentes principalmente a partir da relação que estabelecem com seus alunos⁸⁷. Às vezes, é abordada a relação com um deles, em especial, como no caso de Ivone e seu aluno Catarino, que fazia discursos na hora do recreio, disputando o lugar da fala com a Diretora da escola e “balançava o palanque da diretora, o coração e as certezas dos professores” (1994). Também esse é o caso de Denise (1994), professora estagiária e educadora de rua, a qual nominou seu aluno especial de *O pequeno príncipe Charles*. A relação entre ambos fica tão estreita a ponto de a professora levar o aluno a morar em sua casa. Denise luta contra o sentimento que vai tomando conta dela, “sente que é preciso cortar o cordão umbilical” que a prende ao aluno. A situação se mantém até o dia em que ele “sai de sua vida”.

⁸⁷ Lembro novamente o já mencionado estudo de Marília Pinto de Carvalho *No coração da sala de aula* (1999).

Maria da Glória (1994) relata o adiamento de sua aposentadoria e, com ele, a perspectiva de aumentar seus ganhos com outro emprego em razão de seu grande apego aos alunos. Fatos como estes poderiam ser classificados como “falta de profissionalismo”, pois as questões profissionais deveriam ser resolvidas com a razão. Dentro dos estudos sobre profissionalismo docente, professoras deveriam ser Profissionais do Magistério. Entre os movimentos em prol de aumento de salário, a professora participa do movimento sindical de sua categoria e enfrenta os “desmandos” de um Secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e, na seqüência, o Calendário Rotativo⁸⁸ implantado por uma Secretária de Educação do Estado.

Para estas mulheres autoras, a profissão de professora “assume uma dimensão enorme, algo que, na relação estabelecida, transcende a escola, entra na vida, influencia, cria vínculos, deixa na memória lembranças eternas” (Luciana, 1994, p. 34). A sala de aula aparece como “lugar sagrado, abençoado, móvel, rico, pobre, diverso, humano, pleno de significações e contradições” nas palavras de Luciana (p. 33). A crença no valor do trabalho do educador esbarraria, porém, no tratamento dispensado a ele pelos governantes “somos manchetes de descaso e indignação” (p. 34) comenta a narradora.

Esta mesma crença no valor da educação e do próprio trabalho de educadora nos vem pela voz de Noeli (1994); ela aposta que “se mais escolas fossem construídas, fechar-se-iam muitas cadeias e outras tantas ficariam vazias” (p. 50). Esta afirmação estria baseada em seu trabalho de implantação de uma escola no Presídio Central e nos anos como professora no Presídio Feminino Madre Pelletier. Para além da narrativa propriamente dita, a professora defende o direito dos presidiários à educação e evoca a Lei de Execução Penal, secção U, artigos 17, 18, 19, 20 e 21 da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, segundo a qual o Estado deve garantir o acesso à Educação aos apenados.

Outras professoras produzem histórias com ênfases diferentes. No caso de Heloisa (1997), ela traz para a discussão o tema da alimentação das crianças de escola maternal, reforçando a preocupação das professoras que vai além das questões pedagógicas. “Durante dois anos seguidos, 86 e 87, foi observado na turma, alunos [de pré-escola] que tomavam

⁸⁸ Calendário Rotativo foi uma solução encontrada por técnicos da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e tinha por objetivo sanar a deficiência de vagas oferecidas na rede pública de ensino. A alteração das férias escolares causou revolta entre os professores, pais e alunos.

apenas mamadeira (...). Alguma coisa deveria ser feita” (p. 113) e conclui: “paladar também se educa, sim” (p. 114). Assume para si a tarefa de ensinar as crianças a diversificar o gosto pelos diferentes tipos de alimentos e orientar as mães sobre a importância de preparar uma merenda variada para os filhos.

O texto de Carla Balena (2001) é escrito como reflexão sobre a vida profissional da autora através de uma carta dirigida a uma ex-aluna: “Muitas vezes me perguntei ‘porque ser professora’ se posso ser advogada, arquiteta, secretária, dona-de-casa, sei-lá-mais-o-que...” (p. 125). Tais reflexões a levam à sua própria infância e às salas de aula que frequentou, trazendo a ela lembranças de dias e atividades “enfadonhas e chatas e às vezes tristes demais (...) achava tudo um saco” (p. 126). No segundo grau, diz a autora, as experiências melhoraram em parte: “Tive algumas brilhantes professoras e loucas colegas e esta foi minha melhor fase, mas faltava algo...liberdade de criação” (idem).

Ao se formar professora, confessa: “Reproduzi minhas experiências vividas como estudante” porém, apenas inicialmente “aos poucos fui me concedendo um pouco de liberdade para criar” (idem) afirma. E mostra o caminho percorrido: “Eu, que desejava descobrir a mágica e consertar as coisas que achava errado tinha descoberto um jeito de fazê-lo (...). Então eu ouvi. Ouvi as histórias ingênuas das crianças, fiquei por dentro (...) participei do mundo delas (...). Depois, sem sentir, foi a vez dos adolescentes. Ouvir os adolescentes não é tarefa fácil (...) foi difícil (...). De tanto tentar, ouvi de verdade, e então sofri. Sofri revivendo minha própria adolescência” (p.127). Ouvir as histórias dos alunos foi o caminho da aproximação com eles. “Por fim, vieram os adultos. (...) eles não queriam falar” (p.128). Aí os papéis se inverteram agora era a vez da professora falar: “Falei muito. Falei dos sonhos, de esperanças (...) e aí ... os adultos começaram a falar” (idem).

E agora, dirigindo-se à aluna, afirma: “o que aprendi queria te deixar como legado” (idem). E conclui: “Agora descobri porque sou professora” (p.129) e enumera os diferentes elementos que considera importantes na profissão. Finaliza com o que considera o mais importante “O pagamento maior é o da alma, que se satisfaz e se completa no outro” (p.130), e registra uma recomendação à jovem professora, ex-estagiária: “Te prepara Regina para abraçar a profissão e a eternidade” (idem). Aparece aqui a relação profissional com a idéia de missão, vocação, misturada com salvação das almas, o que reproduz discurso sobre o ser

professora encontrado em diferentes textos que o tem identificado com sacerdócio e maternidade desqualificando o trabalho da educadora.

Ana Alice (1997) se apresenta como professora da Escola Aberta de Porto Alegre (RS), destinada a crianças em situação de risco que “fazem parte do mundo do trabalho para se sustentar ou ajudar no sustento da família” (p. 106). Tais escolas teriam sido criadas com uma “proposta político-pedagógica diferenciada [para] atrair essa gurizada para a escola, tendo em vista ser ela [a escola] que muitas vezes os excluía devido à sua rigidez administrativa, ao despreparo dos profissionais, a uma proposta pedagógica distante da realidade vivida por essas crianças e adolescentes”. Ela confessa que a experiência “tem sido (...) um motivo de muito aprendizado e crescimento pessoal e profissional e de surpresas [positivas]” (idem). Estes sentimentos, porém, estão acompanhados em diversos momentos por impotência e culpa. Impotência por não poder proteger seus alunos da violência dos brigadianos (soldados da corporação da Brigada Militar do Estado, os quais, muitas vezes, cometem abuso de poder em relação aos menores infratores) ou do próprio grupo, quando se envolve em brigas violentas. E se culpa pelo conforto que usufrui em sua própria vida e que não divide com seus alunos.

A professora chama a atenção para a importância dada pelas crianças à escrita e como elas gostam de ver suas histórias no papel. Ao aluno que perguntou se era a professora quem escrevia os livros, ela respondera que não, “mas que qualquer um que quisesse poderia escrever um, e que ele também poderia ser escritor começando por escrever alguma coisa para publicar no jornal da escola que estava sob minha responsabilidade” (p. 107) ao que o aluno reagiu imediatamente: “Minutos depois ele voltou e me entregou [uma] poesia” (idem) e prossegue contando “outra história, escrita pela aluna Darlieri, numa atividade de sala de aula...” (idem) e por um texto produzido por um aluno na aula de informática: “ele ficou quase toda a manhã escrevendo, como se ninguém mais existisse na sala (...) revelando a trama de sua existência, procurando uma saída e falando do seu sonho” (p. 109). E por último, relata o entusiasmo de um aluno ao ver a professora registrando sua história “Então, os olhos dele se iluminaram, seu tom de voz mudou e começamos a conversar sobre o seu trabalho de papelero, aprendido junto ao avô que mora na Restinga [bairro de Porto Alegre] (...). Ele estava gostando da idéia de ver escrito o que ele dizia...” (p. 111). A professora narradora fala simultaneamente do seu trabalho e do trabalho dos alunos, como também da experiência de registro das histórias dos alunos tanto por eles próprios como pela mão da

professora, ao mesmo tempo em que ela própria registra sua história no texto inscrito no concurso.⁸⁹

Maria Beatriz (1999) é professora e escritora, poderia ser colocada fora do bloco das professoras por tratar de uma temática diferente das demais. Seu texto relata a vida de Rao – bancário, mas com muitas outras atividades. Dentre estas, a que lhe dá maior alegria é a sua participação como Rei Momo no Carnaval. A autora critica a idealização do trabalho pesado como forma de realização humana “As crianças [para as quais o personagem Rao dá atendimento social] são as testemunhas mudas do preconceito, da visão de um mundo milenar que associa ao trabalho o esforço penoso, fruto de uma punição divina às desmedidas do homem. Neste Universo, a Arte ocupa posição subalterna e o produto artístico é considerado artigo supérfluo” (p. 144). A autora nos mostra a perspectiva do trabalho artístico como uma forma mais prazerosa de trabalho e que pode também alcançar objetivos sociais, como no caso do bancário que dedica suas horas livres à Escolinha de Futebol do Internacional, por ele fundada, para atender crianças carentes e, por ocasião do Natal, na Ala Infantil da Santa Casa de Misericórdia Mário Totta, na qual assume o papel de Papai Noel.

4.2.2 A vida na roça

A infância rural é lembrada por Edla (1994 e 1995), Ângela (1999), Ivete (2000) e Doralina (2000), esta última, autora de três textos. Embora sendo professora, ao invés de falar de sua profissão, opta por descrever o trabalho na sua infância rural. Em todos esses textos são apresentadas narrativas sobre como a infância no meio rural é vivida e como as meninas participam ativamente das tarefas do campo, ainda que seja apontada a divisão do trabalho entre os meninos e as meninas. Ângela e Edla falam do prazer infantil é postergado: “o desejo de banhar-me no rio que passava ali perto era imenso, mas contido e impossibilitado pelos chamados de retorno à lida” (Ângela, 1999, p. 128).

⁸⁹ Esta experiência de Ana Alice sustentada no trabalho da escrita dos alunos e de seu depoimento do valor da prática de desenvolver uma espécie de “pesquisa etnográfica” entre os alunos sem sair da sala de aula, pelo registro de suas histórias de vida, reforça minha própria experiência como professora de produção textual. Ela me permite afirmar ser este um caminho interessante tanto na perspectiva de aproximação do professor com seus alunos quanto no desenvolvimento de uma metodologia do trabalho de escrita na sala de aula uma vez que pertence ao senso comum que esta experiência da escrita, em geral, começa nos escritores através dos registros pessoais, a qual vai se ampliando em direção à reflexão sobre as pessoas e sobre a vida, que pode lhes oportunizar, quem sabe, no futuro, o estatuto de escritor.

Edla mostra os mecanismos de transgressão desenvolvidos pelas crianças que procuravam formas de “resistir ao trabalho e buscar formas de lazer” encontradas seja “ouvindo novelas de rádio” [sem a autorização materna] ou através dos recursos que a natureza oferecia como “cipós, árvores, barrancos” que, quando molhados pela chuva, se transformavam em ótimos escorregadores. Porém, ela também confessa que “quase tudo tinha cheiro de desobediência”; o tempo de lazer era roubado do tempo do trabalho, conforme a ótica adulta.

Edla vai e volta na sua narrativa, dividindo-a entre lembranças de infância e reflexões feitas a partir de sua condição de adulta e professora universitária. “Hoje em dia, me pergunto sobre a lógica masculina e a diversidade da lógica feminina. Será que é “naturalmente” diferente ou é culturalmente diferente? Entendo que o trabalho, enquanto registro histórico, é fundamentalmente masculino. Seria o único? O ‘jeito’ de trabalhar é o mesmo?”(1995, p. 20). A autora faz uma reflexão e discute as diferentes práticas de trabalho entre o pai e a mãe e, a generaliza em relação aos homens e às mulheres. E traz à tona questões levantadas por Fonseca (1980) e Maluf (1995), por exemplo, ao afirmar que o trabalho masculino é “um trabalho mais valorizado, porque se transformava em dinheiro depois de vender o que se planta (...). Enquanto que o trabalho da casa [feminino]...” (op. cit.).

Estas questões não eram discutidas na casa paterna, conforme a autora afirma: “considero-me uma das filhas da cultura do silêncio. Silêncio pós-64, ano do meu nascimento, e silêncio com relação à forma rígida como fui educada em casa e na escola” (p. 18). Edla denuncia, em seu texto, duas das instituições que colaborariam para manter a naturalização das relações entre os gêneros e relata a rigidez com que estas relações são conduzidas por estas instituições: “O trabalho era sistemático e exigia de cada um de nós uma ordem de coisas feitas uma de cada vez” (p. 19). Porém, faz o registro destas formas masculinas e femininas de organizar o trabalho. A mãe “trabalhava de outro jeito, [diferente do pai que era sistemático] muito mais *pulverizado*, fragmentado (...). Minha mãe precisava se desdobrar para fazer o serviço da casa, cuidar das crianças (...) e ir para a roça com meu pai” (idem). O jeito de trabalhar do pai era considerado ideal pelos filhos, e ele ironizava o modo de trabalhar da esposa, ajudando a construir estereótipos em relação ao trabalho feminino; reforçando, dessa forma, o nosso entendimento de que a família é um dos mais importantes fatores de constituição das relações de gênero.

Por outro lado, Ângela (1999) narra fatos sobre a colheita de soja ao lado do pai. “Ah! Éramos tão pequenos e ao mesmo tempo tão grandes diante das imensidões de campos cobertos de soja (...) eu era a mais nova e o único membro feminino ali presente [entre pai, tios e primos] (...). Hora do almoço: salame cozido no fogo de chão, com leve gostinho de fumaça, e pão de milho. Raramente havia galinhada ou carreteiro, só aconteceria quando aparecia uma mão feminina para o preparo” (p. 128).

Doralina (2000) desdobra a infância rural ao lado do pai lenhador em três textos. Escreve em terceira pessoa, mas é possível inferir que a personagem menina é a própria autora, cujos “braços [de] menina esforçavam-se para chegar às mil achas querendo imitar os do adulto” (p. 134). Ela relata como o trabalho feminino e o infantil são vistos como uma simples ajuda ao trabalho masculino; o homem é quem fazia as vezes de administrador já que era ele quem se encarregava dos negócios e recebia o dinheiro, ainda que toda a família participasse do trabalho. “Nunca tivemos lucro nas derrubadas do mato. O que o senhor das lenhas nos pagava, ali mesmo, no meio das lenhas, era para saldar o fiado da venda. O vestido era adquirido vendendo as galinhas, que eu via nascerem, crescerem. Sentiam-se (sic!) minhas amigas” (p. 135).

Para a mulher restavam os “pequenos negócios” como a venda das galinhas, dos ovos, do produto da horta para seus “pequenos luxos” como um vestido, um sapato ou outras “coisas de mulher”, conforme nos relatou a pesquisa desenvolvida por Fonseca (1980). Tanto Fonseca⁹⁰, como Maluf (1995) e Carneiro (2001)⁹¹ estudaram a situação da mulher trabalhadora rural ou dona de fazenda de café e encontraram a mesma lógica segundo a qual cabia aos homens administrar o comércio dos produtos obtidos no trabalho da família. Doralina não foge à regra. Apesar de labutar ao lado do pai, não recebe pagamento por seu trabalho. Seus “luxos”, como o vestido novo, eram obtidos por iniciativa própria e, seguindo a análise de Fonseca, isto só era possível por se tratar de uma atividade desenvolvida no território doméstico, não exigindo o afastamento da mulher (esposa ou filha) do âmbito do privado para o público.

⁹⁰ Fonseca (1980) analisa as relações de gênero a partir do MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra, denunciando a manutenção do modelo patriarcal dentro do movimento.

⁹¹ Carneiro (2001), analisa questões de herança e gênero e mostra a discriminação que a mulher sofre em relação à posse da terra.

A terceira narrativa escrita por Doralina tematiza a constante busca do pai por trabalho, denominada por ela de “retirantes do sul” numa analogia com os retirantes nordestinos, fartamente explorados na literatura regionalista nordestina. Dentro desse quadro, a menina e a mãe acompanham o pai nessa busca nômade por meios de sobrevivência.

Na narrativa de Doralina, a participação da mulher fica secundarizada e fica destacada a participação da criança no trabalho duro de derrubar mato. “Os lenhadores eram eu e o pai. A mãe tinha lá seus incômodos. Cuidava-se” (p. 134). Este é o único caso das narrativas do meio rural relatado sobre a não-participação da mulher ao lado do marido. Em todas as outras narrativas, a mulher é “o braço direito do homem”, e isso quando não assume sozinha o sustento da família. Nessa narrativa de Doralina, cresce de importância a participação do trabalho infantil. “Mesmo sendo criança, eu era o braço direito do pai nas roças, não lhe poderia faltar”. Aqui, a criança é que “não pode faltar” ao adulto, invertendo o que vem sendo entendido – ao menos no mundo ocidental, desde a “invenção da infância” - como a “lógica natural” das relações entre pai e filhos.

Ivete (2000), ao contrário das autoras anteriores, faz um relato com um tom prazeroso das relações familiares “o ambiente em que se vive, onde se compartilha afeições e alegrias, moldam o caráter de uma pessoa e ajudam a colocar o timão em linha reta quando se perde o prumo (...) mas eu rasgo a tela deste quadro, e entro na moldura, corro com as crianças” (p. 110). Trata de suas lembranças de infância passada na fazenda Sant’Ana do tio Mário, em que recorda os primos, os vizinhos, as brincadeiras. As expressões “moldar o caráter” e ajudar a “colocar o timão no prumo” servem de exemplo ao que foi referido no capítulo II, em relação ao papel da família, novamente colocada como principal instituição responsável pela conformação dos corações e mentes, é abordado no texto de forma positiva pela autora, que lembra a reunião da família e amigos no dia de castração, quando “Moça donzela não assistia à castração, isso era coisa de macho ver e fazer” (p. 109). De certamaneira, Ivete foge à regra e nos mostra uma infância feliz, diferentemente de Edla, Ângela e Doralina, para as quais a infância rural representou principalmente esforço e trabalho.

4.2.3 Mulheres “vencedoras”

Ana Maria (1994) e Cira (2000) exercem a profissão telefonista. Em seus relatos, ambas se aproximam pela força demonstrada em superarem as dificuldades e se colocarem como vencedoras. Ana Maria, conforme narra, passou da condição de faxineira a de estudante universitária e funcionária da CRT (Companhia Riograndense de Telecomunicações) e, apesar de viúva, criou dois filhos que também se tornaram estudantes universitários. Tem, como agravante para suas dificuldades o fato de ser pobre e negra, o que multiplica sua condição de mulher como sujeito discriminado na teia social. Também agrega a si outra dimensão através da luta sindical, relatando que foi eleita a 1ª. Presidenta da Associação de Funcionários da CRT e membro do SINTEL, Sindicato dos Telefônicos.

Cira (2000), por sua vez, atingida pela poliomelite, diz ter-se tornado “especial” e ter lutado contra as limitações que a doença lhe impôs. Aprendeu a costurar, assumiu a função de telefonista instalando a mesa telefônica em sua casa, em uma cidade do interior, e considerase a melhor artesã da cidade. “Aos sete anos recebi a marca que iria organizar o modo de me colocar no mundo: a “poliomilite”, que me apoiou em uma muleta e tornou especial. Filha mais velha de sete irmãos e pais agricultores (...). As lides, num distrito pequeno há setenta anos atrás, era muito difícil, muito mais para meninas especiais e pobres. Me coloquei frente à máquina de costura e vesti, orgulhosa, meu primeiro trabalho manual” (p. 122). E continua: “Sou a mais antiga artesã desta região e a mais ocupada. Tinha eu 34 anos e me foi oferecida a oportunidade de ser telefonista, pois chegou o telefone municipal à Vila 15 de novembro. A mesa telefônica foi instalada na sala de visitas da casa de nossa família que, à época, era grande e eu fui treinada, tendo me tornado uma telefonista que, enquanto o telefone não tocava, fazia crescer os trabalhos de crochê...” (p. 123).

Tanto Ana Maria como Cira se auto-intitulam vencedoras. Provaram a si mesmas, à família e à sociedade a capacidade de se superarem e de superar os estigmas e os estereótipos desenvolvidos contra negros e portadores de deficiência física acrescidos a própria questão de gênero.

Rosa Maria (1994) e Marta (1998) são funcionárias públicas. A primeira afirma sua crença no trabalho coletivo, na troca de saberes: “Ao ouvir os colegas, saímos da solidão de nossa tarefa para a comunhão com toda a categoria” (p. 60). Ao falar de seu trabalho de costura observa que, na experiência de relatar, se estabelece a descoberta de como ele é feito “E ri, surpresa e sábia”, sábia pela própria descoberta de sua sabedoria. Se sabe sábia e, ainda

assim investe em sua carreira, tal como o pai-faxineiro da história contada por Sennett, que mesmo sabendo-se capaz de executar bem sua função, investe na carreira do filho para quem não quer sorte semelhante à sua. Rosa Maria declara que: “Carreira é algo que deve ser conquistado todo dia, e de forma ascendente” (p. 60), e relata ter evoluído através das novas atribuições que recebeu e dos novos conhecimentos que foi adquirindo, ao mesmo tempo que aposta na solidariedade: “lidar com a enorme carga que é o apossar-se de nossa história ficcional, suas conquistas e derrotas (...) éramos solidários” (idem).

O texto de Marta (1998) foge ao tema trabalho na medida que a autora relata os passeios que fazia ao lado do pai pela cidade, recordando vários lugares e várias oportunidades de aprendizado e diversão. No seu texto, intitulado *Porto Alegre nos olhos de uma menina*, vê-se uma cidade que “era cruzada pelos bondes que levavam meninas como eu, no colo de seus pais” (p. 129). Relembrando “eu e meu pai de mãos dadas” (p. 130), ela narra que seu “pai contava as histórias de cada ponto de nossa cidade, eu adorava sair com ele, pois sempre encontrava um lugar diferente e aprendia um pouco mais da nossa história” (p. 131). Nessa narrativa, a função de contar as histórias da cidade é desempenhada pelo pai.

Marta lembra com saudades a infância feliz e narra que: “Lembro que sentir-se feliz naquele tempo era empinar uma pipa feita em casa, fazer comidinhas com barro nas panelinhas de plástico compradas na feira (...) ou até mesmo matar passarinhos com a funda feita pelo meu mano Chiquinho” (p. 134). Sua narrativa revela a iniciação das meninas nas “prendas domésticas” refletidas nos brinquedos que imitam as atividades femininas, separadas da atividade de caçar, desenvolvida pelos meninos.

Na condição de adulta, ela hoje testemunha as mudanças ocorridas na cidade: “a criança que fui naqueles anos dourados foi crescendo e viu o cenário mudar” (p. 135) e afirma sua convicção na importância de relatar as lembranças. “Lembranças e vivências são situações que não se apagam, porém é importante o relato das cenas e dos cenários de nosso passado, pois dessa forma contribuimos para enriquecer nossa história” (idem). O trabalho da memória é considerado pela autora como forma de enriquecimento da história e o desfile de detalhes da vida da cidade e de diversos acontecimentos vividos, na tentativa de recuperar fatos e episódios (primeiro de sua infância ao lado do pai, depois de momentos de sua adolescência e, finalmente, o relacionamento deles com a sua vida adulta), reafirma a importância da autonarrativa como reflexão sobre a própria vida.

4.2.4 Ética e precarização do trabalho

Na categoria profissional das enfermeiras, podem ser localizadas Juliana (1994) e Maria Helena (1995). Juliana (1994) é a filha de “curandeiro”, que veio a tornar-se enfermeira. Ela enaltece o espírito de união da equipe do hospital em situação de emergência, devido à greve dos médicos da Previdência Social: “o nosso espírito de equipe fez com que superássemos os obstáculos com confiança e cabeça fria” (p. 47). Discute também o conceito de ética em relação ao interesse financeiro e corporativista na área da saúde e afirma existir entre os “curandeiros”, mais ética no exercício da profissão do que entre certos profissionais diplomados na área da saúde.

Também o contexto de greve é abordado por Maria Helena, para quem a participação na greve do Hospital de Clínicas de Porto Alegre foi momento de aprendizado, de solidariedade e coleguismo “o sentimento de coleguismo funcionou muito bem naqueles dias” (1995, p. 23). A estrutura hierárquica foi alterada: “a hierarquia caiu por terra. Chefes e subordinados conversavam em pé de igualdade (...) o professor doutor se dignava dirigir a palavra ao atendente de enfermagem” (p. 26), numa clara alusão às dificuldades de relacionamento entre os grupos dentro do Hospital. “Mesmo sem saber com exatidão o que haviam conseguido, existia motivo para os sorrisos que se via ao redor: depois de tantos anos de silêncio, os trabalhadores do HCPA levantaram a voz e se fizeram ouvir” (p. 27). Percebe-se que a autora confessa não ter acompanhado as reivindicações do movimento grevista; para ela, o mais importante foram as novas relações vividas com os colegas - “A possibilidade de aproximação do professor doutor com o atendente de enfermagem” (p. 27).

Maria Helena e Marineli (1995), atuando em uma empresa privada, e Rosa Maria (1997), doméstica, aproximam-se por levantarem a discussão em relação à ética nas relações de trabalho. Marineli e Rosa Maria narram ter evitado a disputa pelo lugar de trabalho para não prejudicar suas colegas e resolvem seus conflitos de forma positiva. A primeira consegue colocação em outra empresa e a segunda acaba compartilhando o trabalho com a colega, que é também sua irmã, em consequência da abertura de mais uma vaga no seu local de trabalho.

Também questões de ética estão implicadas no drama de Mari, personagem *alter ego* da escritora Marineli (1995), que passa pelo conflito de substituir a colega com quem tem boas relações de amizade. Sua ascensão profissional deveu-se ao fato de ser “uma funcionária dedicada e obediente” (p. 50), tendo passado rapidamente da condição de trabalhadora temporária a membro da equipe de gerência. Ao ser convidada a substituir uma colega no cargo de chefe do setor de cadastramento, entrou em crise, mesmo diante do argumento do chefe de que a outra colega era “devagar, insegura... incompetente (...) [e de que] a vida é assim mesmo... Uns tem que perder para outros entrarem no jogo” (p. 51) ouvindo ainda o argumento mais poderoso “Você vai ganhar muito bem. Já está tudo acertado” (idem), sua reação não foi de euforia mas sim, “morria de medo, não das obrigações, mas de ser mal interpretada pelos colegas...” (p. 52). Esta sensação foi agravada pela notícia do fim do casamento da colega a quem deveria substituir e da necessidade de a mesma assumir os encargos do lar devido ao não pagamento de pensão alimentícia para as três filhas por parte do ex-marido. Os conflitos de consciência de Mari acabam quando ela recebe um convite para um novo emprego onde iria ganhar três vezes mais. Então finaliza o texto “É... Deus escutou as preces de Mari e ela seguiu o seu caminho, deixando por conta do destino a sorte de Lourdes” (p. 55). Os dilemas íntimos vividos por Mari podem ser considerados característica feminina (culturalmente constituído) uma vez que pesquisas têm mostrado como recorrente, nos textos escritos pelas mulheres, a presença de relações pessoais e familiares ao serem tratadas questões relativas ao trabalho. Deve-se prestar atenção aos adjetivos usados pela chefia na qualificação da boa empregada como “obediente” e daquela considerada não competente como sendo “insegura e devagar”, demonstrando a contradição que a sociedade capitalista gera em relação à expectativa diante do trabalho feminino, exigindo da mulher ao mesmo tempo obediência e, por outro lado segurança e agilidade.

Rosa Maria Nunes (1997), uma diarista, discute a precarização das relações de trabalho e declara sua preferência pelo emprego fixo, mesmo tendo seus ganhos diminuídos. Opta pela segurança que a carteira assinada lhe dá em relação à condição de diarista, muito mais precária. Este texto traz também a discussão sobre o crescente processo de exclusão do mercado de trabalho que o trabalhador sofre, travestido em perspectiva de trabalho autônomo. O valor e a importância de ter carteira de trabalho assinada é relevante no imaginário dos trabalhadores, levando-os a aceitar, em troca disso, além do salário menor, também, muitas vezes, condições precárias de trabalho. E reforça a tese de Antunes (2003) em relação à forte participação da mulher na crescente informalidade que o trabalho vem sofrendo através do

aumento das “empresas de fundo de quintal” que, em geral, são “tocadas” por mulheres e envolvem os membros da família, incluindo as crianças. Este viés da informalidade sempre foi um forte componente no trabalho das domésticas, como no caso de Rosa Maria “Há algum tempo atrás, eu trabalhava como faxineira diarista. É um trabalho rendoso, mas muito cansativo e sem nenhum direito trabalhista” (1995, p. 95). Foi lhe ser oferecida, então, a oportunidade de trabalho fixo, “com todos os direitos [o que representava a realização de seu sonho, ela hesita](...) só que tive que pensar muito, porque era o emprego da minha irmã” (idem). O impasse se resolve com a abertura de mais uma vaga e acabam ambas como empregadas da família. Rosa Maria confessa: “Estou ganhando muito menos do que quando era faxineira, mas com a carteira assinada, tenho segurança no meu trabalho” (p. 96). A exemplificação da valorização do trabalho fixo pelo trabalhador, mesmo sujeito a um ganho menor, demonstra o quanto o trabalho precário e temporário fragiliza o sujeito.

Nesta mesma perspectiva, encontra-se o texto de Magaly (1998), pintora e cenógrafa, o qual traz à tona os conflitos de gênero instalados na família através da autoridade paterna, uma vez que o pai “não admitia que as mulheres trabalhassem fora. Este lugar pertencia só aos filhos homens, assim se criara pensando, as moças para as prendas domésticas e naturalmente para casarem” (p. 121). A adolescente transgride a ordem paterna: “a teimosa procurava escondida, no dominical [jornal local] uma forma de convencê-lo, ir à luta, trabalhar” (idem). Aos 15 anos encontra um anúncio no jornal “Precisa-se de moça menor de idade desenhista para ateliê de costura” (idem). Vencendo a timidez e a autoridade paterna, candidata-se ao emprego e é contratada. O ateliê, na verdade, não era de costura e sim de pintura. A principal questão levantada no texto é a exploração de mão-de-obra juvenil, sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas, numa situação a que ela ficou submetida durante 25 anos.

Relata, também, o sofrimento corporal vivido no período de adaptação à posição exigida pelo trabalho de desenhista no cavalete. “Foi uma semana dolorosa, os dedos doíam, os membros ameaçavam abandonar-me de tanta dor, mas aos poucos fui acostumando-me” (p. 124). Conta sobre a felicidade sentida ao receber seu primeiro salário “Feliz, peguei o bonde de volta para casa, guardando meu tesouro - CR\$ 500,00 – na bolsa, produto de minhas mãos, de meu trabalho” (idem). Seu dinheiro foi usado em primeiro lugar para contribuir com o “rancho”, ou seja, com as despesas de alimentação da família. Apenas no segundo mês é que Magaly comprou roupas novas e novamente contribuiu para a família através da aquisição de

móveis novos para a casa, reforçando a tese de alguns estudiosos de que a mulher guarda pouco para si e que seu trabalho se reflete no bem-estar da família. Com a morte do pai, seus esforços precisam ser redobrados “chegava mais cedo e ao meio-dia, almoçava sentada ao cavalete, mastigando um bife com um pedaço de pão-d’água, pintando ao mesmo tempo para não perder tão preciosos minutos” (p. 126).

Seu segundo emprego, no mesmo ramo, consistia em pintar retratos de oficiais. O patrão era um ex-pintor de oficiais nazistas e falsário judeu usado por Hitler. A descoberta foi feita por ela através da leitura de uma notícia - “ex-rei dos falsários foge do passado” – é ilustrada com foto e tendo a reportagem o dado como morto. A empregada se imagina então escrevendo a história do patrão e as histórias que ele conta para ela. Fez anotações sobre o personagem e o manuscrito estava pronto, gerando “segredos” e guardados. Esta história, imagina ela, “bem que poderia se tornar roteiro de cinema”.

Apesar do romantismo e do tom aventureiro da história, Magaly se depara com a dura realidade ao tentar tratar de sua aposentadoria. “Nós funcionários, não tivemos direito nem eles [os patrões] a uma aposentadoria” (p. 128), vendo-se obrigados a continuar a “pintar retratos de oficiais para sobreviver desse trabalho” (idem).

A história de Magaly soma-se às de Marineli (1995), de Rosa Maria (1997) e de Sandra (2002), ao trazerem todas a discussão da precariedade do trabalho sem carteira de trabalho assinada e das implicações dessa situação para a vida do/a trabalhador/a, bem como a importância desta questão no imaginário dos/as trabalhadores/as.

4.2.5 Homens trabalhadores narrados por mulheres

Os textos de Voni (2001), de Sandra (2001) e de Noemy (1995) trazem histórias sobre homens trabalhadores. Voni e Sandra contam histórias dos seus pais. No caso de Voni, o pai, imigrante polonês é um personagem que sofre grandes privações no Brasil, e não consegue realizar seu projeto de vida e continua, até o final dela, lutando contra as dificuldades em sustentar a família e vendo frustrado o sonho buscado longe da sua terra natal. “Félix e Leszek embarcaram no imenso navio de imigrantes poloneses que deixaram a Polônia para vir ao Brasil, trabalhar, sonhar e quem sabe até constituir família”; ambos eram adolescentes e amigos e tinham um objetivo comum, mas a vida lhes reservara rumos diferentes. Leszek

dormiu em bancos de praça, foi preso, viveu de biscates, casou, teve filhos. Morreu sem realizar o desejo de rever sua terra natal. A autora finaliza o texto afirmando que ele “é uma homenagem ao [seu] pai, Ladislau Loposzinski, que um dia veio de longe, sonhou, batalhou, semeou...” (p. 124).

O pai de Sandra, por sua vez, demonstrou persistência e fé na busca do aprendizado da profissão de tipógrafo: “Fora admitido na gráfica como faxineiro, aos oito anos” (2001, p. 111) “aos dez anos de idade, empregou-se como jornaleiro (...) fez saber na redação que era experiente tipógrafo” (p. 113) e, aos catorze anos, trabalhava em outra gráfica. Aos dezessete mudou de emprego e aumentou seus rendimentos. De emprego em emprego, foi superando os novos desafios de um mercado que vai se expandindo pela modernização da indústria gráfica, chegando à condição de proprietário de seu próprio negócio. Porém, precisou vencer outras dificuldades e não recuou diante de novos desafios: “hoje [aos sessenta anos] à frente da gerência administrativa de uma revenda de telefonia celular (...) domina as novas tecnologias e adaptou-se ao mercado” (p. 116). É a história exemplar de um trabalhador que não recua diante das dificuldades e as vai superando, atendendo às necessidades de atualização exigidas pelo mercado.

A história de Noemy (1995) trata da vida de seu marido adjetivado por ela como “trabalhador nota 10”, reconhecendo-o como trabalhador exemplar. As mulheres demonstram, nestas histórias, a relação de admiração pela figura masculina e a positividade do trabalho na vida destes personagens. Mesmo o pai de Voni, que não teve sucesso profissional, tinha o trabalho como meta de vida.

4.2.6 Trabalho, memória e família

Nas recordações da infância, são trazidas à lembrança figuras familiares que povoaram o mundo infantil de Tânia (1996), Célia (1997), Sônia (2000), Ivete (2000), Voni (2001), Irene (2001), Sandra (2001), Iara (2002). Tem-se um desfile de personagens exemplares nas figuras de avôs, avós, pais e mães. Os avós são lembrados com carinho e cumprem, principalmente, o papel de contar histórias aos netos (como Bosi lembrou: contar histórias é trabalho para os velhos). As recordações são sempre positivas, as lembranças são repletas de afetos, de cheiros, de gostos e de felicidade. As narradoras lembram as cucas, as geléias, e outras tantas coisas típicas do universo da casa da avó. A figura materna também é lembrada

com carinho e admiração. Outro exemplo da importância dada às relações familiares nos vem através da lembrança positiva de um avô que atuava como mediador entre o mundo privado e o público na história de Sônia (2000) “Entendia os sinais dos trens, dos ventos cortando a pradaria (...) entendia os sinais dos trens, dos ventos e dos fios que corriam vorazes ao alcance do progresso, levando notícias e os recados de cidade em cidade, diminuindo as distâncias e os antigos caminhos” (p. 125). O avô representava, nesse cenário, a ligação do mundo doméstico com o lá de fora: era ele quem trazia notícias do mundo e contava histórias. Suas visitas eram a alegria da filha e dos netos.

Tânia (1996) nos traz a história de sua avó: “Era uma velhinha austera, sempre vestida de preto, pequena, olhos azuis muito claros, cabelos trançados e presos na nuca por grandes grampos” (p. 21). Destaca a participação da avó na economia da comunidade: “era habituada a tratar negócios, vendas, preços, compras, fazer valer sua vontade, contra a vontade de um mundo masculino” (idem). Tal menção traz uma insinuação da dificuldade de ser uma “mulher de negócios” em um mundo tido como masculino, no qual a atividade mercantil era, em geral, reservada aos homens; de certa forma, a autora traz à tona a efetiva participação das mulheres na economia, de forma quase invisível, junto com outros protagonistas da camada mais pobre da sociedade: “As pessoas valiam pelo que nos traziam. A ética das relações era a relação da comunidade. Cada um oferecendo o fruto do seu trabalho ao outro, ou o seu próprio trabalho como o dentista com o seu pedal ou o mascate com suas mercadorias” (p.20). As relações de troca eram resolvidas com criatividade e fraternidade, o que mais valia eram as relações dentro do grupo social, em um quadro bastante presente na economia informal.

A generificação do trabalho também é referida pela alusão à separação dos espaços domésticos, conforme a qual a cozinha era considerada como “lugar de mulher”. Segundo a narradora: “Os homens eram bem-vindos, mas ali mandavam as mulheres, com afeto e alegria” (p. 21). Aqui também as mulheres, como nos relatou Maluf sobre as senhoras cafeicultoras, exerciam múltiplas atividades: “E minha avó tratava os fermentos e acalmava os medos” (idem).

Outro elemento importante é a presença do diário da avó: “O caderno de receitas hoje está comigo”. Da mesma forma que nas histórias das donas de fazendas de café, no meio das receitas encontravam-se anotações da vida familiar que serviam como um diário. A cozinha,

as receitas, tudo está imbricado à história de vida das mulheres. Suas escritas são desordenadas pois acompanham o fluxo da vida.

Célia (1997) recorda a mãe em seu esforço em ajudar o pai a sustentar a família de seis filhos. Autora de dois textos, no segundo deles é que ela descreve a função inusual da mãe como funcionária do Instituto Coussirat Araújo do 8º. Distrito de Meteorologia do Ministério da Agricultura. Um dos motivos da possibilidade de uma mulher realizar o trabalho era o fato de que ele poderia ser realizado em casa, conciliando com o cuidado dos filhos e as demais tarefas domésticas: fazer doces e bordar. “Fomos donos do tempo sem o saber” (p. 94) escreve a autora, aludindo ao fato de a mãe envolver os filhos nas tarefas de medição e acompanhamento das mudanças do tempo na estação meteorológica. Ao recordar a mãe, a autora usa elementos da natureza: “Hoje ela é vento, nuvem, chuva (...) por isso sou um pouco de vento, nuvem, chuva, assim como ela” (p. 94), numa relação metafórica com a profissão da mãe.

A este conjunto de textos que lembram a família, junta-se o texto de Irene (2001) em uma homenagem à Helena (sua avó materna), que recebeu este “nome forte que já denunciava ser o de uma grande mulher” (p. 131), sendo filha de imigrantes que foi gerada “durante a viagem [dos pais] para o Brasil (...) vindos da Alemanha” (idem). Cresceu e fez planos, aprendeu “a ler sozinha”, mas seu sonho foi abandonado ao voltar para a casa da mãe, agora viúva, para ajudar a criar os irmãos menores⁹² posteriormente, casou com um ferreiro que declarou para a mãe dela: “gostei do jeito dela, vi que é caprichosa, ligeira e trabalhadeira e vejo que me serve (...) vou me instalar por aí e preciso de alguém que me ajude na ferraria” (p. 133). Pelas palavras do pretendente, pode-se observar que o casamento era, fundamentalmente de caráter mercantil, uma questão de economia como foi tratado por Xenofontes em *A Econômica*, na Grécia, trazida por Foucault, apresentado no capítulo II. O homem da história narrada trata a mulher como objeto. Na verdade, Júlio procurava alguém que o ajudasse. Após o casamento, Helena transformou-se de “filha submissa e obediente, em altiva e corajosa” (p.134) e exigiu que o noivo a conquistasse. “Os dois trabalhavam de sol a sol, pois tinham muitas encomendas. Helena malhava o ferro em brasa na bigorna, e forjava o ferro como ajudante do marido, fazendo todo o trabalho que um homem normalmente faria

⁹² As meninas das camadas mais pobres da população iniciam cedo suas tarefas de cuidado, substituindo a mãe nos afazeres domésticos e no cuidado com os irmãos menores e, em consequência disso, são preparadas para os trabalhos de domésticas e diaristas, num desdobramento natural de sua iniciação no mundo do trabalho.

(...). À noite, mesmo cansada, tinha tempo para os seus trabalhos manuais em retalhos rebordados à luz do lampião” (idem). A situação de Helena exemplifica as dificuldades vividas pelas mulheres que assumem algum tipo de função porém, não são liberadas e nem mesmo, muitas vezes, recebem qualquer tipo de contribuição dos companheiros e maridos em relação às tarefas domésticas, configurando-se o que ficou conhecido como “dupla jornada” de trabalho, fenômeno que atinge grande número de mulheres trabalhadoras.

Conforme relato da neta, sua sexualidade não é discutida nem quando menstrua pela primeira vez e ficou “apavorada e sem saber por que estava sangrando. Chorou pensando que ia morrer” (p. 134), bem como quando “sentia muitos enjôos e vomitava seguido, e até estava inchada, suas roupas estavam ficando apertadas. Chorava às escondidas de Júlio com medo que estivesse com uma doença grave” (p. 135). Em ambas as situações, a mãe fora lacônica “sem maiores explicações como era de seu feitio” (p. 136). Helena desdobrava-se em cuidados com a família e com a comunidade “apesar de enérgica, tratava os filhos com muito amor, e sabia ser amiga, carinhosa e gentil” (p. 138). Ficando viúva, muda-se para Porto Alegre com os filhos e lá instala uma pequena padaria vendendo cucas, pães, bolachas. Ficou conhecida como dona Môta (abrasileiramento de Muther, que significa mãe em alemão). Mais tarde compra um sítio em Cachoeirinha (na região metropolitana). A ida à casa desta avó valente e trabalhadora, era sempre uma festa para os netos: “Lá chegando já de longe sentíamos cheiro de pão quente, recheado de lingüiça ou cuca de banana, a nos esperar, na porteira, aquela figura ereta apesar da idade (...). O avental muito branco e o seu cabelo impecável em seu coque na cabeça com aqueles lindos olhos tão azuis a nos fitar com tanto amor”(p. 139). A avó representa carinho, amor, aconchego e isto tudo vem pela cozinha com seus cheiros e gostos. “Tudo tinha sabor de felicidade” (idem), escreve Irene.

Outra função representada pela avó Helena é a de contar histórias: “as histórias da vida real que tão bem ela sabia contar sobre os imigrantes. Todos ouviam de olhos brilhantes e bocas abertas” (p. 139). A avó representava um exemplo de vida para os filhos e netos: “sua dona [da casa simples e bem arrumada] e seus exemplos nos ensinaram como vencer as dificuldades” (p. 140). A autora arremata seu texto afirmando: “sou neta de uma grande mulher, da qual muito me orgulho”. Percebe-se ao longo do texto a constante afirmação da positividade do trabalho e do valor dele na formação do caráter das pessoas, como exemplo a ser seguido. O texto reflete a expectativa que a comunidade de origem (alemã) tem em relação às mulheres. Enérgicas, porém carinhosas, trabalhadeiras sem demonstrar cansaço, ao

contrário, sempre sorridentes e abnegadas no cuidado de “sua” família, de “seus” filhos, de “seu” marido.

Iara (2002) traz para sua história a figura do Seu Manoel, o padeiro. Ao receber o pão, entra em cena a figura da mãe que: “No ritual doméstico diário, tal como em muitas famílias grandes, minha mãe já havia automatizado os movimentos: colocava a panela do leite a ferver, passava a mão no pão, e ia cortando-o em fatias grossas, ao som de pequenos estalidos da casca torradinha (...) um café gostoso como aquele que, hoje sei, tinha o gosto inigualável de infância...” (p. 88). A imagem do pão fresquinho, a lembrança dos sons e do cheiro do café estão associados à lembrança feliz da infância.

4.2.7 No chão da fábrica e do escritório – corpos dóceis e obedientes

Relatando suas experiências de operárias, são identificadas Nelsa (1999), Sandra (2002) e Rita (2002). O que estas histórias têm em comum é o sofrimento, a luta contra a exploração e a injustiça. Cada uma buscou e encontrou seu caminho. Assim, Nelsa ajudou a fundar uma cooperativa da qual foi presidente, Sandra conquistou o direito de usar luvas e botas e Rita acabou participando de um movimento grevista e recuperou a voz que havia perdido diante do desespero pela não-adaptação ao escritório e aos movimentos exigidos do seu corpo tão diferentes dos que praticava no mundo rural.

Estas autoras reconhecem situações de discriminação e exploração, que, em geral, são vividas pelas mulheres, sem que sejam feitas denúncias ou que ensejem mudanças nas relações de trabalho, como consta no *Relatório Azul*, da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, citado no capítulo II. São exceções os casos relatados por Ana Maria (1994), e por Sandra (2002), já descritos anteriormente. Ana Maria se engaja na organização de uma associação de funcionários e depois passa à condição de sindicalista. Ela mantém um discurso que pode ser considerado ambíguo, entre sua condição de trabalhadora e a de cumprir uma função naturalizada de mãe, sendo auxiliada por sua própria mãe na missão de cuidar e criar os filhos. Também Sandra denuncia as precárias condições de trabalho na fábrica de xampu e o assédio sexual que as operárias sofrem do supervisor. Seu sonho era o de ter emprego fixo com carteira assinada “trabalhadora, legalizada, com direitos garantidos” (p. 70). A realidade do “chão de fábrica” logo mostrou-se perversa: “...essa limpeza dos frascos eram feitos um a um, manualmente. Porém, para isso

era usada uma mistura de detergentes e gasolina (...) comecei a usar o líquido de limpeza que, por causa da minha pouca prática, também derramava em meus pés, encharcando os calçados (...) minhas mãos doeram muito, parecia que eu havia sofrido queimaduras” (p. 81). Esboça então uma reação: “será que...não me arranjará luvas?” mas foi desestimulada pelas colegas de trabalho: “Aqui é assim mesmo... Olha eu, nem tenho mais unha! E a outra ali está com as unhas da mão e do pé comidos, né, Bia?” (p. 82). Sua demanda provocou imediata reação do encarregado: “Estais a reclamar do trabalho sujo? Mas se tu tivesse sido boazinha comigo não estarias lá...” (p. 83).

Este é um dos poucos textos que traz a face obscura do trabalho de operárias, revelando condições subumanas a que foram submetidos/as os/as trabalhadores/as da indústria, aos/às quais não eram oferecidas as mínimas condições de segurança, ficando expostos/as a um ambiente totalmente insalubre. Aborda a relação empregado/empregador, o descaso, a situação humilhante a que muitas vezes são submetidas as mulheres, cuja única saída seria a de aceitar o assédio do supervisor para conseguir melhores condições de trabalho. Sandra reage à humilhação sofrida e aproveita a visita do inspetor para apresentar suas queixas: “Senhor, desculpe a intromissão. Mas eu gostaria que olhasse minhas mãos... Após 7 dias [de licença médica] voltei e tive a grata surpresa (...). Todas as minhas colegas estavam uniformizadas, com luvas, botas, máscaras, e o equipamento completo para trabalhar (...). Todas me abraçaram e me elogiaram pela coragem que tive de reivindicar o direito de proteção no trabalho” (p. 85).

Nelsa (1999), também trabalhadora de fábrica, demitida em função de seu envolvimento no movimento sindical e opta por outro caminho. Torna-se trabalhadora autônoma ao adquirir uma máquina de costura. Acredita em suas conquistas: sem patrão, sem horário, seguindo o ditame: “você ser dono de sua mão-de-obra e de seu produto” (p. 105). Com sua participação como delegada do Orçamento Participativo do município de Porto Alegre sente-se em posição privilegiada e avalia esse processo “como espaço de poder pois decide as verbas públicas do município e também é um espaço de fortalecimento de lideranças (...) é um grande aprendizado de muita responsabilidade” (p. 107). Evolui para a condição de presidente de uma cooperativa de mulheres costureiras, a *UNIVENS – Unidas venceremos*, título que dá o tom ao novo projeto que representa uma solução encontrada pelas mulheres diante da sempre presente necessidade de conciliar o trabalho e o cuidado com os filhos. As mulheres da cooperativa, na sua maioria, sabiam costurar e estavam desempregadas. Com o tempo,

ampliaram o negócio criando mais duas frentes de trabalho: serigrafia para estampa de camisetas e produção de multimistura para sanar a desnutrição das crianças da vila. Este é um exemplo emblemático de como as mulheres trabalham em geral na perspectiva da família, seja conciliando as tarefas, os horários; seja fazendo retornar para os filhos o produto de seu trabalho, usando muito pouco para seu próprio bem estar.

Esta experiência, conforme Nelsa, envolveu também o aprendizado burocrático exigido para abertura da empresa: “o processo legal e burocrático foi feito pelas mulheres” e foi considerado como “aprendizado de vida”. E a autora afirma que a “cooperativa não existe para se tornar uma empresa com uma concentração de capital, mas para se tornar viável nosso trabalho e nosso produto e viver uma forma de gerir isso” (p. 113). A fé de Nelsa no cooperativismo a faz se contrapor aos princípios da sociedade capitalista e a faz acreditar que este espaço seja um lugar “onde valores esquecidos por nossa sociedade capitalista sejam recuperados ou reconstruídos” (idem). E vai além “acredito mesmo que este caminho pode nos levar ao início de uma sociedade nova de uma economia nova e de valores novos (...) o cooperativismo rompe os laços do individualismo (...) podemos viver uma reeducação” (idem). Para ela, este é um caminho sem volta e afirma que hoje “não podemos nos imaginar voltando a ser empregados novamente em uma fábrica ou empresa, sendo simplesmente uma peça substituível a qualquer momento por outro ou por uma máquina. Mais automatizada” (p. 116).

O projeto toma outra proporção com a criação da 1ª. Encubadora Popular visando “estimular a criação de novos grupos e qualificação dos já atuantes”. O produto deste trabalho, conforme a autora, foi inicialmente consumido por sindicatos, depois por escolas e hoje são destinados à exportação, demonstrando o grau de profissionalismo alcançado por estas mulheres.

Rita (2002) se auto-intitula “campeira na digitação”. Moça vinda do interior buscou na cidade uma possibilidade de mudança de vida. “Dia 25 de novembro de 1984 comecei minha primeira noite de serviço. Fomos apresentadas, a máquina e eu...” (p. 91). “A vida passou a girar em torno do relógio” (p. 92), diz ela, numa alusão à mudança dos parâmetros culturais. No campo, quem dirige a vida é a natureza, o sol, as luas, os ventos e as chuvas. Logo veio a constatação: “Não me estou adaptando. Só pode ser” (p. 93). A inadaptação sentida tenta ser compensada pelo estudo mas, mesmo assim, “o mutismo piorava. fazer na digitação. Mas logo

o estudo não compensava...” (p. 95). A autora assume para si a responsabilidade da dificuldade que encontra. Pensa não estar se adaptando. Vai se isolando, desenvolvendo uma irritação surda que provoca nela mutismo. Acaba quase muda. Porém, um fato novo vem socorrê-la. “Trabalhava até que surgiu a greve” (p. 97). “Naquele momento, era operária e falava” (p. 99). O movimento grevista recuperando *sua condição humana* (usando o conceito desenvolvido por Arendt e usado no capítulo I), integrando-a aos demais colegas. Este texto também poderia ser integrado ao grupo de textos que fazem alusão à participação das mulheres em movimentos grevistas, mas prefiri inseri-lo neste grupo que trata de histórias de mulheres que mudaram o rumo de suas vidas e encontraram saídas para as situações que as incomodavam.

4.2.8 A escrita intimista

Ao prestar atenção às características da escrita feminina, encontro exemplos de textos escritos em primeira pessoa como foi apontado nas pesquisas desenvolvidas por Xavier. Ela está presente nos textos de Edla (1995): “Considero-me uma das filhas da cultura do silêncio”; Tânia (1996): “cresci numa casa onde as panelas tinham nome”; Alba (1997): “Eu tinha 6 anos quando...”; Ana Alice (1997): “Trabalhar nessas escolas tem sido para mim...”; Nelsa (1999): “Um dos caminhos, acredito...”; Ângela (1999): “eu era a mais nova e o único membro feminino...”; Ivete (2000): “mas eu rasgo...”; Cira (2000): “aos sete meses recebi a marca...”; Doralina (2000): “Mesmo sendo criança, eu era o braço direito do pai...”; de Sandra (2002): “comecei a usar o líquido...”; de Rita (2002): “comecei minha primeira noite...”. Segundo Xavier, “suas [das autoras mulheres] personagens têm dificuldade em sair de si-mesmas, estão em busca de sua identidade, à procura de um espaço de auto-realização” (1990, p. 236). Muitas não conseguem se ver a não ser como complemento e apêndice dos homens, permanecendo reféns do núcleo familiar, submetidas, na maioria das vezes, a circunstâncias de exercício masculino de poder, como se vivessem uma vida “exterior” a elas.

Como é sabido, os silêncios também são produtivos. Não apenas o que é expresso, como também o que é omitido permite a produção do quadro social. Um dos “buracos negros”⁹³ do processo discursivo é a questão da sexualidade. Porém, também as transgressões e as revoltas são silenciadas. A mulher é a principal responsável pela paz da família. A ela

⁹³ Conceito desenvolvido em *A ordem do discurso* por Foucault (1999) já tratados no capítulo I.

cabe a “eterna vigilância” sobre todos os seus membros. Sob seus cuidados estão as crianças, os enfermos e os velhos. Seu próprio projeto de vida, seu projeto de trabalho, sua carreira fica, na maioria das vezes, adiado em função de necessidades mais urgentes dos membros de seu núcleo familiar sobre o qual ela é responsável, ou de projetos dos maridos e dos filhos, tidos como de maior importância social; o contrário seria adjetivado como egoísmo. A carreira é muito mais uma preocupação masculina e a mulher pouco fala do assunto.

Nos textos analisados, apenas duas autoras se referem à questão, são elas Marineli (1995) e Nelsa (1999). Marineli descreve a ascensão da personagem Mari que vai galgando novas posições na empresa e é transferida graças à sua competência. Nelsa vai além. Sua capacidade de liderança a leva à condição de presidente da cooperativa que ela ajuda a fundar e com isso todo o grupo de mulheres envolvido acaba sendo beneficiado pelo projeto. Ana Maria (1994) não fala em carreira, embora a descrição de sua trajetória mostre a mudança na vida de uma mulher negra e pobre que passa de empregada doméstica a servidora de uma estatal, estudante universitária e sindicalista, permitindo o acompanhamento de sua ascensão social e cultural.

A diferença de tratamento segundo o gênero é citado mas não como denúncia, sem a ênfase que seria provavelmente dada por um olhar feminista. A naturalização dos papéis sociais de acordo com as diferenças de gênero parece ser aceita sem questionamento pelas autoras numa suposta conformação das mesmas.

A questão do duplo no discurso feminino, confundindo autor e personagem, confundindo a interrogação de si com a interrogação do mundo, segue na mesma vertente do trabalho feminino. A mulher desenvolve um trabalho considerado como “pulverizado”, desorganizado, semelhante à vida onde as coisas todas acontecem ao mesmo tempo. Simultaneamente, somos mulher, mãe, donas-de-casa, profissionais, amigas, companheiras, amantes e tantas outras coisas mais. E o discurso da mulher não é de certezas e sim de vacilações e dúvidas. Inseridas nestas relações e neste mundo, numa busca de compreender a si próprias, o ser humano, e o mundo, a mulher se interroga e interroga o mundo.

Este caleidoscópio de mulheres agrupadas nos textos aqui analisados permite uma compreensão das relações sociais. Se o micro está contido no macro, pode-se dizer que as relações encontradas na sociedade são resultado das relações encontradas nos espaços micro

como o familiar e o de trabalho. Estes micro relatos nos ajudam a compreender a riqueza da pluralidade de vozes no esforço de desconstruir os discursos homogeneizantes e, parafraseando Arfuch, iluminam em uma pequena escala uma “paisagem de época”.

CONCLUSÃO

A partir da afirmação de Larrosa (2002) de que a experiência da escrita de si no texto narrativo inscreve-se não apenas sobre o que acontece, mas sobre o que *nos* acontece, pode-se acompanhar a vida das mulheres presentes nestes textos, as quais fazem uma reconstrução de suas vidas através de lembranças que trazem de sua infância, de suas primeiras experiências de trabalho, implicações destas nos seus contextos familiares e na construção de suas identidades de trabalhadoras, que são também identidades de mães, filhas, netas, esposas, empregadas, colegas de trabalho, amigas e companheiras.

Seus textos refletem a angústia (Arendt, 1995) do registro das histórias nas quais re-coletam suas vivências e refletem sobre elas, transformando-as em histórias que são escritas em primeira pessoa, como textos autobiográficos, ou em terceira pessoa, compostas através de personagens que representam o *alter ego* das autoras ou, ainda, trazendo para a cena, como protagonistas das histórias, pessoas de seu universo familiar, como mães, pais, avós, maridos, colocados como co-protagonistas de suas próprias histórias de vida. Criam e re-criam as experiências singulares em experiências coletivas, num exercício de meditar e escrever sobre a *condição humana*. Este exercício da escrita auto-reflexiva liga as autoras à vida (Foucault, 1994) e faz com que saiam dessa experiência transformadas pelo próprio exercício da escrita..

Nestas falas, ou melhor, nestas narrativas, estão embutidos significados (Hall, 2002) pertencentes à cultura de uma determinada época e de um determinado grupo social, dando uma idéia de pertencimento a quem escreve e dando-lhes uma possibilidade de re-invenção de si mesmas.

Ao nomear o mundo, adjetivá-lo, narrá-lo (Arfuch, 2002), as mulheres também estão construindo significados e constituem os discursos enquanto constituem o mundo de uma determinada maneira. É um mundo, que muitos analistas chamariam, com a perspectiva feminina, ainda que esteja impregnado muitas vezes, de significados do discurso que predomina nas grades narrativas que, em geral, estão carregadas do chamado olhar masculino. Porém, o fato de escrever, o exercício, a experiência da escrita provoca a reflexão e esta capacidade de transformação, do *devir* humano, se realiza pela linguagem (Heidegger, 1988)⁹⁴.

Ao proceder-se a desconstrução do texto (Culler, 1997), pode-se reconstruir o entrelaçamento entre sistemas de representação, e de códigos e convenções que estão presentes neles. As recorrências, as hesitações, as inconsistências dos argumentos, as dúvidas expressas e as contradições que vão aparecendo nas histórias autobiográficas apontam para sujeitos descentrados, não mais sustentados pela racionalidade, interrogando o mundo.

São mulheres que buscam construir novos projetos de vida, mas que ainda estão presas a convenções seculares. Elas vão em frente mesmo que hesitantes, vão rompendo barreiras e vão se descobrindo “sábias pela própria descoberta”.

As afirmações a que se permitem aparecem de forma tímida, numa linguagem não contundente. São estabelecidos silêncios em torno da sexualidade, por exemplo; ela não está presente nestas histórias, nem mesmo de forma velada. Frustrações, angústias, desalentos são tratados de forma quase conformista. O mais comum é a repetição das grades narrativas, numa apologia ao trabalho, à persistência, à resistência, à força em superar as dificuldades, em não se deixar abater diante delas.

Em sua maioria, elas sabem que não têm capital simbólico de legitimidade, por isso suas narrativas são tímidas, vacilantes, estando sempre a se desculparem pelo que vão registrando, tentando justificar, compensar a família e a sociedade por suas ousadias em ter projetos e em escrever suas histórias e, através delas ousarem refletir sobre a vida e sobre si mesmas como sujeitos sociais. Se escrever já é uma ousadia, ver-se publicadas, nem imaginar, pois conhecem bem as dificuldades de seus discursos serem legitimados em edições e circularem como

⁹⁴ Piza analisa produções femininas e diz que as escritoras saem transformadas da experiência da escrita (*O caminho das águas, 1998*).

produção capazes de serem lidas como leitura reconhecida, pois percebem a dificuldade que têm em deter autoridade lingüística (Chartier, 2001), conhecem bem o tabu do objeto (Foucault, 1999) e o preço da disputa pelo lugar da fala.

O autonarrar-se se faz a partir das histórias que nos são contadas e que, por outro lado, são contadas de nós. A avaliação que a mulher faz de seus atos e de como ela lida com a culpa demonstra o quanto ela está impregnada das narrativas legitimadas pelos discursos reconhecidos e que constroem as *tecnologias do eu* (Foucault, 1998, 1999a, 1999b).

Seus textos são o resultado das vozes presentes na sociedade, dos textos que circulam socialmente, e do que lhes é permitido falar e do que deve ser silenciado. O texto, nessa medida, não é, pois, uma produção individual, e sim um produto cultural coletivo do qual somos porta-vozes. Esta produção discursiva faz parte, porém, da nossa condição humana e da nossa capacidade de reflexividade (Larrosa, 1995), através da qual adotamos uma relação cognoscitiva e prática com nossa própria existência que nos permitirá uma interpretação do que se é e do que se pode fazer com nós mesmos; e, para isso, temos um aliado - que é a nossa imaginação criadora (Maluf, 1995; Arfuch, 2002; Bosi, 1983). É dito que a lembrança é uma criação de nós mesmos ou uma reconstrução de nós orientada pela vida atual.

Estas histórias refletem poderes que atravessam o discurso numa permanente disputa pelo lugar de ser legitimado e reconhecido. Este é o grande desafio da mulher e de sua experiência de escrita. Para que seu discurso seja reconhecido, é preciso que sejam construídos outros parâmetros de análise e de crítica. Culler (1999) e sua proposta de desconstrução vem contribuir para o que Xavier (1990) e Leahy-Dios (2002) apontam como uma nova teoria feminista do discurso.

Assim como construímos os significados através da linguagem, construímos, também através dela as lembranças e a realidade porque somos sujeitos autoconscientes, capazes de dar um rumo às nossas vidas e, se as mulheres se vêem muitas vezes como apêndices masculinos, pela escrita e reflexões de suas vidas conseguem transformar suas existências. Ao perguntar à mulher de onde ela está falando, está-se multiplicando o sujeito (Foucault, 1992) e procurando percebê-lo de acordo com as diferentes “posições” daquele que enuncia.

A narrativa estabelece a posição de sujeito e as regras de sua construção em uma trama (Hall, 1998), ajudando a estabelecer sua reflexão sobre uma identidade formada entre o seu eu e a sociedade. Ao fazer uma viagem ao passado, a mulher reconstrói sua trajetória de vida, organiza suas experiências positivas e negativas, seus momentos de felicidade e visualiza as dificuldades pelas quais passa ao se propor perseguir um objetivo. Identifica os modos culturais “exteriores” e as identidades que estes modos oferecem (idem), ao participar da construção de sua identidade.

Na disputa que a história de vida fez entre memória e esquecimento (Ricoeur, 1978), questões de foro íntimo são elaboradas. O que fica visível são as relações externas. O que está mais fortemente presente nas histórias são aquelas relativas ao coletivo, seja em relação à família, aos colegas de trabalho, ou ainda em relação à comunidade nas quais estão inseridas. Não existe em nenhuma das histórias contadas um mergulho interior em questões existenciais. O que é percebido é o narrador, ou melhor, a narradora como ponto de partida, como desencadeador da narrativa.

E a memória cumpre seu papel organizador (Maluf, 1995; Coelho, 1999) de intervir no “caos” das imagens guardadas a partir de fragmentos vividos. A memória é que lança a ponte entre o presente e o passado e faz também a antecipação do futuro (Ricoeur, 1978). Encontrei nas narrativas a figura do velho, presente na lembrança dos avós ou de alguma figura da comunidade, como elemento a desempenhar o papel de fio condutor, elo de ligação entre o passado e o presente, o qual aparece de forma repetida. É ele quem conta para os filhos e netos como as coisas aconteceram “naqueles tempos” e nas histórias contadas estão contidos estatutos de verdade. Lembremos o papel do conselho dos anciãos em muitas tribos indígenas e diferentes culturas que tinham e ainda têm, em muitos casos, o poder de tomar decisões sobre e pela comunidade.

O tempo da narrativa (Bakhtin, 1995; Ricoeur, 1994) não coincide com o tempo do narrado, e assim pode-se compreender que os fatos presentes nas narrativas sofrem o olhar do presente em direção ao passado, devemos considerar a existência da memória coletiva (Halbwachs, 1990), pela qual a percepção nunca é individual, e sim formada pelo grupo social no qual se está e se esteve inserido.

É importante salientar que a memória pode ser dilatada através da escrita, quando a reflexão é exercitada atingindo camadas mais profundas e mais distantes dos simples fatos abrindo o caminho para o sensível, o emocional e o afetual, numa reflexão do *Ser*, daquilo que é, a partir do ser-aí (*da-sein*), ser-no-mundo, em sua condição a histórica, e a temporal como ele, se relaciona com seus pares (*Mit-sein*) no mundo (*Mit-Welht*).

Ao questionar o documento e o transformar em monumento (Le Goff, 1992) a matéria passa a ser a das práticas, das intrigas, das verdades e das lutas em torno dessas verdades. Deve-se perguntar também pelos silêncios. Como já foi dito, as mulheres foram silenciadas ao longo da história. Deve-se perguntar, pois, sobre quais são os espaços de saber que lhes dão poder? São apenas os espaços domésticos, os espaços de maternagem, da abnegação? É apenas nesses espaços que elas constroem suas identidades? Qual a importância que é dada por elas aos espaços de trabalho? Os discursos produzidos sobre elas são muitos e, serão, na maioria das vezes, reproduzidos por elas em suas autonarrativas.

As mulheres presentes nas narrativas aqui analisadas viveram suas infâncias e suas adolescências cercadas por familiares e como membros de comunidades que as ajudaram a construir suas visões do mundo, configurando papéis reservados a elas tanto no grupo familiar como na sociedade. Ainda que possam ser percebidas pequenas demonstrações de rebeldia ou transgressão, estas estão longe de significar rompimento com o que foi e é esperado da mulher em relação a funções tradicionais a serem desempenhadas por elas na sociedade.

A análise do público e do privado (Foucault, 1992) traz experiências de um difícil equilíbrio desenvolvido pelas mulheres premidas pela necessidade pessoal de auto-realização buscada através da profissão e das sempre presentes obrigações em relação ao cuidado com a família.

O trabalho é um projeto, mas um projeto atrelado a outras instâncias, um desdobramento delas. Ela, a mulher, parece se desculpar ao sair de casa para trabalhar. A busca pelo emprego muitas vezes em desobediência às ordens paternas ou dos maridos se justifica com o que devolve ao lar na forma de melhora da qualidade da alimentação da família e na aquisição de bens para o lar. Apenas três das histórias contam a vida de trabalho da mulher como projeto profissional realizado. Nelsa, Ana Maria e Marineli trazem em suas falas elementos que apontam para o desenvolvimento de uma carreira. Nelsa desenvolve um

projeto de cooperativa de mulheres e demonstra um crescimento profissional. Marineli sai de um emprego para outro num movimento de ascensão por competência e desenvolve sua carreira; Ana Maria passou de faxineira a telefonista, estudante universitária e líder sindical e conta uma história de ascensão social. Nas demais, há uma certa ênfase nas origens, na continuidade, na tradição; são relatos de trabalho rotineiros, com pequenos episódios. O público e o privado podem até entrar em conflito em alguns momentos, mas a “verdadeira natureza” da mulher prevalece e sua maior preocupação fica ligada à família.

Nas narrativas o trabalho ideal é aquele que permite ser conciliado com as atividades domésticas, e a cooperativa aparece como possibilidade efetiva, na qual a mulher organiza seus tempos e lugares, dividida entre os cuidados dos filhos e o trabalho. Apesar dos esforços dos movimentos feministas, principalmente nos anos 70, muito pouco tem se avançado nas questões trabalhistas e nas políticas públicas de forma a garantir condições de trabalho às mulheres com filhos; estas soluções são buscadas individualmente.

Um novo fenômeno é a “feminização” da pobreza (como nos demonstrou o estudo de Antunes), que atinge cada vez mais as mulheres trabalhadoras que ocupam os lugares da informalidade no trabalho através da terceirização e das empresas de fundo de quintal. As mulheres destas histórias confessam suas dificuldades e sua luta em superar as precárias condições de trabalho e em garantir o sustento da família.

O casamento não dá mais à mulher a estabilidade financeira e ela cada vez mais assume sozinha, além do cuidado, também a manutenção da prole. Também a violência física contra a mulher continua presente nas relações entre homens e mulheres de forma bastante significativa, apesar de não ser registrada em nenhuma das histórias analisadas, ficando apenas registrado a violência simbólica na forma de interdição e lugar a ser ocupado.

Sabe-se que apesar do aumento dos anos de escolaridade, a mulher não adquiriu ainda a garantia de uma remuneração igual à dos homens ou a ascensão a postos mais elevados dentro das empresas. Observe-se que as autoras, em geral, não falam em estudo. Ana Maria é uma exceção. Tanto na política como nos sindicatos, o lugar da mulher não é nem de maioria, nem de proeminência. Nos textos analisados, aparece apenas uma história de mulher bem sucedida numa empresa, que fala de sua conquista advinda de sua capacidade e, quanto à participação delas nos movimentos sindicais, nas histórias narradas elas aparecem apenas como figurantes.

Mesmo Ana Maria, que foi membro da Diretoria do Sintel, ao contar sua história de vida, dá mais ênfase a elementos da sua relação familiar, deixando sem registro sua significativa participação sindical.

É muito comum ouvir-se que a mulher “não” está preparada para exercer cargo de mando. Ela demonstra dificuldade em desenvolver sua capacidade intelectual; em disputar o lugar do discurso e em fazer circular suas opiniões sobre as questões econômicas e políticas.

Como já referi, as mulheres aqui representadas têm no núcleo familiar sua maior referência. O casamento, os filhos, as relações intrafamiliares estão presentes em todos os textos e o trabalho representa para elas uma forma de contribuir para o sustento dos membros da família, melhorar as condições de vida, suprir a falta do pai ou do marido. Desde criança elas aprendem a “ajudar” os pais e a “ajudar” os maridos, construindo-se de certa maneira como apêndices ou “satélites” do homem.

Desde Sócrates (Foucault, 1998), a mulher foi estimulada à subordinação em relação ao homem. Com o advento do cristianismo, ficou submetida à moral cristã, e o casamento foi tido como a via de controle da mulher tanto em termos morais como econômicos. Esse entendimento é visto nas histórias aqui analisadas nas quais se percebe o papel secundário das mulheres na economia da família e dificilmente como administradora dos bens da família.

Na falta dos homens, porém, as narrativas nos mostram que a mulher assume “as rédeas de casa”, mostra-se excelente administradora, superando muitas vezes o desempenho deles, ainda que, segundo dados do IBGE, na maioria das vezes, ocorra o fenômeno do empobrecimento das famílias lideradas pelas mulheres.

Leis, projetos, iniciativas governamentais em nível nacional e internacional são criados e implementados visando contribuir para a superação deste *status quo*. Porém, as leis do mercado criam cada vez maiores barreiras para esta superação. Se, de um lado avançam as iniciativas institucionais, de outro, a competição e as leis de sobrevivência dificultam estes avanços. As novas tecnologias e as indústrias eletroeletrônicas criaram novos espaços para o trabalho feminino, especialmente por precisarem contar com mãos ágeis e delicadas que, em geral, são mãos femininas.

O registro das histórias das mulheres aqui analisadas fala da privacidade, do pessoal, do íntimo e do subjetivo. Devido à sua exclusão do âmbito público, tem recebido vários adjetivos como ego-documentos, literatura auto-referencial, textos intimistas, diários, escritas autobiográficas, e têm permanecido guardado em baús e gavetas, escritos em cadernos, blocos, livros de receitas e até na Bíblia. Ao proceder à sua leitura e análise, tem-se uma dimensão ampliada da sociedade, pois, nas micro histórias das mulheres, estão contidas as macro histórias da humanidade.

Os estudos feministas propõem novas formas de análise por entenderem que as formas canônicas refletem o olhar patriarcal (Alves, 2003) e não dão conta da escrita feminina multicultural, descentrada, reconstituída na pluralidade de vozes e olhares dos sujeitos (Canen e Xavier, 2000). Se, para muitos, a perspectiva da escrita feminina é marginal (Xavier, 1990), é bom lembrar que ser marginal é estar na margem, como “parte do todo” (Moreira, 2002). Algumas características do texto feminino corroboram essa dificuldade tão sedimentada ao longo da experiência histórica das mulheres, como no uso do tom confessional que confunde o leitor que fica em dúvida se o texto é ficção ou autobiografia. As personagens demonstram dificuldade de sair de si mesmas, pois estão em busca de sua identidade (Xavier, 1990).

A busca pelo passado também é uma constante e a busca da identidade é devida (como já foi visto), à pulverização da mulher em diferentes papéis sociais. Seu Ser é constituído pelo ser-aí (*da-sein*) na relação com o outro (*mit-sein*) e a história que ela conta é o resultado das histórias que são contadas dela mesma.

Pode-se perceber que o texto feminino também é um texto de hesitação, da dúvida e da interrogação. E, por isso, não recebeu, ao longo da História, a importância devida nem a ele foram dedicados estudos mais profundos (Leahy-Dios, 2002). O que foi considerado como literatura intimista foi conceituado como uma forma de duplo, a interrogação que a mulher faz é tanto de si mesma como do mundo.

Para algumas autoras, a instalação do debate em que o conceito de gênero deve ser a preocupação fundamental pode garantir a inscrição do potencial reflexivo como prática micropolítica do fazer literário (Schmidt, 1995). Este debate deverá contribuir para a construção social e histórica redimensionando a noção de cultura em termos de inclusão da multiplicidade, heterogeneidade e legitimidade de outros sujeitos sociais e discursivos.

O registro que as mulheres fazem do universo familiar como uma das formas mais bem estruturadas de controle social justifica a crise que a família vem sofrendo diante das novas práticas sociais que vêm se instalando numa crescente possibilidade do desempenho de novos papéis. O fim das condições de subordinação a partir das diferenças biológicas é que irão permitir às mulheres mostrar suas capacidades intelectuais e de trabalho, podendo seu trabalho vir a contribuir com as estatísticas econômicas numa contribuição reconhecida. Assim, novos arranjos sociais e culturais poderão enriquecer o tecido social com outras possibilidades de relacionamento entre homens e mulheres.

Uma capacidade maior de compreensão da sociedade e das relações que nela se constroem pode ser construída pelo reconhecimento do trabalho feminino, no sentido amplo, e pela valorização do trabalho da escrita feminina. Reconhecidas essas contribuições, a história da humanidade poderá ter um novo desenho.

O que vi foram histórias de mulheres que aprenderam a sufocar sonhos e desejos; mulheres que trabalharam, mas na perspectiva de ajudar pais e maridos como apêndices sem projetos próprios, sem ascensão e sem direito à carreira; mulheres que foram exploradas como mão-de-obra barata e desqualificada; mulheres de quem se esperava obediência e produtividade; mulheres que tinham mãos hábeis porque assim foram treinadas; mulheres que desde meninas aprenderam o que era considerado trabalho próprio de mulher. Mulheres que misturaram profissionalismo com relações de companheirismo e de solidariedade. Mulheres que abandonaram a produção espontânea da fala para se embrenhar na difícil tarefa de registrar sua história. E que, nestes registros sufocaram e silenciaram suas frustrações e a exploração a que eram submetidas transformando estes relatos em histórias que positivaram as relações de trabalho e as relações familiares porque a elas cabe manter a ordem e o bem estar de todos, independentemente do preço que lhes é cobrado.

E, ao considerar a escrita como trabalho, entendo que, neste caso, o narrar é trabalho sobre o trabalho, como disse Arendt, como ação extensiva do ser humano e, de acordo com o conceito de giro lingüístico, colocar a linguagem no centro das relações de saber e poder permite identificar como ela ajuda a manter ou modificar estas relações. As *narrativas de si* oportunizam às mulheres a se perceberem nestas relações, se situarem no lugar que ocupam

no tecido social. O tempo da narrativa estabelece o olhar de hoje sobre o passado e a percepção da construção cultural na qual se está ou esteve envolvida.

Ao proceder a desconstrução dos conceitos da metafísica como afirmação de verdades permanentes; do binarismo entre homens e mulheres; do discurso patriarcal e falocêntrico sobre as mulheres como incapazes intelectualmente; como frágeis em relação ao trabalho e à capacidade de prover a prole; como não produtivas no mundo capitalista; como incapazes de um trabalho organizado e socialmente válido; como incapazes de posições de mando, quer-se recuperar a contribuição que a mulher deu e dá à sociedade, tensionar para a modificação desta visão, amplificando e qualificando as possibilidades de relação entre os sujeitos.

A intenção de aproximar questões como escrita e reflexão de si, e ainda a reflexão das relações de trabalho exigem, talvez, um olhar mais aprofundado. O que percebo é que talvez o que eu tenha apresentado aqui seja um desejo de compreender como estas questões funcionam no imaginário destas mulheres. Com certeza o assunto não se esgota com esse trabalho. É mais um passo na minha intenção de entender como a escrita nos auxilia na reflexão de nós mesmos, e das relações que estabelecemos com os diferentes lugares e modos de atuação e o trabalho é um deles.

Esta tese representa a inauguração de um tempo novo de meu trabalho tanto acadêmico como nas minhas práticas pedagógicas. Com ela aprendi a lançar um novo olhar sobre a linguagem e sobre o papel da mesma na produção dos discursos. Saio deste trabalho transformada tanto como ser humano como na minha condição de estudiosa e pesquisadora. Descobri, com ele, um novo campo de estudo e pesquisa ao qual pretendo me dedicar com mais profundidade da que consegui atingir neste estágio das minhas buscas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, Jean Michel. Trad. Maria Adelaide Coelho da Silva e Maria de Fátima Aguiar. *A análise da narrativa*. Lisboa (Portugal): Gradiva, 1997.
- ALASUUTARI, Pertti. *Researching culture. Qualitative Method and Cultural Studies*. London: Sage, 1995.
- ALVES, Ivya. Uma questão conflitante: a categoria do estético na produção de autoria feminina. In: BRANDÃO, Izabel e MUZART, Zahidé L. *Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura*. Florianópolis (SC): Mulheres; Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 9 ed., São Paulo (SP): Cortez/ Unicamp, 2003.
- _____, et ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In: *Educação e sociedade: Revista de Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade*. v.25, n.87, maio/ago. p.297-344, Campinas (SP): Cortez, CEDES, 2004.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 7 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- ARFUCH, Leonor. *El espacio biográfico. Dilemas de la subjetividad contemporánea*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 7 ed., São Paulo: Hucitec, 1995.

- BARKER, Martin; BEEZER, Anne. Qué hay en un texto? In: _____. *Introducción a los estudios culturales*. Barcelona: Bosch Comunicación, 1994.

- BERNARD, Alain. Le regard du droist sur l'identité. In: RUANO-BORBA LAN, Jean-Claude (coord.) *L'identité, lectura, écriture*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1993.

- BOSI, Ecléa. A Pesquisa em Memória Social. In: *Rev. Psicologia*, São Paulo: USP, n. 4, 1993.

- _____. *Memória e Sociedade. Lembrança de velhos*. São Paulo: Queroz, [1983], 1987.

- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. In: *Educação e Realidade*. Trad. Guacira Lopes Louro. v. 20 n. 2, pp.133-184. Porto Alegre (RS): UFRGS, 1995.

- _____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo(SP): Edusp, 1996.

- _____. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

- BRAGA, Elizabeth dos Santos. *A constituição social da memória. Uma perspectiva histórica-cultural*. Ijuí(RS): Unijuí, 2000.

- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistência na discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (org.) *Trabalho e gênero. Mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. São Paulo(SP): Ed. 34, 2000.

- _____. e HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Horizontes Plurais. Novos Estudos de Gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 1998.

- CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa & COULTHARD, Malcon. *Text and practices. Readings in Critical Discourse Analysis*, 14 English Language Research, University of Birgmingham, (s/d).

- CANCLINI, Néstor García. *Imaginaríos Urbanos*. Buenos Aires: Editorial Universitária de Bueno Aires, 1997.

- _____. Objeto e método da estética. *IIIª Conferência Municipal de Cultura. Anais*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1999.

- _____. Sociologia da Arte e Estética. In: *Caderno IIIª Conferência Municipal de Cultura*. Porto Alegre: SMC, 1999a.

- _____. *Culturas Híbridas*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloisa Pezza Cintrão. 3 ed., São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

- CANEN, Ana e XAVIER, Libânia Nacif. Multiculturalismo, memória e história da educação brasileira: reflexões a partir do olhar de uma educadora alemã no Brasil imperial. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio [et. all.]. *Refúgios do eu. Educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis(SC): Mulheres, 2000.

- CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. In: *Revista Estudos Feministas*. v. 9, n.1, Florianópolis (SC): CFH/CCE/UFSC, 2001.

- CARVALHO, Marília Pinto de. *No coração da sala de aula*. São Paulo: Xamã, 1999.

- CASTRO, Mary Garcia. Gênero e Poder no espaço Sindical. In: *Revista Estudos Feministas*, v.3 n.1 Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1995.

- CATANI, Denise Bárbara [et. al.] (org.). *Docência memória e gênero. Estudos sobre formação*. São Paulo(SP): Escrituras, 1997.

- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 2 ed., Trad. Enid Abreu Dobránszky, São Paulo: Papirus, 2001.

- CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger. *História da Vida Privada 3. Da Renascença ao Século das Luzes*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo (SP): Cia das Letras, 1991.

- _____. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora da UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999.

- _____. *A ordem dos livros, leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Universidade de Brasília, 1999a.

- _____. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artemed, 2001.

- _____. *Os desafios da escrita*. Trad. Fulvia M. Moretto. São Paulo: Unesp, 2002.

- _____. Entrevista a Noemi Goldman y Oscar Terán, In: *Ciência Hoy*. v.6, n.31. 2002a. <http://www.cienciahoy.org/hoy31/RogerChartier02.htm>

- COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Fapesp, Iluminuras, 2 ed., 1999.

- _____. Da política cultural à cultura política. In: _____. *Guerras culturais*. São Paulo: Iluminuras, 2000.

- COLASANTI, Marina. *Mulher daqui pra frente*. 8 ed., Rio de Janeiro: Nórdica, 1981.

- _____. *A nova mulher*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1980.

- COSTA, Caio Túlio. *O que é anarquismo*. São Paulo: Brasiliense. 6 ed., 1982.

- COSTA, Marisa C. Vorraber. *Trabalho docente e profissionalismo*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

- _____ (org.). *Caminhos Investigativos. Novos olhares na pesquisa em educação*. Porto Alegre: Mediação, 1996.

- CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução*. Trad. Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

- _____. *Teoria Literária. Uma introdução*. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo(SP): Beca, 1999.

- DUARTE, Constância Lima [et all.] (org.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Col. Mulher e Literatura v.I. Belo Horizonte(MG): UFMG, FALE, Pós-lit, 2002.

- DUARTE, Eduardo de Assis. Feminismo e desconstrução: anotações para um possível percurso. In: DUARTE, Constância Lima [et.all.](org.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Col. Mulher e Literatura. v.I., Belo Horizonte(MG): UFMG, FALE, Pós-lit, p. 13-59, 2002.

- DUNCAN, Isadora. *Fragmentos autobiográficos*. Trad. Lya Luft. Porto Alegre: LPM, 1996.

- DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, [1950]1990.

- EHRHARDT, Ute. *E a cada dia menos boazinha*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

- FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. London: Longman, 1980.

- _____. Texto e Linguagem. In: *Critical Discourse Analysis*, Longman, 1995.

- _____. *Discurso e Mudança Social*. Trad. Izabel Magalhães (org.). Brasília: UNB - Universidade de Brasília, 2001.

- FISCHER, Rosa Maria Bueno. O Estatuto Pedagógico da Mídia: questões de análise. In: *Educação e Realidade*. v. 22, n. 2, Porto Alegre: UFRGS - FAGED, [1997], 1999.

- FLORENZANO, Modesto. *As revoluções burguesas*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- FONSECA, Cláudia. Trabalhadoras sem terra: um estudo de caso do trabalho feminino no campo. In: *Mulher hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n.26, 1980.

- _____. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

- FONTANA, Beatriz. O sexo/gênero da linguagem: as diferenças na fala das mulheres e dos homens. In: SCHOLZE, Lia (org.). *Gênero, memória e docência*. Cadernos Temáticos. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, 2001.

- _____. *Aquisição de inglês como língua estrangeira em uma escola pública: jogos de poder, produção e reprodução de identidades*. Tese de doutorado. UFRGS, Instituto de Letras, Porto Alegre, RS, 2005.

- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

- _____. *O nascimento da clínica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

- _____. *O que é o autor?* Lisboa: Vega/Passagens, 1992.

- _____. Entretien avec Michel Foucault. In: _____. *Dits et écrits*. v. IV. Paris: Gallimard, 1994, pp. 41-95.

- _____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 4 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. *Michael Foucault uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a.

- _____. *História da Sexualidade II. O uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque, 8 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1998.

- _____. *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1999.

- _____. *História da sexualidade III. O cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 6 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1999a.

- _____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1999b.

- _____. *Defender la sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 2000.

- FREIRE, Nilcéia. Políticas Públicas para mudar o cotidiano da mulher brasileira. In: *Observatório Social em Revista*. Florianópolis(SC): Observatório Social, ano 2 n.5, março 2004, p. 43.

- FUNCK, Susana Bornéo. O jogo das representações. In: BRANDÃO, Izabel e MUZART, Zahidé L. *Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura*. Florianópolis(SC): Mulheres: Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2003.

- GALEANO, Eduardo. *Mulheres*. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1997.

- GAZOLLA, Ana Lúcia Almeida (org.). *A mulher na Literatura*. v. I, Belo Horizonte (MG): ANPOLL, VITAE, UFMG, 1990.

- GODINHO, Tatau [et. all.] (org.). *Trajetória da mulher na Educação Brasileira 1996-2003*. Brasília Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

- GORKI, Maximo. *Como aprendi a escrever*. Trad. Charles Kiefer. Porto Alegre(RS): Mercado Aberto, 1984.

- GOTTSCHALK, Simon. Post modern sensibilities and ethnographic possibilities. In: BANKS, Anna; BANKS, Stephen. *Fiction and social research*. London: Sage, 1998. cap.13, pp.205-233.

- GRAEBIN, Cleusa Maria e LEAL, Elisabete (org.). *Revisitando o Positivismo*. Canoas(RS): La Salle, 1998.

- GRAMSCI, Antonio. *Literatura y cultura popular*. Argentina: Cuadernos de cultura revolucionaria, 1974.

- GUIMARÃES, Nadya Araújo. Laboriosas mas redundantes: gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos 90. In: *Estudos Feministas*. v. 9, n.1, Florianópolis(SC): CFH/CCE/UFSC, 2001.

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, [1950]1990.

- HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.). *Representation: Cultural representations and signifying practices*. London/Thousand/OETS/Um Delhi: Sage/Open University, 1997.

- _____. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, v. 22, n. 2, jul/dez. 1997a.

- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 1998, 2002.

- HARAWAY, Donna. *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza*. Univ. de Valencia: Cátedra, 1984.

- _____. [et. all.] *Antropologia do Ciborgue. As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2000.

- HEBERLE, Viviane. *Editoriais de revistas femininas sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso*. In: *The ESPECIALIST*. São Paulo: PUC-SP, v.15 n.1 e 2, 1994.

- HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias. A escritura pessoal e seus suportes. Trad. Analucia Teixeira Ribeiro. In: MIGNOT. Ana Chrystina Venâncio [et. all.]. *Refúgios do eu. Educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis (SC): Mulheres, 2000.

- HEIDEGGER, Martin. *Sobre o Humanismo*. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

- _____. *Da experiência do pensar*. Porto Alegre(RS): Globo, 1969.

- _____. *El Ser y el Tiempo*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1951.

- _____. *Sobre o problema do Ser. O caminho do campo*. São Paulo: Liv. Duas Cidades, 1972.

- _____. *De camino al habla*. Versão castellana Yves Zimmermann. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1987.

- ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher – A moral e o imaginário 1889-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

- JOACHIM, Sebastien. O Ser/a Escrita/ a Epifania do Feminino. In: GOTLIB Nádya Battella (org.). *A mulher na Literatura*. v. III, Belo Horizonte(MG): ANPOLL,VITAE, UFMG, 1990.

- JOHNSON, Richard. O que é afinal Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *O que é afinal Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

- KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino. A mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro(RJ): Imago, 1998.

- KRISTEVA, Julia. A vida é uma narrativa. In _____. *O Gênio feminino. A vida, a loucura, as palavras. Hannah Arendt*. Tomo I, Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

- LACERDA, Lílian Maria de. Lendo vidas: a memória como escritura autobiográfica. In: MIGNOT. Ana Chrystina Venâncio [et.all.]. *Refúgios do eu. Educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis(SC): Mulheres, 2000.

- LAJOLO, Marisa. *Literatura: Leitores e Leitura*. São Paulo(SP): Moderna, 2001.

- LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *O sujeito da educação. Estudos Foucaultianos*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

- _____. Narrativa, identidad y desidentificación. In: _____. *La experiencia de la lectura*. Barcelona: Laertes, 1996.

- _____. A estruturação pedagógica do discurso moral. In: *Educação e Realidade*, v. 21, n. 2, Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, jul/dez, 1996a.

- _____. Saber y Educación. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, v. 22, n. 1, jan/jun. 1997.

- _____. *Pedagogia profana. Danças, piruetas e mascarados*. Trad.Alfredo Veiga-Neto. Porto Alegre(RS): Contrabando, 1998.

- _____. Notas sobre a condição babélica da língua. Palestra proferida no 13º COLE – Congresso de Leitura do Brasil. UNICAMP (SP), 18/07/2001.

- _____. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Trad. João Wanderley Geraldi. In: Rev. *Brasileira de Educação*, Campinas(SP): Univ. Estadual de Campinas, jan/fev/mar/abr. 2002.

- LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

- LEAHY-DIOS, Cyana. Breve reflexão teórica sobre literatura, cultura e narrativas autobiográficas. In: DUARTE, Constância Lima. *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Col. Mulher e Literatura, v.I, Belo Horizonte(MG): UFMG, FALE, Pós-lit, 2002.

- LEAL, Elisabete. O positivismo comtiano e os prazeres da dedicação feminina. In: Graebin, Cleusa e Leal, Elisabete (org.). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: La Salle, 1998.

- LE GOFF, Jacques. [1994]. *História e Memória*. Trad. Bernardo Gestão. [et.all.] Campinas(SP): Unicamp, 1990.

- LOURO, Guacira Lopes e MEYER, Dagmar. *A escolarização do doméstico. A construção de uma escola técnica feminina (1946-1970)*. Cad. Pesq. São Paulo, n. 87, pp.45-57, nov.1993.

- _____. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. In: *Educação e Realidade*. v. 20 n. 2 jul/dez, pp.101-132. Porto Alegre(RS): UFRGS,1995.

- _____. Educação e Gênero: a escola e a produção do feminino e do masculino. In: SILVA, Luiz Heron [et.all.] (org.). *Reestruturação curricular. Teoria e prática no cotidiano da Escola*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995a.

- _____. *Gênero, Sexualidade e Educação - uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis(RJ): Vozes, 2 ed., 1998.

- LUFT, Lya. *O rio do Meio*. São Paulo(SP): Mandarin, 8 ed., 1996.

- _____. *O ponto cego*. São Paulo(SP): Mandarin, 2 ed., 1999.

- _____. *Histórias do tempo*. São Paulo(SP): Mandarin, 2000.

- MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo(SP): Siciliano, 1995.

- MEYER, Dagmar E. Escola, currículo produção de diferenças e desigualdades de gênero. In: SCHOLZE, Lia (org.). *Gênero, memória e docência*. Porto Alegre(RS): Prefeitura Municipal de Educação de Porto Alegre, 2001, pp.29-35.

- MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio [et all.] (org.). *Refúgios do eu. Educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis (SC): Mulheres, 2000.

- MONTAGNER, Paula. Dinâmica e perfil do mercado de trabalho: onde estão as mulheres? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.). *Trabalho e gênero. Mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. São Paulo(SP): Ed. 34, 2000.

- MORAES, Margarete. Políticas culturais num novo tempo. In: SCHOLZE, Lia (org.). *Reunião Pública Mundial de Cultura. Anais*. Porto Alegre: Unidade Editorial da SMC, 2003.

- MOREIRA, Nadilza M. de. Da margem para o centro: a autoria feminina e o discurso feminista do século XIX. In: DUARTE, Constância Lima. *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Col. Mulher e Literatura, v. I, Belo Horizonte(MG): UFMG, FALE, Pós-lit, 2002.

- MUNIZ, Paulo Ricardo [et. all.]. *Lugar de Mulher - pequena história da educação feminina em Porto Alegre (1820-1940)*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura (s/d).

- NAVARRO, Márcia Hoppe. A ideologia patriarcal em a casa dos espíritos. In: GAZOLLA, Ana Lúcia Almeida (org.). *A mulher na literatura*. v. I, Belo Horizonte(MG): ANPOLL, VITAE, UFMG. 1990.

- _____. (org.). *Rompendo o silêncio. Gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: UFGRS, 1995.

- NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.). *Trabalho e gênero. Mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. São Paulo(SP): Ed. 34, 2000.

- NÓBILIS, Paulina. *Encontrando mulheres. Eurípedes, o feminino e o imaginário na tragédia As Troianas*. Dissertação de Mestrado. PPGHistória/UFRGS, 2000.

- PALAMIDESSI, Mariano Ismael. Curriculum, disciplina y objetividad: Heidegger y las consecuencias del giro lingüístico. In: *Educação e Realidade*, 23(2): 27-41, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. jul/dez. 1998.

- PERROT, Michèlle. *Os excluídos da história. Operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- _____. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

- PIRES, Suyan Maria Ferreira. A figura feminina em Livros de Literatura Infantil. In: *Leitura em Revista*. ALBS – Associação Internacional de Leitura, Conselho Brasil Sul. Ijuí (RS): Unijuí. n. 7, jan./jun. 2004.

- PIZA, Edith. *O caminho das Águas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com-Arte, 1998.

- PROUST, Marcel. *Sobre a leitura*. Trad. Carlos Vogt. 2 ed. Campinas (SP): Pontes, 1991.

- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro(RJ): Paz e Terra, 2 ed, 1985.

- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (Tomo I), Trad. Constança Marcondes César. Campinas (SP): Papirus, 1994.

- RIO GRANDE DO SUL - Assembléia Legislativa. Comissão de cidadania e direitos humanos - *Relatório azul - garantias e violações dos direitos humanos no RS; 1998/1999*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1999.

- ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (org.) *Trabalho e gênero. Mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. São Paulo: Ed. 34, 2000.

- ROUSSEAU, J.-J. *Emílio ou Da Educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

- SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004.

- SARTRE, Jean-Paul. *As Palavras*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo(SP): Difusão Européia do Livro, 1964.

- SCHMIDT, Rita. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (org.). *Rompendo o silêncio. Gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

- SCHMIDT, Simone. Nas trilhas do tempo: anotações sobre o trânsito das teorias feministas no Brasil. In: BRANDÃO, Izabel e MUZART, Zahidé L. *Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura*. Florianópolis(SC): Mulheres: Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2003.

- SCHOLZE, Lia. *O "Ser e a aparência" em Paulo Honório de São Bernardo*. Dissertação de Mestrado. PUCRS, 1979.

- _____. As práticas discursivas femininas no universo escolar - textos escritos. In: *Encontrando Saberes, Anuais de 1º Semana Acadêmica Integrada*, Canoas (RS): UNILASALE, 1999.

- _____. Histórias de mulheres e a construção das identidades femininas. In: *Nonada: Letras em Revista*. ano 2, n. 3, Fac. Ritter dos Reis/ Unidade Editorial da SMC: Porto Alegre (RS), ago/dez, 1999a.

- _____. Literatura de Mulheres. In: *Leitura e Revista*. Revista de Associação Internacional de Leitura, Ijuí(RS): Unijuí, ano 1, n.1, jan/jun, 2001.

- _____. O poder/saber como binômio excludente do feminino. In: PENNA, Rejane (org.). *Diálogo*. Canoas: La Salle, n. 2, 2001a.

- _____. A construção cultural do corpo feminino. In: SCHOLZE, Lia (org.). *Gênero, memória e docência*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação, 2001b.

- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

- _____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Trad. Guacira Lopes Louro. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre(RS): UFRGS, v. 20, n. 2 p.71-99, jul./dez. 1995.

- SENNETT, Richard. O domínio público. In: _____. *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

- _____. *A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Trad. Marcos Santarrita. 7 ed., Rio de Janeiro: Record, 2003.

- SHAKESPEARE, Willian. *A megera domada*. Porto Alegre: LP&M, 1999.

- SHARPE, Peggy (org.). *Entre resistir e identificar-se*. Florianópolis: Mulheres; Goiânia: UFG, 1997.

- SILVA, Tomaz Tadeu. *O sujeito da educação. Estudos Foucaultianos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2 ed., 1995.

- _____. *O que é afinal Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

- _____. *Documentos de Identidade. Uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999a.
- _____. *Teoria cultural e educação. Um vocabulário crítico*. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2000.
- SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. “Ela ensina com amor e carinho, mas toda enfezada, danada da vida”: representações da professora na literatura infantil. In: *Educação e Realidade*. v. 22, n. 2, Porto Alegre: UFRGS, jul/dez 1997.
- _____. Leitura, Literatura e Currículo. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- _____. *Gritos, palavras difíceis e verbosidade: representações da fala da professora na literatura infantil*. Trabalho apresentado no ANPED/Sul, Curitiba, ag. 1999.
- _____. (org.). *Professoras que as histórias nos contam*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SOARES, Magda. *Letramento um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- STUDART, Heloneida. *Mulher: Objeto de cama e mesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.
- TOMMEI, Manuela. O trabalho da OIT para alcançar a igualdade de gênero no trabalho. In: *Observatório Social em Revista*. ano 2, n. 5, Florianópolis(SC): Observatório Social, mar. 2004.
- TORRES, Liv. Estratégias das mulheres para o comando corporativo. In: *Observatório Social em Revista*. ano 2, n. 5, Florianópolis(SC): Observatório Social, mar. 2004.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. M. Irene de Q. F. Szmrecsányi. 12 ed., São Paulo: Pioneira, 1996.
- WILLIS, Paul. *Aprendendo a ser trabalhador. Escola, Resistência e Reprodução Social*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Daise Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

- WOLF, Virgínia. *Orlando*. Trad. Cecília Meireles. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3 ed., 1978.

- _____. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

- WORTMANN, Maria Lúcia. Sujeitos estranhos, distraídos, curiosos, inventivos, mas também éticos, confiáveis, desprendidos e abnegados: professores de ciências e cientistas na literatura infanto-juvenil. In: SILVEIRA, Rosa Hessel da. *Professoras que as histórias nos contam*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

- VASCONCELOS, Eliane. A mulher na língua do povo vinte anos depois. In: BRANDÃO, Izabel e MUZART, Zahidé L. *Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura*. Florianópolis(SC): Mulheres: Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2003.

- VIÑAO, Antonio. A modo de prólogo: Refúgios de yo, refúgios de otros. In: MIGNOT, Ana Chystina Venâncio [et. all.] (org.). *Refúgios do eu. Educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis(SC): Mulheres, 2000.

- XAVIER, Elódia. *Declínio do patriarcado. A família no imaginário feminino*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1998.

- _____. Por uma teoria do discurso feminino. In: GOTLIB, Nádia Battella (org.). *A mulher na literatura*. v. III, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1990.

LIVROS DE ANÁLISE

- D'ÂNGELO. Ana Lúcia Vellino (org.) *Histórias de Trabalho*. 1 ed. Porto Alegre: Unidade Editorial/SMC, 1994.

- D'ÂNGELO. Ana Lúcia Vellino (org.) *Histórias de Trabalho*. 3 ed. Porto Alegre: Unidade Editorial/SMC, 1995.

- *Histórias de Trabalho*. 3 e 4 ed. Porto Alegre: Unidade Editorial/SMC, 1996-1997.

- *Histórias de Trabalho*. 5 ed. Porto Alegre: Unidade Editorial/SMC, 1998.
- *Histórias de Trabalho*. 6 ed. Porto Alegre: Unidade Editorial/SMC, 1999.
- *Histórias de Trabalho*. 7 ed. Porto Alegre: Unidade Editorial/SMC, 2000.
- *Histórias de Trabalho*. 8 ed. Porto Alegre: Unidade Editorial/SMC, 2001.
- *Histórias de Trabalho*. 9 ed. Porto Alegre: Unidade Editorial/SMC, 2002.

ANEXOS

Anexo 1 – Histórico do Concurso

O concurso *Histórias de Trabalho* foi lançado na gestão do prefeito Tarso Genro e Vice-Prefeito Raul Pont, e do Secretário Municipal da Cultura Luis Pilla Vares. Slogan da Gestão: Administração Popular "Mais cidade, mais cidadania". Iniciou em 1994, como um projeto da Usina do Gasômetro - Fábrica de Cultura - em colaboração com a Coordenação do Livro e Literatura. Foi organizado por Ana Lúcia Vellino D'Angelo e Fernando Seffner.

1ª edição - 1994 - publicação do livro 1995 - coletânea dos textos selecionados em 4 categorias: 1- Lembranças e vivências; 2- Poesia; 3- conto; 4- Ensaio. Número geral de inscritos: 500; na categoria: 74.

2ª edição - 1995 - Organizadores: Ana Lúcia Vellino D'Angelo, Fernando Seffner e Naira Franzoi.

Gestão Prefeito Municipal Tarso Genro; Secretária da Cultura Margarete Moraes. Usina do Gasômetro: Usina Cultural.

1- Categorias Lembranças e vivências; 2- Poesia; 3- Conto; 4-Redação Escolar; 5- Reflexões; 6- Ensaio; 7- Prêmio Zumbi. Número geral de inscritos: 500; na categoria: 47.

3ª edição - 1996/1997 - Gestão Prefeito Raul Pont e Vice-Prefeito José Fortunati. Secretários: da Cultura - Margarete Moraes; da Educação - José Clóvis de Azevedo, colaboração: UNITRABALHO: Antonio David Cattani. Organização do Concurso: Secretaria Municipal da Cultura - Coordenação do Livro e Literatura.

Edição de 1996 - 1- Lembranças e vivências; 2- Poesia; 3- Conto; 4- Crônica; 5- Reflexão; 6- Ensaio Acadêmico. Número geral de inscritos: não consta; na categoria: não consta.

Edição 1997 - 1- Lembranças e vivências; 2- Poesia; 3- Conto; 4-Crônica; 5- Texto escolar; 6- Ensaio Acadêmico. Número geral de inscritos: 580; na categoria: não consta

Caderno especial nas duas edições: Quadrinhos, Cartum e Fotografia.

5ª edição - 1998 - Prefeito Raul Pont, Vice-Prefeito - José Fortunati; Secretários: - da Cultura: Margarete Moraes; - de Educação: José Clóvis de Azevedo; slogan: "Onde a participação faz democracia". Organização do concurso: Secretaria Municipal da Cultura - Coordenação do Livro e Literatura.

Categorias: 1- Crônica; 2- Poesia; 3- Conto; 4- Lembranças e vivências; 5- Ensaio Acadêmico; 6- Texto Escolar. Número geral de inscritos: não consta; na categoria: 44.

Caderno especial: Quadrinhos e *Cartuns* e Fotografia.

Foram publicados dois textos da edição de 1996: (1) Lembranças e vivências e (1) Ensaio Acadêmico.

6ª edição - 1999 - Prefeito Raul Pont, Vice-Prefeito José Fortunati, Secretário da Cultura Charles Kiefer. Organização do Concurso: Secretaria Municipal da Cultura - Coordenação do Livro e Literatura. Apoio: UNITRABALHO, PROLER/RMPA.

Categorias: 1- Crônica; 2- Poesia; 3- Conto; 4- Lembranças e vivências; 5- Ensaio Acadêmicos; 6- Redação Escolar. Número geral de inscritos: não consta; na categoria: 76.

Cadernos Especiais: 1- Histórias em quadrinhos e Cartuns; 2- Fotografia.

7ª edição - 2000 - Prefeito Tarso Genro, Vice-Prefeito João Verle, Secretária da Cultura Margarete Moraes. Administração adota o brasão e não institui *slogan*. Organização do concurso: Secretaria Municipal da Cultura - Coordenação do Livro e Literatura - Coordenador: Mauro Gaglietti. Apoio: UNITRABALHO, PROLER/RMPA.

Categorias 1- Crônica; 2- Poesia; 3- Contos; 4- Lembranças e vivências; 5- Ensaio acadêmico; 6- Redação escolar. Caderno especial: 1- Histórias em quadrinhos e cartuns; 2- Fotografia. Número geral de inscritos: não consta; na categoria: 89.

8ª edição - 2001 - Prefeito João Verle, Secretária da Cultura Margarete Moraes. Organização do concurso Secretaria Municipal da Cultura - Coordenação do Livro e Literatura; Coordenação do Projeto: Clarice da Silva Alves. Apoio: UNITRABALHO.

Categorias: 1- Crônica; 2- Poesia; 3- Conto; 4- Lembranças e vivências; 5- Ensaio Acadêmico; 6- Redação Escolar. Número geral de inscritos: não consta; na categoria 96.

Caderno Especial: 1- História em quadrinhos e cartum; 2- Fotografia. Número de inscritos: não consta.

9ª edição - no prelo - Prefeito João Verle; Secretária Margarte Moraes; Coordenação do Livro e Literatura: Lia Scholze; Apoio: UNITRABALHO. Número geral de inscritos: 955, na categoria: 94.

Minuta do Projeto - Lançado em 29 de abril de 1994 com o objetivo inicial de realizar um concurso literário. Recebeu 500 inscrições. Nos anos seguintes foi ampliado transformando-se num projeto que "passou a incluir uma proposta de incentivo à criação de textos, em diferentes categorias".¹⁷

¹⁷ Texto mimeografado - arquivo da SMC - Projeto Histórias de Trabalho 1997.

Projeto
HISTÓRIAS DE TRABALHO
Edição 1997

1. Justificativa

O concurso *Histórias de Trabalho* foi criado em 1994, por iniciativa da equipe da Usina do Gasômetro, com apoio da Coordenação do Livro e Literatura. A primeira edição foi lançada em 29 de abril daquele ano, com o objetivo único de realizar um concurso literário.

Os 500 trabalhos inscritos naquela oportunidade, surpreenderam os organizadores, mostrando que a proposta vinha ao encontro das aspirações da comunidade. Nos anos seguintes, o Concurso ampliou-se, transformando-se num amplo projeto que passou a incluir uma proposta de incentivo à criação de textos, em diferentes categorias.

O regulamento do concurso literário foi ampliado, englobando novas categorias. Em sua edição 96, recebeu inclusive inscrições de outros pontos do país, mesmo sem divulgação nacional.

O *trabalho* é uma vivência universal, mas seu impacto é único sobre cada pessoa. O trabalho nos leva a trocas, a conhecimentos, a experiências de vida abrangedoras, e a construção de cultura. E é este conhecimento, estas experiências, esta cultura, que o projeto *Histórias de Trabalho* pretende

resgatar para, através delas, reconstruir a história da vida cotidiana e a história de amplas camadas da população, em geral não autorizadas a “escrever seu nome na história”.

2. Objetivo

2.1. Geral

Resgatar e registrar a história do trabalho em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul.

2.2. Específicos

- * Criar mecanismos de incentivo a produção de textos, que resgatem e registrem a história do trabalho na cidade e na região.
- * Criar órgão para acervar o material arrecadado, colocando-o à disposição da comunidade.
- * Promover o debate em torno das questões do trabalho.
- * Organizar um concurso nacional de textos em torno da questão.
- * Editar em livro, anualmente, os melhores textos do concurso.

3. Público a ser atingido:

Trabalhadores

Estudantes de segundo grau e supletivo

Estudantes trabalhadores universitários

Sindicatos

Funcionários da PMPA

Aposentados

4. Propostas de trabalho

4.1. Seminário sobre “trabalho”, com um nome nacional

Organização: Cattani

4.2. Duas oficina de história oral, com trabalhadores aposentados

Ministrante: Maria Luiza Martini

4.3. Dez oficinas de texto, junto a Sindicatos, intensivas e extensivas

4.4. Implantação do *Centro de Documentação sobre o Trabalho*

Proposta: articulá-lo junto ao CPH ou Museu Joaquim Felizardo, com o objetivo de acervar a história do concursos, e de pesquisa permanente para resgatar a história do trabalho em Porto Alegre.

5. Metodologia

Criar uma Comissão Geral para tratar do concurso, coordenada pela CLL.

Criar grupos executivos para tratar especificamente: (1) do seminário de abertura; (2) das oficinas de texto e história; (3) da organização do concurso; (4) da implantação do *Centro de Documentação Sobre O Trabalho*.

Os trabalhos de gerenciamento serão executados pela Secretaria Municipal da Cultura, sendo terceirizadas as fases de execução que não puderem ser assumidas por recursos humanos próprios

6. Veiculação do material

Sindicatos

Escolas

Órgãos da PMPA

Prefeituras da Grande Porto Alegre

Agências dos Correios

Casas lotéricas

Livrarias

Bares e restaurantes

Universidades

Escolas

7. Material de divulgação

Cartazes

Folders com regulamento

Inserções em rádios

Anúncios em jornais

Anúncios em jornais sindicais:

Sintel

Semapi

Sinpro

Cepergs

Associação Func. CEF

Sindicato da Alimentação

Sindppd

Sindicato dos Bancários

Sindicato dos Jornalistas

... e outros.

Releases

8. Regulamento

Categorias

Lembranças e vivências

Conto

Poesia
Redação escolar
Ensaio acadêmico
Depoimentos

9. Instituições que, em diferentes momentos, já apoiaram o Projeto:

Associação dos Docentes e Pesquisadores da PUCRS
Associação Gaúcha de Inspetores de Trabalho
Associação dos Magistrados do Trabalho
Editora Mercado Aberto
Semapi Sindicato
Sidiáguas
Sindicato de Alimentação
Sindicatos dos Economistas
Sindicato Processamento de Dados
Sindicato dos Telefônicos
Vinhos Granja União
Assessoria Sindical da Prefeitura Municipal
Assessoria do Negro PMPA
Assessoria da Mulher PMPA
CEPERGS Sindicato
Simpro

HISTÓRIAS DE TRABALHO

Concurso Nacional
Edição 1995

Promoção:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Coordenação do Livro e Literatura

e

Usina do Gasômetro - Espaço Cultural do Trabalho

1. Histórico do Concurso

A idéia de realizar um concurso que recuperasse a memória do trabalho, oportunizando o relato dos próprios trabalhadores, surgiu nas reuniões preparatórias aos festejos do Primeiro de Maio de 1994, promovidos pela Usina do Gasômetro. A equipe da Usina buscou a parceria da Coordenação do Livro e Literatura (CLL), dando origem a este trabalho conjunto. O objetivo geral do Concurso é contribuir para a valorização do tema do trabalho, associando-o a questão da cidadania e da participação na sociedade.

A edição 1994 do Concurso Histórias de Trabalho teve grande aceitação de parte do público, o que se refletiu no grande número de trabalhos inscritos, mais de quinhentos. Abriu-se efetivamente uma nova linha de abordagem na literatura, tematizando a questão do trabalho. O Concurso teve grande divulgação, tanto através de folders e cartazes, bem como nos jornais, TVs e rádios. Alguns dos trabalhos selecionados para premiação estão sendo divulgados em revistas e boletins sindicais. Está em fase final o trabalho de edição de um livro reunindo todos os trabalhos premiados, com lançamento previsto para o primeiro semestre do presente ano, quando também será lançada a edição 1995 do Concurso.

HISTÓRIAS DE TRABALHO

Concurso Nacional
Edição 1994

Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre

Coordenação do Livro e Literatura
Usina do Gasômetro

HISTÓRICO DO CONCURSO

A idéia de realizar um concurso que recuperasse a memória do trabalho, oportunizando o relato dos próprios trabalhadores, surgiu nas reuniões preparatórias aos festejos do Primeiro de Maio de 1994, promovidos pela Usina do Gasômetro. Alguns representantes sindicais, especialmente do SINTTEL, trouxeram o embrião da idéia. Em seguida, a equipe da Usina buscou a parceria da Coordenação do Livro e da Literatura, dando origem a este trabalho conjunto entre dois órgãos da Secretaria de Cultura.

Constituiu-se uma equipe coordenadora do concurso, composta por um representante da CLL e um da Usina. Após inúmeras reuniões ficou definido o perfil do concurso, com quatro categorias e o apoio de inúmeros sindicatos. Em 29 de abril o concurso foi lançado, em coquetel na Usina, com a participação de grande número de patrocinadores e interessados.

Ao longo do período de divulgação, a equipe coordenadora verificou a grande aceitação da idéia, em parte pelo seu aspecto de novidade, em parte por atingir grande número de indivíduos, uma vez que todos aqueles que exercem ou exerceram algum trabalho estavam em condições de participar. Em virtude da boa acolhida, as inscrições foram prorrogadas por 15 dias, totalizando perto de 500 trabalhos inscritos. Abriu-se efetivamente uma nova linha de abordagem na literatura, tematizando a questão do trabalho.

O apoio de parcelas do movimento sindical, da Assessoria Sindical da Prefeitura e da Assessoria de Políticas Públicas da Mulher foi importante para a divulgação do concurso.

Projeto
HISTÓRIAS DE TRABALHO
Edição 99

1. Justificativa

O concurso Histórias de Trabalho foi criado em 1994, por iniciativa da equipe da Usina do Gasômetro, antigo *Espaço Cultural do Trabalho*, com apoio da Coordenação do Livro e Literatura. Já naquele ano, o projeto alcançou grande sucesso, registrando 500 trabalhos inscritos.

Ao longo das cinco edições realizadas, o projeto foi ampliado, contando com a realização de oficinas literárias e edição dos trabalhos vencedores em coletânea. O concurso atrai pessoas das mais variadas profissões e lugares do Brasil, o que contribui definitivamente para a riqueza do projeto.

A partir de 1997 a Coordenação do Livro e Literatura assumiu a gerência do projeto. A edição de 1998 houve a inscrição de 580 trabalhos no concurso, além da realização de 11 oficinas literárias que atenderam a um total de 125 pessoas.

A trajetória deste projeto, que foi transformado em lei (Lei 7.985) pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre em 4 de junho de 1997 e conta com dotação própria, mostra o quanto o tema desperta a população e a importância do resgate feito através desta iniciativa.

O trabalho é uma vivência universal, mas seu impacto é único sobre cada pessoa. O trabalho nos leva a trocas, a conhecimentos, a experiências de vida, e à construção de cultura. E é este conhecimento, estas experiências, esta cultura, que o projeto Histórias de Trabalho pretende resgatar, através delas, reconstruir da vida cotidiana e a história de amplas camadas da população, em geral não autorizadas a “escrever seu nome na história”.

2. Objetivo

2.1 Geral

Resgatar e registrar a história do trabalho ~~em~~ no Brasil.

2.2 Específicos

- * Criar mecanismos de incentivo a produção de textos que resgatem e registrem a história do trabalho no Brasil.
- * Criar acervo para o material produzido, colocando-o à disposição da comunidade.
- * Promover o debate em torno das questões do trabalho.

Anexo 1 - Quadro Resumido dos Textos

Edição 1994

Texto 1.1

Autora - Ana Maria Rodrigues da Silva

Título - A história de uma mulher trabalhadora

Negra - pobre - viúva - texto em 1ª pessoa

Inicia sua história enquanto empregada doméstica e depois passa através de concurso a ser telefonista da CRT - Companhia Riograndense de Telefonia.

Mãe de dois filhos - interrompe os estudos. Mais tarde volta a cursar as últimas séries do 1º grau chegando à Universidade onde cursa Sociologia.

Líder sindical conta sobre a relação difícil com as supervisoras dentro da estrutura de empresa tradicional com chefias de setores reguladoras de atitudes e condutas dos funcionários.

Foi a 1ª presidenta da Associação de funcionários da CRT - que pretendia estabelecer o elo entre os funcionários e intermediar as negociações com a chefia para melhorar as condições de trabalho das funcionárias.

Foi membro do SINTEL - Sindicato dos Telefônicos.

Texto 1.2

Autora - Ivone F. Brugochea

Título - Por onde andarás Catarino?

Professora

Conta a história de um aluno da 5ª série que tinha este apelido por ser oriundo do estado de Santa Catarina.

Trata da hierarquia escolar e os postos de Direção, Supervisão Escolar, Orientação Educacional.

Analisa a estrutura da escola, sua relação com o aluno que disputava a atenção com a Diretora e fazia discursos para os colegas na hora do recreio.

Numa época de Ditadura Militar no país, a escola ensinava o amor à Pátria.

Texto 1.3

Autora - Edla Eggert

Título - O caminho da roça

Professora

Texto autonarrativo escrito em 3ª pessoa, alter ego da autora, a menina da roça conta sua vida ao lado da família de agricultores composta por pai, mãe e três irmãos.

Traz a relação com o trabalho visto como obrigação a qual não se podia fugir diante da severidade dos pais, principalmente da figura masculina, e a tentativa de lazer subtraída das horas em que não estavam sob o olhar vigilante dos pais. Narra a cumplicidade dos irmãos ao se protegerem possibilitando as escapadas.

Texto 1.4

Autora - Denise

Título - O pequeno príncipe Charles

Professora estagiária - educadora de rua

História de Denise e seus alunos de Classe de Alfabetização de Adultos.

Conta a relação especial da professora com um dos seus alunos: Charles, por quem ela se afeioou, sua impotência confessada diante da opção dos alunos pelo uso de drogas e prática de furtos e desinteresse pelo aprendizado por parte deste grupo que ela chama de “quase

marginais”. As dificuldades em lidar com esta lógica diferente da que está acostumada a entender como universo escolar.

A relação da professora com o aluno Charles deixa de ser apenas profissional, envolve-se pessoalmente com ele a ponto de trazê-lo para sua casa. Esta relação tem fim no dia em que ele sai de sua vida.

Como decorrência desta vivência, a professora resolve participar do Movimento de Meninos e Meninas de Rua.

Texto 1.5

Autora - Maria da Glória Zambin

Título - Lembranças e vivências

Professora em véspera de aposentadoria

Retrospectiva da vida dedicada ao magistério. História cronológica, enumeração de fatos ocorridos ao longo de sua vida profissional. Citação dos nomes das escolas ligadas a acontecimentos pontuais. Traz nomes de diretores e alunos que marcaram seu trabalho de professora de Educação Física. Relata fatos hilários. Adia a possibilidade de ganhar dinheiro, coisa que não consegue com a profissão de professora.

Texto 1.6

Autora - Luciana Braz Nunes

Título - Uma história de amor.

Professora, 10 anos de profissão

Relata o envolvimento com os alunos considerando que “a relação estabelecida, transcende a escola, entra na vida, influencia, cria vínculos, deixa na memória lembranças eternas” (p.34), mostrando o significado da profissão para esta profissional.

Texto 1.7

Autora - Juliana Cupini

Título - Lembranças e vivências

Trajetória de "filha de curandeiro" que veio a tornar-se enfermeira.

Enaltece o espírito de união da equipe do hospital em situação de emergência devido à greve dos médicos da Previdência Social.

Discute o conceito de ética *versus* interesse financeiro na área da saúde. Considera que existem "curandeiros" mais éticos que certos profissionais diplomados.

Texto 1.8

Autora - Noeli de Magalhães Valmor Lida

Título - Implantação do NOES no presídio central

História de uma professora que se vê desafiada a implantar uma escola no Presídio Central. Contada em 1ª pessoa. Acredita na regeneração do ser humano através da Educação. Contou com a boa vontade da comunidade e as dificuldades da burocracia. Evoca a Lei de Execução Penal, Seção U, artigos 17/18/19/20/21 da Constituição Estadual que garante aos presos o direito à Educação.

Texto 1.9

Autor - Marcel Cito de Azevedo

Título - Histórias de um dia qualquer

Bancário

Escrito em 1ª pessoa. Conta três histórias que vivenciou como consultor de recursos humanos em indústria calçadista como estagiário em Administração de Empresas.

1ª - Pequena história de uma situação hilária vivida por três moças que erram a porta e entram no banheiro masculino.

2ª - História mal sucedida de uma tentativa de pedir para mudar de sala.

3ª - História de um telefonema da chefia geral e a surpreendente reação do funcionário não dando importância à tentativa de intimidação.

Texto 1.10

Autora - Rosa Maria Espíndola P. Soares

Título - Uma história de trabalho

Funcionária pública

Crença no trabalho coletivo, na troca de saberes. Influência das teorias desenvolvidas por Paulo Freire. Relata a experiência da costureira que descobre que ao "relatar" seu trabalho descobre também como ele se faz, ou seja, a experiência da narrativa traz em si a possibilidade de reflexão e de descoberta da "carreira" descrita como algo que é conquistado dia a dia e de forma ascendente. Evoluindo através de novas atribuições que recebe e novos conhecimentos que vai adquirindo.

Edição 1995

Texto 2.1

Autora - Edla Eggert

Título - Cartografia de uma migrante

Edla faz reflexões e discute as práticas diferentes de trabalho entre pai e mãe e em, consequência - entre homem e mulher. O trabalho é genereificado principalmente pela sua possibilidade de se transformar em dinheiro através da venda dos produtos obtidos. Este fator torna o trabalho masculino mais valorizado que o trabalho feminino.

A autora é professora universitária e passou sua infância trabalhando na roça junto com a família e traz para seu texto a análise das relações de trabalho, dando destaque para a figura paterna e sua autoridade em relação à família, determinando tarefas a cada um de seus membros bem como as possibilidades de lazer permitido a eles.

Texto 2.2

Autora - Maria Helena Soares

Título - Os 17 dias que pararam o Hospital de Clínicas.

Enfermeira que participou da greve do HC.

Discute a relação entre chefia e subordinados e a importância do movimento grevista na alteração destas relações.

Texto 2.3

Autor - Hélio Alves Teixeira

Título - Terras alheias

Pedreiro de Vitória da Conquista / Bahia

História de menino lembrando as lidas na roça do seu pai e de sua mãe.

Apesar de ser um texto escrito por um homem, traz questões do contexto feminino como: cozinha sendo um "lugar de mulher", a dupla jornada da mãe; a ocupação da mulher com o zelo em relação à família e ainda o caráter ininterrupto do trabalho rural.

Texto 2.4

Autora - Noemy Teresinha Gomes Costa

Título - Histórias de um trabalhador nota 10

Relato em 3ª pessoa

Personagem masculino (seu marido) - motorista de ônibus - visto pela ótica feminina.

Noemy, autora do texto, descreve o marido, trabalhador da frota de ônibus, como alguém muito especial: trabalhador exemplar. Ela não se identifica como esposa, mantém o distanciamento. Numa tentativa de demonstrar isenção diante do narrado por se tratar de uma narrativa que tem como personagem seu marido.

Trabalho visto como positivo: servir aos outros é meta de vida. Cidadão benemérito de Esteio.

Texto 2.5

Autora - Marineli Alfama Borba

Título - Entre a ascensão e a justiça

Assistente Administrativa de Importação

História em 3ª pessoa - contada por Mari, uma funcionária esforçada e inteligente que estava pronta para substituir a colega a pedido do gerente. Entrou em conflito pela situação da pessoa a quem iria substituir - Lourdes - divorciada e mãe de três filhos, mas que, sob o ponto de vista do gerente, não tinha a competência de Mari. Foi salva com o convite de um novo emprego.

Edição 1996

Texto 3.1

Autor - Tânia Ávila Barros

Título - Sem Título

Conta a história da família através da figura da avó.

A avó de Tânia é uma trabalhadora incansável que administra os negócios e faz valer sua vontade em um mundo tido como masculino. Ela porém, apesar de austera, mantém uma relação carinhosa com os netos.

Edição 1997

Texto 4.1

Autora - Célia Maria Albino Maciel

Título - O tempo segundo Alba

História da mãe - funcionária do Instituto Coussirat Araújo - 8º Distrito de Meteorologia do Ministério da Agricultura. Aceitou o emprego pois podia conciliar o trabalho com a criação dos filhos. Aposentou-se com 70 anos.

O pai fazia ironia do pedido de trabalho da mãe a quem o presidente Getúlio Vargas incrivelmente respondeu.

A mãe conciliava o trabalho com as tarefas domésticas de fazer doces e bordar.

Texto 4.2

Autora - Rosa Maria Almonsa Nunes

Título - O meu trabalho

Faxineira - diarista

Discute ética - ao descrever a tentação sentida de substituir a irmã no trabalho. O impasse acaba sendo resolvido pela admissão de ambas que permanecem trabalhando juntas para a mesma família.

Valorização da carteira assinada - emprego fixo - segurança que a faxina não lhe dava. A diarista abre mão de receber um valor maior em troca da garantia do salário mensal. Tem-se aqui um exemplo do prejuízo emocional provocado pela precariedade das relações de trabalho.

Texto 4.3

Título - Os trabalhadores da Rua São Joaquim.

Autor - Salvatore Santagada

Narração de autoria masculina contendo personagens masculinos.

Coletânea de narrativa de profissões praticadas a céu aberto entre os anos 50 e 60.

Texto 4.4

Autora - Ana Alice Dalcin Zorzi

Título - Histórias a muitas mãos

Professora de Escola Aberta e Escola Porto Alegre para crianças em situação de risco.

Através do registro dos alunos ela traz quatro exemplos de textos dos alunos relatando fatos de suas vidas.

A escrita como narrativa de vida dos alunos ajuda a professora a compreender seu mundo.

Este texto analisa a importância do trabalho da escrita, mais exatamente da escrita autobiográfica desenvolvida na sala de aula e nas aulas de informática. A professora auxiliava os alunos na composição de suas histórias de vida transpondo para o papel as histórias orais dos alunos ainda não alfabetizados e mostra como isto trazia prazer a eles.

Texto 4.5

Autora - Heloisa de Angelis

Título - Merenda

Professora de escola maternal - preocupada com crianças com hábitos de bebê, apesar da idade, introduz cardápio variado porém, obrigatório para toda a classe. Mostra a preocupação dos professores além das questões pedagógicas.

Edição 1998**Texto 5.1**

Autor - Waldoir Braga de Leão

Título - O Beco das moças

Policia militar reformado

Conta uma noite de trabalho quando defende uma mulher e seus filhos da agressão do marido. Aparece a questão da violência doméstica.

Texto 5.2

Autor - Jairo Dias Nogueira

Título - Vida...trabalho, lembranças e ervilhas

Contada por um homem de 45 anos. São lembranças da infância e principalmente quando catava ervilhas para enriquecer o parco almoço na casa de sua mãe.

Fala da amizade entre o grupo de catadores. Relações de solidariedade que estão se perdendo nas novas configurações do trabalho através da reengenharia das relações que estabelecem parâmetros de competitividade exacerbada ignorando a solidariedade.

Hoje observa pessoas catando lixo para sobreviver.

Texto 5.3

Autor - Helder R. Pereira

Título - A polpa comestível do mamão

Professor universitário

Neste texto tem-se novamente a questão da informalidade do trabalho, desta vez porém, numa situação extrema que é a relação entre os mendigos, excluídos de qualquer tipo de vínculo. Só lhes resta a solidariedade entre seus pares.

A catação dos resíduos de comida encontrados no lixo é visto como um trabalho de alcance social, livrando a sociedade dos restos de comida que atraem moscas e produzem mau cheiro.

Texto 5.4

Autor - Áttico Inácio Chassot

Título - Buscando reminiscências nos trabalhos domésticos

Professor universitário

A partir de textos de autores como Pierre Levy, Hosbawn, *A era dos extremos*, faz referência à importância da escrita.

Trata da divisão do trabalho entre gêneros. Preparar a lenha era trabalho masculino, de guri. Amassar o pão era trabalho materno, feminino.

Este texto, de autoria masculina, traz reflexões sobre a divisão do trabalho entre os homens e as mulheres da família. Isto era aprendido desde cedo, ainda na infância.

Texto 5.5

Autora - Magaly A. da Costa

Título - Realejando

Pintora e Cenógrafa

O pai não admitia que as filhas mulheres trabalhassem fora. Aos 15 anos encontra anúncio no jornal. Vencendo a timidez candidata-se ao emprego. É contratada. Trabalha vinte e cinco anos sem carteira assinada e sem direito à aposentadoria.

Aparece neste texto novamente a sexização do trabalho, questões relativas às relações trabalhistas como a estabilidade no emprego e por fim a possibilidade da escrita como documento e registro de episódios de grande importância política.

Texto 5.6

Autora - Marta Sisto Morel

Título - Porto Alegre aos olhos de uma menina

Funcionária pública

A autora traz o registro de lembranças e vivências com seu pai quando criança, em passeios pela cidade de Porto Alegre. Recorda vários lugares e várias oportunidades de aprendizado e de diversão. Não desenvolve a temática trabalho. Fica fora do foco da proposta.

O registro mais importante é a relação entre o pai e a filha. A importância da herança cultural da interpretação paterna para a filha como legado cultural.

Edição 1999

Texto 6.1

Autora - Nelsa Inês Fabian Nespolo

Título - Sonhar juntos para o projeto ser realidade

Trabalhadora de fábrica - demitida em função do movimento sindical - torna-se autônoma - adquire uma máquina de costura. Conquistas: sem patrão, sem horário.

Participação como delegada do Orçamento Participativo. A criação da UNIVENS, cooperativa de costureiras Unidas Venceremos Ltda., foi a forma encontrada por este grupo de mulheres visando conciliar a falta de emprego com a possibilidade de cuidar dos filhos, contemplando a mão-de-obra existente na vila, pois muitas mulheres sabiam costurar. Com

o passar do tempo criaram três frentes: costura - multimistura - serigrafia para estampas de camisetas.

As camisetas foram inicialmente produzidas para sindicatos e depois para escolas e hoje são feitas para fora do país.

Conquistaram um espaço no salão da Igreja que conta agora com uma escola - curso de ginástica - catequese - onde se fazem assembleias, reuniões de saúde e festas.

Valores éticos de trabalho e cooperação mútua aparecem muito fortemente. Aparecem manifestas esperanças de novas relações sociais

Criação da 1ª Incubadora Popular - visando estimular a criação de novos grupos e qualificação dos já atuantes.

Traz a reflexão sobre as relações capitalistas de exploração apontando a cooperativa como alternativa de trabalho em grupo e de defesa contra a exploração da mão-de-obra. A cooperativa possui na sua organização uma forte vinculação dos aspectos de cooperação mútua e sentimento de grupo.

Texto 6.2

Autor - Edwino Walter Fehlauer

Título - Fragmento de um tempo esquecido

Comerciante aposentado

Relembra a infância as lides da roça, o trabalho do pai e da mãe. Lembra tanto o patrão como o professor, colocando-os no mesmo patamar de símbolo de autoridade.

Seu olhar de menino tudo observa. Sente os cheiros, analisa os movimentos, avalia a imposição do silêncio como necessário para não quebrar a rotina de trabalho.

Novamente as questões de gênero aparecem na divisão do trabalho da mãe e do pai.

Texto 6.3

Autora - Angela Sherer

Título - Um olhar colorido sobre o cinza

Professora

Fala de sua infância e do trabalho de colher soja ao lado do pai. São evocações de lembranças de descendentes de alemães com seus rituais, festas, relações familiares, igreja, escola com características bem marcantes, rotinas domésticas, relações com irmãos, pais e avós. As lembranças mais comuns vão até a infância em família e o trabalho dividido dentro do grupo familiar.

A roupa feita de remendos de retalhos demonstra as condições socioeconômicas da família de trabalhadores rurais vistos de forma poética pela autora. Cada retalho tomava significado de um momento da vida passada junto ao grupo familiar como se fosse um texto feito de retalhos de vida.

Texto 6.4

Autor - Caio Lustosa

Título - As sobrinhas de Rivadávia

A narrativa conta a quase expulsão de duas doceiras em consequência do alargamento da rua Avaí, da cidade de Porto Alegre, para dar lugar a uma avenida. O resultado da ação foi a mudança das inquilinas para uma casa na vila Restinga, que acabou de ser construída. Elas eram doceiras e velhas, sem condições de se mudar a não ser com ajuda. O advogado do caso viu uma coincidência ao reencontrar sua antiga fornecedora de doces agora, na condição de cliente. O caso chega a bom termo e ele se indaga pela profissão de doceira que talvez esteja em fase de extinção e das condições de outros cidadãos que também tenham sido desalojados em nome do progresso e do crescimento da cidade.

Discute as relações do cidadão com o governo.

Texto 6.5

Autor - Gabriel Araújo dos Santos

Título - O numerário

Escrito por um bancário.

É um texto humorístico, escrito em primeira pessoa.

O autor lembra de um episódio quando foi encarregado de levar uma mala de dinheiro para a Agência Central no Banco no qual trabalhava e encontrou um casal de passageiros (pai e filha) e imaginou um possível assalto. Acabou descobrindo que era outro funcionário com missão semelhante a sua.

Texto 6.6

Autora - Maria Beatriz Meurer Papoléo

Título - Vicente Rao, profissão: Rei da Folia.

Professora e escritora

Analisa a representação pictórica da fábula: A cigarra e a formiga. Fala de Rao, profissão bancário, porém envolvido em outras atividades que lhe traziam alegria.

Dentre as atividades exercidas por Rao estavam: 1) ele funda uma Escolinha de Futebol do Internacional para meninos carentes; 2) é Papai Noel na Santa Casa Mário Totta; 3) é o Rei Momo no Carnaval.

A versatilidade do personagem demonstra também sua preocupação social em relação aos meninos do Inter e aos doentes da Santa Casa. Porém, é no Carnaval que ele realmente se transforma e vivencia as alegrias de ser o Rei da avenida.

Edição 2000

Texto 7.1

Autor - Francisco Reckziegel

Título - O velho Lulu

Técnico em contabilidade

Conta a história de um negro velho que costumava aparecer na propriedade do pai para executar tarefas de capina. Considerado pelo autor como uma das gratas lembranças de infância.

Os aspectos a serem considerados neste relato são as lembranças de infância como elementos importantes de nossas recordações.

Texto 7.2

Autor - Helder Rodrigues Pereira

Título - Colcha de retalhos

Professor universitário

História de um grupo de mulheres donas-de-casa que resolve fazer uma colcha de retalhos.

A iniciativa de uma moça preta acaba se espalhando entre os vizinhos e passa à condição de valor cultural, referência na comunidade. Aos poucos, os trabalhos com os retalhos vão tomando conta de todos os espaços da comunidade chegando ao altar da Igreja e desdobra-se em sentimento de cooperação nos momentos de dificuldades dos membros da comunidade. O trabalho das colchas de retalhos é relacionado com o sentimento de união entre as mulheres.

Texto 7.3

Autora - Ivete Centero Rodrigues

Título - Um dia na estância

Dona-de-casa

A autora consegue, através da metáfora de transposição do tempo, das lembranças, estabelecer a presentificação do tempo.

Novamente as lembranças de infância estão presentes no texto. Desta vez é a fazenda Sant'Ana do tio Mário que traz a lembrança dos primos, dos vizinhos, das brincadeiras. O dia de marcação de gado e castração tomam importância pois define as tarefas masculinas. A mulher é preservada da participação em circunstâncias de violência como no caso da castração.

Texto 7.4

Autor - Jairo Dias Nogueira

Título - Cerne da Nogueira

Professor

A contação de histórias serve como elo de ligação entre as gerações assumindo um papel importante de transmissão cultural.

O autor relata a vida da mãe que tem feito de quase tudo, foi enfermeira, costureira, cantora, foi boleira e salgadeira, foi timoneira nos rumos da família.

A questão de gênero aparece através da função da mulher como "timoneira", função que exerce além das suas atividades profissionais. A mãe não se descuida de sua prole. É para ela e por causa dela que a mulher trabalha. Um olho nos filhos e outro no trabalho.

Texto 7.5

Autoria - Josmar Divino Ferreira

Título - Malaquias

História contada por um menino sobre um velho motorista de um velho caminhão e como passava pelos guardas sem documentos e sem carteira de motorista.

Olhar sobre a infância, lembranças de fatos pontuais.

Texto 7.6

Autora - Cira Petersen Kohler

Título - Força do coração: marcos e marcas

Contada em primeira pessoa, é a história de uma mulher que venceu as dificuldades da doença adquirida na infância e tornou-se telefonista e artesã, participa da Associação de Artesãos do município de 15 de Novembro.

Texto 7.7

Autora - Sônia Wendt Nabarro

Título - Coração ferroviário

Médica

História do avô que decorou o código Morse e se tornou telegrafista da estrada de ferro. Suas visitas eram a alegria da filha e dos netos. Trazia notícias do mundo e contava histórias. A presença do avô aparece como personagem positiva, mensageiro de coisas boas que enche de alegria os netos.

Este texto traz a importância da figura dos avós no contexto das famílias.

Textos 7.8 – 7.9 – 7.10

Autora - Doralina da Cruz Tomazzoni (3 textos)

Professora

1) Título - Contrastes

História da autora quando menina, como lavradora manejava a foice e o machado.

2) Título - Lenhadores

Este é o único texto em que a mãe não trabalha fora do lar. Supõe doença, impossibilidade de participar das atividades rurais às quais a família se dedicava.

3) Título - Retirantes do Sul

História de uma família composta por pai, mãe e filha. Contada do ponto de vista da menina sobre a constante busca de trabalho pelo pai, exigindo da família constantes deslocamentos.

Trata de uma questão pouco explorada pela literatura regional ou pelo menos sem o peso com que o tema é tratado pelos escritores nordestinos.

Edição 2001**Texto 8.1**

Autor - Vanderlen Amaral da Costa

Título - O bonde gaiola

Vendedor autônomo

Foge ao texto padrão de narrar histórias de pessoas e conta sobre um bonde, transformado em personagem e o trajeto percorrido pela cidade.

O trajeto é acompanhado e observado por um dos passageiros que analisa a paisagem, as casas, os demais passageiros. O bonde é personalizado, possui sentimentos como se fosse um ser humano.

Texto 8.2

Autor - Alexandre Rocha Artista Plástico/SC

Título - O vendedor de vassouras

Narrativa e reflexão supostamente a partir de um personagem, é feita uma reflexão em 1ª pessoa contando o cotidiano de um vendedor de vassouras que observa o mundo pelo ombro, onde carrega as vassouras que vai oferecendo de porta em porta. Também é um texto no qual o narrador conta suas impressões sobre as pessoas e a cidade.

Texto 8.3

Autora - Sandra Mara de Jesus Capelo

Título - Uma história de trabalho

Enfermeira e engenheira agrônoma conta a história de seu pai que começou a trabalhar com oito anos de idade. Fez carreira como tipógrafo vencendo diferentes desafios e com sessenta anos enfrentou o desconhecimento das novas tecnologias do mundo da informática e adaptou-se ao mercado, demonstrando sua capacidade de superar obstáculos.

Texto 8.4

Autora - Voni T. Loposzinski

Título - Os peregrinos.

Observação e reflexão sobre um personagem colono, polonês, imigrante.

Conta a vida de dois imigrantes poloneses vindos ao Brasil com a esperança de mudar de vida. Um deles teve sorte e outro não. O desafortunado é avô da autora do texto.

Traz o exemplo de mais um ingrediente formador da nossa cultura: o polonês. Mostra a mobilidade do trabalhador em busca de novas oportunidades de vida e de trabalho.

Texto 8.5

Autora - Carla Balena

Título - Carta à Regina

Professora

Texto em 1ª pessoa. Reflexão de vida profissional da autora através de uma carta dirigida a uma ex-aluna. A professora Carla procura transmitir a ela otimismo, positivando seu futuro ingresso profissional.

Texto 8.6

Autora - Irene Steenbock

Título - Helena: um exemplo de vida

Artesã

Colona imigrante alemã, auxiliar de ferreiro. Narração e reflexão sobre a vida da avó como alguém que sempre trabalhou muito, até mesmo na ferraria ao lado do marido. Mesmo com idade avançada não cansava de preparar bons quitutes para os netos.

Novamente a figura da avó como figura exemplar. Apesar das dificuldades vividas ao lado do marido, não perdia a alegria e a disposição em agradar aos netos.

Texto 8.7

Autor - Paulo Mendes

Título - Dona de casa campeira

Jornalista

Narração e reflexão sobre a vida da mãe do autor. Fala da mãe como exemplo de mulher que trabalhava nas lides do campo e ainda cuidava de um armazém para dar condições de estudo ao filho e dar a ele uma vida diferente da sua.

É um outro exemplo de mulher “chefe de família” que assume para si todas as responsabilidades da manutenção do lar.

Edição 2002

Texto 9.1

Autora - Sandra Inês de Souza Tenório

Título - Lembranças e vivências

Esteticista

Escrito em 1ª pessoa. História de uma operária de uma fábrica de xampu e sabonetes que viu as pontas de seus dedos sendo corroídos pelos detergentes tóxicos, sofreu assédio sexual do chefe e foi castigada por não aceitar. Na visita do inspetor teve coragem de reivindicar luvas e foi atendida junto com suas companheiras. Seu sonho era o de ter emprego fixo com carteira assinada.

Este texto é um dos únicos textos que traz a realidade do chão de fábrica, as condições sub-humanas a que são submetidos os trabalhadores da indústria, sem as mínimas condições de segurança e em ambiente totalmente insalubre.

Mostra a relação empregado/empregador, o descaso a situação humilhante a que são submetidas as mulheres, cujo única saída seria a de aceitar o assédio do patrão para conseguir melhorar as condições de trabalho.

Texto 9.2

Autora - Iara do Canto Wilkoszynski

Título - O burro do padeiro

Professora

A narrativa refere-se à vida diária do padeiro como uma das mais queridas lembranças da infância da autora. Estão também presentes referências à figura materna que já havia

automatizado os momentos na rotina de atender a família numerosa. Rotina como componente do trabalho feminino.

Texto 9.3

Autora - Rita T.S. Paladini

Título - Uma campeira na digitação

Este texto trata da alienação provocada pelo trabalho de digitação. A alienação provocou mutismo, levando a autora a não conseguir mais se expressar oralmente, até que surgiu a greve e a voz irrompeu num grito de revolta e ela se sentiu novamente integrada na sua condição de operária com consciência de classe.